

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SILVANA MEDUNA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

CURITIBA
2025

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

SILVANA MEDUNA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, Práticas Pedagógicas: Elementos Articuladores, da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Arlete Rosa

CURITIBA
2025

Dados Internacionais de Catalogação na fonte Biblioteca
"Sidnei Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

M493 Meduna, Silvana.

A prática em contexto de vulnerabilidade social / Silvana Meduna; orientadora Prof.^a Dra. Maria Arlete Rosa.
126f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná,
Curitiba, 2025

1. Prática pedagógica. 2. Vulnerabilidade social. 3. Múltiplas determinações. 4. Educação infantil. 5. Políticas educacionais.
I. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação/ Mestrado em Educação. II. Título.

CDD – 370.115

Bibliotecária responsável: Heloisa Jacques da Silva – CRB 9/1212

TERMO DE APROVAÇÃO

SILVANA MEDUNA

A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca de Defesa do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE), na linha de pesquisa Práticas Pedagógicas - Elementos Articuladores da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Curitiba, 28 de março de 2025.

MARIA ANTONIA DE SOUZA

Assinado de forma digital por MARIA ANTONIA DE SOUZA
Dados: 2025.03.31 10:46:47 -03'00'

Proa. Dra. Maria Antônia de Souza
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação - PPGE

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MARIA ARLETE ROSA
Data: 31/03/2025 10:16:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Profa. Dra. Maria Arlete Rosa
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

Membros da banca:

Documento assinado digitalmente
 ROSANGELA CRISTINA ROSINSKI LIMA
Data: 15/04/2025 15:49:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rosângela Lima
Membro Titular Externo – UNESPAR

MARIA ANTONIA DE

Assinado de forma digital por MARIA ANTONIA
DE SOUZA Dados: 2025.03.31 10:47:20 -03'00'

Profa. Dra. Maria Antônia de Souza
Membro Titular Interno – UTP

\

Dedico este trabalho à Nossa Senhora do
Rocio, por ser meu refúgio e fortaleza,
que olhou para as minhas necessidades, com
amor e carinho e não me deixou desamparada.

Agradeço a vossa intercessão.

À minha família, por serem meu Porto Seguro
em meio à tempestade

Dedico também aos meus pais, amores eternos
in memorian.

AGRADECIMENTOS

Concluir um curso é, sem dúvida, uma das conquistas mais marcantes na vida de qualquer pessoa. Trata-se de um momento que simboliza superação, dedicação, persistência e realização de sonhos que, muitas vezes, pareciam distantes. Mas, acima de tudo, é um período em que podemos perceber, de forma muito clara, a boa mão de Deus trabalhando em cada detalhe, abrindo portas, acalmando o coração diante dos obstáculos e dando forças para prosseguir, por isso o meu agradecimento é, principalmente, para o meu pai divino, gratidão pela Presença constante do início a fim de todo processo acadêmico. Concluir esse curso não foi apenas uma vitória acadêmica, mas um crescimento espiritual.

Deus esteve presente em cada passo desta caminhada. Ele me concedeu saúde, sabedoria, oportunidades e forças para seguir em frente nos dias mais difíceis.

Independentemente das dificuldades, tenho orgulho de dizer: etapa vencida.

Somente tenho gratidão por essa conquista e prometo levar comigo todos os aprendizados dessa jornada.

A família é o alicerce de nossas vidas, a base sobre a qual construímos nossas identidades e fonte de amor incondicional e apoio. No riso compartilhado ao redor da mesa, no abraço reconfortante em momentos difíceis ou na alegria de celebrar conquistas, nossa família define quem somos e o que valorizamos.

Ao meu Filho, presente de Deus em minha vida e meu amor eterno, é por ele que tenho a força e a coragem de encarar tais desafios como o curso de mestrado, que eu sirva de exemplo de coragem, superação e persistência na conquista de um objetivo.

Ao meu esposo, que soube me compreender com paciência e dedicação nas minhas lamentações e dificuldades, sempre deu seu jeitinho para me ajudar a superar e seguir em frente.

As amizades conquistadas ao longo do curso, principalmente as que dividíamos transportes e alojamento, a elas todo meu respeito, carinho e admiração por fortalecerem os dias que o desânimo e o cansaço nos tiravam a força e o entusiasmo, as elas minha maior admiração e profunda gratidão!

Quero expressar a minha imensa gratidão a todos os que de alguma forma me ajudaram a concluir este trabalho, que marca uma transição na minha vida. A minha

professora e orientadora, Profa. Dra. Maria Arlete Rosa, minha gratidão por ser meu guia e me conduzir pelo caminho da produção do conhecimento científico.

Agradeço, também, aos professores do programa que tive oportunidade de conhecer ao realizar os créditos: Dra. Sueli Pereira Donato; Dr. Eduardo Fofonca; Dra. Maria Antônia Souza; Dra. Maria Alzira Leite; Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira e Dr. Fausto Santos Amaral Filho.

À universidade, meu agradecimento por todo o suporte. Essa dissertação não seria concluída sem o apoio que recebi em todas as etapas de produção deste trabalho.

Agradeço imensamente à dona Bárbara, um anjo que cruzou o meu caminho e hoje faz parte da minha história. Muitas vezes, as pessoas especiais surgem quando menos esperamos e a senhora é exatamente assim! Foi meu apoio nas horas difíceis e me acolheu com muito carinho, amor e gentileza. Agradeço eternamente.

Agradeço ao servidor público, Wanderley Bomvakiades, que presta serviços na função de vigia noturno no Centro de Educação Infantil pesquisado. Sempre disponível para toda e qualquer intercorrência que possa vir acontecer na instituição onde trabalho. Meu mais profundo e sincero agradecimento, não mediu esforços para me acompanhar na coleta de dados, fornecendo informações tão precisas e valiosas para o estudo. Obrigada pela contribuição. Gratidão!

“Já parou pra perceber
Que tudo que Ele faz por nós não pede nada em troca
Que quando tudo te fechou te abre novas portas
E quanto tempo do seu dia você tira para poder agradecer
Abra o seu olho e vê!
Obrigado Deus”

Canção de Henrique e Juliano (2016)

RESUMO

Este estudo trata das múltiplas determinações que influenciam a prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social no município de Paranaguá - Paraná, tendo como questão de pesquisa: quais as múltiplas determinações que influenciam a prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, em um Centro Municipal de Educação Infantil, em Paranaguá? Os objetivos são: - geral: compreender as múltiplas determinações externas à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social; - específicos: descrever as múltiplas determinações externas à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, no município de Paranaguá; refletir sobre os desafios à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, em um Centro Municipal de Educação Infantil deste município. As referências para este estudo foram: prática pedagógica (Souza, 2016); múltiplas determinações (Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo, 2017; Minayo, 2021; Almeida-Filho, 2021); vulnerabilidade social (Carmo; Guizardi, 2018; Scott *et al.*, 2018; Vitorino e Pinho Neto, 2023; Reis *et al.*, 2014). A pesquisa de abordagem qualitativa, tipo exploratória (Gil, 2020), tem na interpretação dos dados baseada em Severino (2013), sistematizados em cinco eixos interpretativos: impactos das atividades portuárias e transporte; saneamento e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho dos profissionais de educação; violência e segurança pública. Os resultados evidenciaram contradições entre o desenvolvimento econômico impulsionado pelo Porto de Paranaguá e a precariedade das condições de vida da população local, constatando-se um contexto de vulnerabilidade social, com forte influência na prática pedagógica dos professores do Centro Municipal de Educação Infantil pesquisado em decorrência da intensa circulação, em especial, de caminhões e as atividades portuárias dificultando o acesso à escola e interferindo na rotina escolar; violência no entorno, agravada por conflitos entre grupos rivais e pelo tráfico de drogas, transforma a escola em um refúgio para as crianças, gerando um clima de medo e insegurança para alunos e profissionais da educação, com suspensão das aulas e falta dos alunos com prejuízo ao desempenho escolar; a falta de saneamento básico e péssimas condições de moradia expõe os moradores às doenças, refletindo no elevado os índices de faltas escolares e dificultando o aprendizado; precariedade de moradias reduzidas e falta de higiene, exigindo dos professores cuidados com a limpeza e banho e alimentação dos alunos, fato que extrapola sua função pedagógica; a violência urbana afeta diretamente a rotina institucional. Há, por exemplo, a redução do comparecimento das crianças, uma vez que muitos responsáveis se sentem inseguros em encaminhá-las à escola durante momentos de maior instabilidade no bairro. Tais constatações explicitam os resultados gerados por este estudo ao expor uma problemática educacional de vulnerabilidade social que requer aprofundamento enquanto objeto de estudo na área da educação e, buscou contribuir para motivar futuras demandas de pesquisa para ampliar a compreensão dessa realidade no contexto das práticas pedagógicas e seu contexto escolar marcado por tantas desigualdades sociais e educacionais.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Vulnerabilidade Social; Múltiplas Determinações; Educação Infantil; Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This study deals with the multiple determinants that influence pedagogical practice in a context of social vulnerability in the municipality of Paranaguá - Paraná, with the research question: what are the multiple determinants that influence pedagogical practice in a context of social vulnerability, in a Municipal Early Childhood Education Center in Paranaguá? The objectives are - general: to understand the multiple external determinants of pedagogical practice in a context of social vulnerability; - specific: to describe the multiple external determinants of pedagogical practice in a context of social vulnerability, in the municipality of Paranaguá; to reflect on the challenges to pedagogical practice in a context of social vulnerability, in a Municipal Early Childhood Education Center in this municipality. The references for this study were: pedagogical practice (Souza, 2016); multiple determinations (Garbois, Sodré and Dalbello-Araujo, 2017; Minayo, 2021; Almeida-Filho, 2021), social vulnerability (Carmo; Guizardi, 2018; Scott et al., 2018; Vitorino and Pinho Neto, 2023; Reis et al., 2014). The research took a qualitative exploratory approach (Gil, 2020), with data interpretation based on Severino (2013), systematized into five interpretative axes: impacts of port activities and transport; sanitation and health; housing and urban occupations; education and working conditions of education professionals; violence and public safety. The results showed contradictions between the economic development driven by the Port of Paranaguá and the precarious living conditions of the local population, revealing a context of social vulnerability, with a strong influence on the pedagogical practice of the teachers at the Municipal Early Childhood Education Center surveyed due to the intense traffic, especially of trucks and port activities, making access to the school difficult and interfering in the school routine; violence in the surrounding area, aggravated by conflicts between rival groups and drug trafficking, turns the school into a refuge for children, generating a climate of fear and insecurity for students and education professionals, with classes being suspended and students being absent, affecting school performance; the lack of basic sanitation and poor housing conditions expose residents to illnesses, resulting in high levels of school absenteeism and hampering learning; poor housing and lack of hygiene, requiring teachers to take care of cleaning, bathing and feeding students, a fact that goes beyond their pedagogical role; urban violence directly affects the institutional routine. There is, for example, a reduction in children's attendance, as many guardians feel insecure about sending them to school during times of greater instability in the neighborhood. These findings make explicit the results generated by this study in exposing an educational problem of social vulnerability that requires further study as an object of study in the field of education, and sought to contribute to motivating future research demands to broaden the understanding of this reality in the context of pedagogical practices and its school context marked by so many social and educational inequalities.

Keywords: Pedagogical Practice; Social Vulnerability; Multiple Determinations; Early Childhood Education; Educational Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Modelo de DSS proposto por Dahlgren e Whitehead.....	24
FIGURA 2 - Mapa do Município de Paranaguá.....	43
FIGURA 3 – Porto de Paranaguá: primeiro navio estrangeiro - 1936.....	48
FIGURA 4 – Foto aérea do porto de paranaguá.....	49
FIGURA 5 - Alagamento no entorno do Porto de Paranaguá.....	52
FIGURA 6 - Alagamento no entorno do Porto de Paranaguá.....	53
FIGURA 7 – Avenida Coronel Santa Rita.....	53
FIGURA 8 – Moradores do Município de Paranaguá sendo resgatados.....	54
FIGURA 9 – Trabalhadores em suas atividades na faixa do Porto de Paranaguá.....	59
FIGURA 10 – Aumento significativo de caminhões no porto de Paranaguá.....	62
FIGURA 11 – Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá.....	63
FIGURA 12 – Fluxo de caminhões.....	64
FIGURA 13 - como ocorre o abastecimento de água no entorno do terminal portuário.....	68
FIGURA 14 – Falta de saneamento básico na Vila.....	69
FIGURA 15 - Agente de endemia realizando coleta.....	74
FIGURA 16 - Áreas de ocupação irregular no município de Paranaguá-PR.....	85
FIGURA 17 - Localização do antigo lixão localizado na Vila Santa Maria.....	86
FIGURA 18 - Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Santa Maria (ASSEPAR).....	87
FIGURA 19 - Mapa do município Paranaguá-PR.....	91
FIGURA 20 - Mapa da Vila Santa Maria.....	92
FIGURA 21 - Localização do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá (CMEI) Nossa Senhora de Guadalupe.....	93
FIGURA 22 – Centro Municipal de Educação Infantil antes da reforma.....	95
FIGURA 23 - Vista de cima do Centro Municipal de Educação Infantil.....	96
FIGURA 24 – Caminho do ponto alto.....	97
FIGURAS 25 E 26 – Outro ângulo do ponto alto da vila.....	99
FIGURAS 27 – Espaço do antigo lixão.....	100
FIGURAS 28 e 29 – Algumas moradias.....	101
FIGURAS 30 – Fluxo de caminhões.....	105
FIGURA 31 – Fluxo de caminhões.....	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Múltiplas Determinações Internas e Externas.....	32
QUADRO 2 – Estado do Paraná e município de Paranaguá: população residente (1970-2022).....	51
QUADRO 3 – Relação entre os eixos de determinações x práticas pedagógicas...	108

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
APPA – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
APP – Administração do Porto de Paranaguá
ASSEPAR – Associação de Catadores de Material Reciclável
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CEI – Centro de Educação Infantil
CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil
CV – Comando Vermelho
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DDA – Doenças Diarreicas Agudas
DSS – Determinantes Sociais da Saúde
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ETA – Estação de Tratamento de Água
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Pesquisa Econômica Aplicada
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGMO – Órgão de Gestão de Mão de Obra
OMS – Organização Mundial da Saúde
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SEECPR – Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná
SEFE – Sistema Educacional Família e Escola
SEMEDI – Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral
SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde

TPAs – Trabalhadores Portuários Avulsos

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UPAs – Unidades de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES À PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INFÂNCIA.....	21
2.1 PRÁTICA PEDAGÓGICA.....	29
2.2 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	34
3 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DE PARANAGUÁ.....	42
3.1 PORTO DE PARANAGUÁ.....	47
3.2 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PARANAGUÁ.....	56
3.2.1 Impactos das atividades portuárias e o transporte.....	58
3.2.2 Saneamento e saúde.....	64
3.2.3 Saúde e serviços sociais.....	73
3.2.4 Moradia e ocupações urbanas.....	75
3.2.5 Educação e condições de trabalho dos profissionais de educação.....	77
3.2.6 Violência e segurança pública.....	81
3.3 OLHAR SOBRE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PARANAGUÁ.....	84
3.3.1 Centro Municipal de Educação Infantil.....	89
3.3.2 Eixos de Determinações Externas x Influência à Prática Pedagógica.....	107
CONCLUSÕES.....	115
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO.....	125

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é uma condição de exposição a danos potenciais, de natureza individual ou coletiva, na abordagem de Carmo e Guizardi (2018, p. 4). Sendo, no contexto das políticas públicas, ampliada para incluir a precariedade econômica, a fragilidade de vínculos afetivos-relacionais e a desigualdade no acesso a bens e serviços públicos.

As políticas públicas educacionais são formuladas visando garantir o acesso equitativo à educação e de promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, de acordo com Smarjassi e Arzani (2021, p. 15).

Para Souza (2004, p. 10), a política pública é um dos determinantes externos da prática pedagógica, com influência direta nos determinantes internos, no contexto da gestão da escola. Tais determinantes externos, afirma Souza (2016, p. 52), “são todos os materiais e mediações externas que chegam às instituições e organizações sociais”, constituídos pelos instrumentos de políticas públicas, como a legislação, normas e políticas de avaliação, materializado pela “legislação e o corpo normativo formado por resoluções, portarias, normas instrutivas, estatutos, diretrizes curriculares, materiais pedagógicos institucionais de avaliação e ideologias veiculadas nas mídias impressa, televisiva e redes sociais”. Esses estabelecem parâmetros que orientam as práticas pedagógicas, impactando na autonomia das escolas e dos educadores, sendo fundamentais para a orientação da prática pedagógica, criando diretrizes que devem ser seguidas.

Estes determinantes externos se articulam e influenciam os determinantes internos, como “aqueles produzidos no interior da instituição escolar ou de movimentos e organizações sociais”, como afirma Souza (2016, p. 52). Assim, os determinantes internos são: a organização e gestão coletiva, projetos político-pedagógicos e a infraestrutura da escola, são diretamente moldados pelas políticas públicas. Essas políticas determinam como as instituições devem ser organizadas e geridas, influenciando a maneira como o currículo é implementado e como as rotinas diárias são estruturadas.

Destaca-se que as políticas públicas estabelecem uma base para a Educação Infantil, existindo desafios significativos na implementação dessas diretrizes. Santos (2020, p. 8) enfatiza que a prática pedagógica na Educação Infantil não é homogênea e varia conforme diferentes abordagens pedagógicas, contextos culturais e políticas

educacionais. Isso cria um cenário complexo em que as políticas públicas devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada contexto educacional.

Esta realidade é resultante de múltiplas determinações em que está inserida a escola. Para tanto, busca-se responder: Quais as múltiplas determinações externas influenciam à prática pedagógica no contexto de vulnerabilidade social?

Com isso, os objetivos de pesquisa são: - geral, visa compreender as múltiplas determinações à prática pedagógica no contexto infantil; os objetivos específicos: a) descrever as múltiplas determinações externas à prática pedagógica no contexto de vulnerabilidade social; b) discutir os desafios que influenciam à prática pedagógica em um Centro Municipal de Educação Infantil num contexto de vulnerabilidade social, em Paranaguá.

Justifica-se este estudo pela sua relevância no âmbito de interesse pessoal, profissional, acadêmico e social, considerando a importância de aprofundar os conhecimentos sobre a prática pedagógica na Educação Infantil.

A relevância pessoal deste estudo se dá pelo percurso profissional na Educação Infantil, iniciado no ano de 2013. Desde os primeiros anos de atuação, foram enfrentados desafios práticos que não foram abordados durante o período da formação teórica. Desse modo, a partir da experiência direta com crianças em diferentes contextos socioeconômicos e a adaptação constante às demandas da sala de aula contribuíram para o crescimento enquanto educadora. O centro municipal de Educação Infantil, cujo local é, atualmente, o ambiente profissional exercido durante esses últimos anos, tem se tornado, ao longo do tempo, um espaço de aprendizado e desenvolvimento pessoal, sendo que a construção desta pesquisa representa a continuidade da trajetória formativa, com a intenção de ampliar a compreensão acerca da prática pedagógica.

No que tange à relevância profissional, este estudo se justifica pelo impacto direto que a realidade do cotidiano deste centro municipal de Educação Infantil revela, tendo desafios que excedem o ambiente escolar e acabam envolvendo outros fatores, os externos, que são frequentemente negligenciados. Nesse contexto de fatores externos, observa-se a precariedade da infraestrutura urbana; a violência; o desemprego e a vulnerabilidade social da comunidade que tem seus filhos atendidos pelo CMEI pesquisado. Esses elementos influenciam diretamente nas práticas pedagógicas e demandam adaptações constantes por parte dos educadores. Assim,

investigar esses aspectos contribui para o desenvolvimento de abordagens mais eficazes e humanizadas no contexto da Educação Infantil.

A relevância acadêmica se evidencia pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a relação entre a vulnerabilidade social e a prática pedagógica na Educação Infantil. O levantamento de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, entre os anos de 2019 e 2023, utilizando as palavras-chave: “educação” e “vulnerabilidade social” apresentou um total de 68 estudos, nas quais apenas 9 mencionam, explicitamente, a vulnerabilidade social no título. Essa escassez de pesquisas sobre o tema, especialmente no contexto da Educação Infantil, reforça a importância deste estudo como uma contribuição para a área educacional, cujo estudo propicia, às futuras investigações, subsídios e o aprimoramento das práticas docentes e políticas futuras.

Quanto à relevância social, esta pesquisa busca por uma reflexão ampliada sobre a vulnerabilidade social e seus impactos na educação. Para tanto, selecionou-se um CMEI localizado em uma área de vulnerabilidade social, cujo local tratava-se de uma área remanescente do aterro sanitário "a céu aberto" do município, que teve a intervenção do Ministério Público do Paraná, para sua desativação, diante dos riscos presentes para a população e para as crianças, que viviam em função deste “lixão”. Essa comunidade, de entorno a esse CMEI, é historicamente marcada pela extrema pobreza, sendo que muitas famílias que residem nesse local dependem de programas sociais do governo, empregos informais e da coleta de materiais recicláveis para sobreviver. Por isso, a construção deste estudo, pretende fomentar a reflexão da comunidade escolar, gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, a fim de que, ao refletir sobre essa problemática, observando e repensando sobre os desafios enfrentados por essas crianças em situação de vulnerabilidade e, principalmente, sobre as estratégias pedagógicas, atentando-se para uma formação mais humana e de inclusão.

De modo geral, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender, refletir e discutir acerca dos desafios enfrentados, tanto pelas educadoras, como para as crianças que estão em contexto de vulnerabilidade. Neste estudo, sobre as múltiplas determinações que influenciam as práticas pedagógicas, busca-se debruçar sobre a realidade de um centro municipal de Educação Infantil, localizado em um contexto de vulnerabilidade social no município de Paranaguá. Nesse local existia um antigo aterro sanitário do município de Paranaguá e os

moradores que ali residiam organizaram uma associação de catadores de recicláveis. As condições de vida eram precárias e as famílias, constituídas por adultos e crianças, sobreviviam com a coleta de materiais descartados nesse lixão, em situação de vulnerabilidade social (Lemos; Sott, 2021, p. 41-42). Nessa realidade, a "maioria das famílias encontra-se em extrema pobreza e sobrevive de recursos de programas sociais do governo, algumas sobrevivem com a renda obtida de empregos informais ou por meio do trabalho ligado ao lixo" (Lemos; Sott, 2021, p. 44).

Entretanto, conforme matéria publicada por Fantin (2023, p. 01), houve a apresentação, em audiência pública, do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para a construção do Porto Guará, que trará muitos benefícios para a população de entorno do CMEI, o que poderá implicar numa melhor desenvoltura do desempenho escolar das crianças matriculadas na instituição. Desse modo, a justificativa para a construção desta pesquisa poderá apresentar novos olhares com relação à comunidade de entorno e aos impactos das práticas educacionais como um todo.

Este estudo fundamenta-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa de tipo exploratória. De acordo com Gil (2002, p. 41) as pesquisas exploratórias buscam ampliar o conhecimento sobre o problema, tornando-o mais claro ou possibilitando a formulação de hipóteses. Para tanto, os dados serão coletados em documentos que, conforme Gil (2002, p. 45), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes". Isto é, O desenvolvimento da pesquisa documental segue as mesmas etapas da pesquisa bibliográfica. No entanto, enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza principalmente materiais impressos disponíveis em bibliotecas, a pesquisa documental abrange fontes mais variadas e dispersas de documentos sendo os documentos coletados nesta pesquisa: Cadernos Municipais (IPARDES, 2024) de Paranaguá; Relatório de Impacto Ambiental – Porto Guará (EIA, 2022); Plano Diretor de Paranaguá (PDDI, 2007); Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2002); Prefeitura Municipal de Paranaguá (2021); Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná (SEECPR, 2021); Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2022).

Os procedimentos metodológicos contam com as observações diretas das práticas pedagógicas pela pesquisadora que tem seu cotidiano de trabalho neste centro de Educação Infantil pesquisado. A coleta de dados realizou-se a partir de documentos institucionais e de documentos que tenham dados sobre os determinantes externos e as vulnerabilidades sociais do município de Paranaguá.

Assim, buscou-se a coleta de dados descritivos e a interpretação significativa das informações, conforme observado por André (2005, p. 35), para interpretar o conteúdo dos documentos coletados. Ainda, as contribuições de Severino (2013, p. 107) esclarece que a pesquisa exploratória procede no levantamento de informações de “um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Portanto, sendo uma etapa de preparação para a pesquisa explicativa. Já a pesquisa explicativa busca “registrar e analisar os fenômenos estudados”, identificando as causas, por meio da interpretação com fundamentos nos métodos qualitativos.

Considera-se que esses fundamentos metodológicos de pesquisa, permitem adotar a interpretação como uma dimensão analítica, em que buscou sistematizar as múltiplas determinações em cinco eixos temáticos que agregam um conjunto de vulnerabilidades como: impactos das atividades portuárias e transporte; saneamento e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho dos profissionais de educação; violência e segurança pública. Tais eixos emergiram do campo de dados trazidos pelos documentos coletados, visando uma compreensão das múltiplas determinações que influenciam as práticas pedagógicas num contexto de vulnerabilidade social, como o contexto de um centro de Educação Infantil de Paranaguá.

A apresentação dos resultados deste estudo está organizada em: introdução, que apresenta a questão norteadora da pesquisa; os objetivos - geral e específicos; justificativa; indicações teóricas e metodológicas. Na continuidade, dividem-se as demais seções, em três momentos. O primeiro demarca o enfoque teórico sobre as práticas pedagógicas; infância e Educação Infantil; o segundo sobre as múltiplas determinações no contexto de Paranaguá, e o terceiro traz um Centro Municipal de Educação Infantil localizado num contexto de vulnerabilidade social de Paranaguá. Neste sentido, buscou-se debruçar sobre a realidade de vulnerabilidade social como local em que são materializadas a influência deste contexto nas práticas pedagógicas estudadas. Por fim, as conclusões apontam uma síntese das contradições neste contexto de vulnerabilidades sociais no município de Paranaguá, evidenciadas pelos dados coletados nos documentos e analisados em cinco eixos temáticos de interpretação desta realidade de um município portuário brasileiro.

2 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES À PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INFÂNCIA

Nesta seção do estudo, exploram-se os conceitos que fundamentam o estudo relacionado às múltiplas determinações, prática pedagógica na infância e Educação Infantil, a fim de que sejam abordadas, após tal contextualização, as políticas educacionais. Assim, foi realizada a busca de artigos na base de dados do Scielo, tendo como termos de busca “múltiplas determinações”, em que foram selecionados os artigos atualizados entre os anos de 2020 a 2024.

Nesta seção, busca-se apresentar os achados da pesquisa bibliográfica sobre a temática de múltiplas determinações, relacionando, especialmente com a prática pedagógica e a infância. Desse modo, inicia-se com autores que buscaram compreender a concepção de determinação social na área de saúde pública, como o caso de Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo (2017); Minayo (2021) e Almeida-Filho (2021).

Assim, de acordo com Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo (2017, p. 66), o conceito de determinação social está relacionado a uma ideia de que os processos sociais e históricos influenciam diretamente as condições de vida das pessoas, tendo consequências na saúde. Diferente do conceito de determinantes sociais, que identifica e descreve fatores que afetam a saúde (como renda, educação, habitação), a determinação social aprofunda a análise, enfatizando que esses fatores são moldados por estruturas sociais, econômicas e políticas mais amplas.

Garbois, Sodré e Dalbello-Araujo (2017, p. 66) aprofundam a análise sobre a determinação social ao enfatizarem que ela vai além da mera identificação de fatores isolados que afetam a saúde, como os determinantes sociais (renda, educação, habitação). Para os autores, a determinação social explora as inter-relações e a complexidade dos fatores estruturais que moldam as condições de vida e, conseqüentemente, a saúde das pessoas. Eles destacam que essas condições não são apenas resultados de escolhas individuais ou fatores imediatos, mas de processos históricos e sociais mais amplos que operam de forma contínua e sistemática.

A partir dessa perspectiva, Garbois, Sodré, Dalbello-Araujo (2017, p. 68) argumentam que as políticas públicas, o sistema econômico, as relações de poder e as dinâmicas de classe social configuram uma matriz estrutural que influencia diretamente a saúde coletiva. Essa abordagem compreende que as desigualdades

sociais e suas consequências para a saúde são produtos de forças estruturais, como a organização da economia e as políticas governamentais, que geram e perpetuam disparidades nas condições de vida.

Aplicando esse conceito ao contexto pedagógico e da infância, é possível perceber que a determinação social também afeta a educação e o desenvolvimento infantil. As desigualdades nas condições de vida, como a precariedade habitacional, o acesso desigual à educação de qualidade e os baixos rendimentos familiares, moldam as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Assim como na saúde pública, as condições de educação não são determinadas apenas por fatores individuais, mas estão inseridas em um contexto mais amplo de determinantes sociais e econômicos. Portanto, as práticas pedagógicas devem considerar essas múltiplas determinações para promover uma educação mais equitativa e inclusiva, capaz de responder às necessidades reais das crianças em diferentes contextos sociais.

Para Minayo (2021), em seus estudos na área de saúde pública, é possível compreender a distinção entre o conceito de "determinação social" e os "determinantes sociais", especialmente no contexto da Epidemiologia Latino-Americana. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) adota o termo "determinantes sociais", que se refere às condições socioeconômicas em que as pessoas vivem e trabalham, a "determinação social da saúde" tem uma base mais crítica e marxista, focando nas estruturas sociais, econômicas e políticas que moldam a saúde.

Minayo (2021, p. 5), enfatiza que o conceito de determinação social emergiu com força na América Latina como uma crítica ao biologicismo, que reduzia a saúde às questões puramente biológicas. Os pensadores dessa vertente, como Breilh (2013) e Laurell (1983), defenderam uma abordagem mais ampla, considerando as relações de classe, modos de produção e reprodução social como determinantes fundamentais da saúde e da doença. Por outro lado, ela aponta que o modelo de determinantes sociais da saúde, promovido pela OMS, é criticado por autores latino-americanos por ser considerado um modelo estático, compartimentado e que não leva em conta a historicidade e a complexidade dos processos de saúde e doença. A autora cita que críticos, como Breilh (2013), reivindicam a necessidade de incluir a dimensão política e econômica no debate sobre a saúde, ao contrário do modelo da OMS, que foca apenas nas desigualdades sociais - sem abordar suas causas estruturais.

Contudo, Minayo (2021), destaca que, embora o conceito de "determinantes sociais" tenha ganhado espaço globalmente, os pensadores da América Latina continuam a defender uma visão mais abrangente e crítica da "determinação social", que reconhece a interação entre fatores biológicos, sociais e econômicos na produção de saúde e doença. Ainda, na ótica da autora, os determinantes sociais da saúde referem-se às condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, que influenciam diretamente sua saúde. Essas condições incluem fatores como: educação; emprego; renda; habitação; alimentação; acesso a serviços de saúde e ambiente.

Ela também diferencia os determinantes sociais da saúde, - conceito amplamente utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da determinação social da saúde, defendida por pensadores da Epidemiologia Latino-Americana. Enquanto os determinantes sociais da saúde da OMS focam nas desigualdades sociais e nas circunstâncias da vida das pessoas, a determinação social da saúde enfatiza as estruturas socioeconômicas e políticas que moldam a saúde. Para os autores latino-americanos, a determinação social é vista de forma mais crítica, abordando questões históricas; políticas e econômicas como elementos essenciais para entender os processos de saúde e doença.

Minayo (2021, p. 03) indica que existe um modelo descrito por Dahlgren e Whitehead, elaborado em 1991, que de acordo com Buss e Pellegrini Filho (2007, p. 83), organiza os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) em diferentes camadas, desde uma camada mais próxima dos determinantes individuais até uma camada mais distante, onde se encontram os macrodeterminantes. Embora a representação gráfica dos DSS em camadas, de acordo com seu nível de abrangência, seja visualmente clara, o modelo não se propõe a explicar detalhadamente as relações e mediações entre os diferentes níveis e a origem das desigualdades.

Como ilustrado na Figura 01 os indivíduos estão na base do modelo, com suas características pessoais, como idade, sexo e fatores genéticos, que naturalmente influenciam suas condições e seu potencial de saúde. Logo acima, na camada seguinte, encontram-se os comportamentos e os estilos de vida individuais. Esta camada faz a transição entre os fatores pessoais e os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), pois, embora esses comportamentos sejam frequentemente vistos como escolhas individuais feitas pelo livre-arbítrio, eles também estão fortemente influenciados por fatores sociais, como acesso à informação, propaganda, pressão de

grupos, e disponibilidade de alimentos saudáveis e espaços para lazer (Buss; Pellegrini Filho, 2007, p. 83).

Figura 01 – Modelo de DSS proposto por Dahlgren e Whitehead



Fonte: Buss; Pellegrini Filho (2007, p. 84)

A figura 1 acima, utilizada na pesquisa de Buss e Pellegrini Filho (2007, p. 84), apresenta como diversos fatores influenciam a saúde de uma população, organizando-os em diferentes camadas. No centro, estão as características individuais dos indivíduos, tais como: idade, sexo e fatores genéticos, que afetam diretamente seu potencial de saúde.

Podemos destacar que em torno dessa camada central, estão fatores comportamentais e de estilo de vida, assim como: hábitos alimentares, atividade física e escolhas pessoais. Tais comportamentos são muitas vezes influenciados por fatores externos, como o ambiente social e econômico, e podem ser moldados pela pressão dos pares, acesso às informações, propagandas e as condições sociais.

Em seguida, o modelo inclui fatores mais amplos, como redes sociais e comunitárias. A saúde também é influenciada por condições de vida e de trabalho, níveis de desemprego, educação, habitação, acesso a água e esgoto e serviços

sociais e de saúde. As condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais ocupam a camada mais externa, evidenciando que fatores econômicos, políticos e ambientais têm grande impacto sobre a saúde da população. Esse modelo demonstra que a saúde não é determinada apenas por escolhas individuais, mas por uma complexa interação de fatores sociais, econômicos e ambientais.

Dessa forma, compreende-se que os determinantes sociais da saúde referem-se aos fatores que influenciam as condições de saúde das populações, como as condições socioeconômicas, culturais, étnicas/raciais, e ambientais (Silva; Bicudo, 2022, p. 116).

Estes fatores são reconhecidos por impactarem diretamente a exposição a riscos e a vulnerabilidade das populações a diversas doenças. A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, define os determinantes sociais como as "circunstâncias em que as populações crescem, vivem, trabalham e envelhecem, bem como os sistemas implementados para lidar com a doença" (OMS, 2010, p. 01).

Por outro lado, a determinação social da saúde está relacionada na identificação de fatores de risco. Esta perspectiva, muito influenciada pelo materialismo histórico-dialético¹, enxerga o processo saúde-doença como um fenômeno histórico e socialmente determinado, profundamente enraizado nas condições de vida e de trabalho das pessoas (Silva; Bicudo, 2022, p. 117).

Nesse sentido, a determinação social da saúde não só reconhece os fatores que influenciam a saúde, mas também analisa como esses fatores são moldados por estruturas sociais mais amplas e, em última instância, pelas relações de produção capitalista.

Considera-se que Almeida-Filho (2021) é uma das principais referências no debate sobre a determinação social da saúde no Brasil. Ele sustenta que o processo saúde-doença deve ser analisado por meio de uma abordagem dialética, que leva em consideração a interação entre múltiplos fatores biológicos, sociais, econômicos e culturais. A partir dessa perspectiva, o autor defende que a saúde e a doença não podem ser interpretadas como fenômenos isolados e exclusivamente individuais,

¹ De acordo com Pires (1997, p. 87) caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

mas como resultados de processos sociais e históricos mais amplos, enraizados nas condições materiais e nas relações sociais estabelecidas em uma dada sociedade.

A crítica de Almeida-Filho (2021) à visão biomédica tradicional, que tende a reduzir o processo saúde-doença a explicações biológicas e individuais, é um ponto central de sua abordagem. Para o autor, essa visão fragmentada desconsidera as interações complexas entre fatores externos ao organismo, tais como as condições de vida, o acesso a recursos essenciais e as desigualdades sociais. Nesse sentido, ele sugere que a compreensão da saúde deve transcender a biologia e incorporar uma análise das determinações sociais que influenciam a distribuição de doenças e agravos na população (Almeida-Filho, 2021, p. 01).

O conceito de determinação social da saúde, amplamente defendido por Almeida-Filho (2021), implica que a saúde de uma população é diretamente influenciada por fatores como a estrutura econômica, o acesso a saneamento básico, educação, moradia, alimentação e trabalho. A essas condições materiais de existência somam-se as relações sociais de poder e dominação, que produzem desigualdades e iniquidades na forma como a saúde e a doença se manifestam nas diferentes camadas sociais. O autor argumenta que as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica tendem a ser mais expostas a riscos de saúde, o que reforça a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e justiça social como pilares para a melhoria das condições de saúde coletiva.

Ademais, Almeida-Filho (2021), destaca que a determinação social da saúde envolve dimensões subjetivas, como as percepções culturais, as representações sociais da doença e o comportamento frente ao cuidado com a saúde. Para ele, esses aspectos também desempenham um papel fundamental na forma como as populações experimentam o processo de adoecimento e recuperação, evidenciando a necessidade de um enfoque integral e intersetorial nas políticas públicas de saúde.

Ao adotar essa perspectiva ampliada, o autor propõe que os determinantes sociais da saúde devam ser considerados como parte de uma abordagem multidimensional, que vai além da mera oferta de serviços médicos e terapêuticos. Ele reforça a importância de uma política de saúde pública que promova a transformação das condições estruturais que perpetuam as desigualdades e injustiças sociais, sendo, assim, um elemento central na promoção da saúde coletiva e na redução das iniquidades (Almeida-Filho, 2021, p. 01).

Portanto, Almeida-Filho (2021), propõe uma reavaliação profunda das abordagens tradicionais de saúde, destacando a importância de se reconhecer as dimensões econômicas, sociais e culturais na determinação da saúde. Sua contribuição teórica aponta para a necessidade de políticas intersetoriais que combatam as causas estruturais das doenças, buscando não apenas a prevenção e o tratamento, mas também a promoção de condições mais justas e equitativas de vida para toda a população.

Desse modo, Minayo (2021) também critica a visão reducionista dos determinantes sociais, que, muitas vezes, limita-se a identificar fatores isolados sem levar em conta a totalidade das condições de vida. Ela destaca que essa abordagem fragmentada não consegue captar a complexidade das interações que realmente moldam o processo saúde-doença.

A perspectiva de determinação social da saúde, conforme discutida por Minayo (2021) e outros estudiosos, vai contra a abordagem dominante na saúde pública, que tende a focar nos aspectos individuais e biológicos da saúde. Ao invés disso, a determinação social da saúde busca uma compreensão mais humanista e crítica do processo saúde-doença, incorporando as dinâmicas sociais e históricas que o permeiam (Silva; Bicudo, 2022, p. 118).

Essa visão crítica é especialmente importante quando consideram-se as limitações das políticas públicas de saúde que não abordam adequadamente as desigualdades estruturais. Como observado por Breilh (2013), um dos teóricos mais influentes na área, "a acumulação capitalista é incompatível com modos de vida saudáveis" (Breilh, 2013, p. 15).

Com isso, a aplicação do conceito de determinação social da saúde nas políticas públicas exige uma mudança de paradigma. Não basta mais focar em medidas que abordem os sintomas das desigualdades em saúde; é necessário atacar as causas estruturais dessas desigualdades. Isso inclui a reforma das condições de trabalho, a melhoria da habitação, o acesso universal à educação e à saúde de qualidade, entre outros aspectos fundamentais.

Minayo (2021, p. 7) argumenta que, para haver uma mudança significativa, as políticas de saúde precisam ser integradas e intersetoriais, considerando a saúde como um direito humano fundamental que deve ser garantido através da ação coletiva e da justiça social, a autora afirma que a "saúde não pode ser tratada como uma

mercadoria; ela é um direito de todos e deve ser garantida por meio de políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais de forma estrutural".

A partir das contribuições de Garbois, Sodré, Dalbello-Araujo (2017), Minayo (2021) e Almeida-Filho (2021), é possível compreender que o conceito de determinação social é fundamental para a análise crítica de como fatores sociais, econômicos e políticos influenciam a saúde e o desenvolvimento das populações, extrapolando uma visão reducionista de saúde como fenômeno biológico. Essa abordagem auxilia na compreensão da pesquisa, pois oferece uma perspectiva mais abrangente para entender como essas múltiplas determinações afetam a prática pedagógica e o desenvolvimento infantil.

Garbois, Sodré, Dalbello-Araujo (2017) destacam que os processos históricos e sociais moldam as condições de vida e, conseqüentemente, a saúde das pessoas. A partir dessa ideia, aplicando-a ao campo educacional, podemos perceber que as desigualdades sociais não apenas afetam a saúde, mas também as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Essa análise enfatiza a necessidade de considerar as relações estruturais e inter-relações complexas que moldam as condições de vida das crianças, impactando diretamente a sua trajetória educacional.

Minayo (2021) amplia essa compreensão ao criticar o modelo de determinantes sociais promovido pela OMS, por considerá-lo compartimentado e estático. Para a autora, a determinação social da saúde inclui uma dimensão histórica e crítica que também pode ser aplicada à educação. Nesse sentido, as condições materiais de vida, as desigualdades de acesso e as relações de poder não apenas determinam a saúde, mas também moldam as condições de aprendizagem. Esse enfoque permite que, na pesquisa, sejam exploradas como essas múltiplas determinações sociais afetam a infância e a educação, oferecendo um olhar mais profundo sobre como as políticas educacionais podem intervir nesses processos estruturais.

A partir da discussão realizada por Almeida-Filho (2021) pode-se dizer que a contribuição está numa visão dialética, defendendo que a saúde e a educação devem ser compreendidas como resultados de processos sociais amplos, enraizados nas condições materiais e nas relações sociais. Sua abordagem reforça a importância de adotar uma perspectiva multidimensional, na qual a análise do desenvolvimento infantil, considera tanto fatores biológicos quanto sociais, econômicos e culturais.

2.1 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Para aprofundar este estudo, é importante compreender o conceito de prática pedagógica, fundamentado no pensamento de Souza (2016), que é a autora de referência para a abordagem de prática pedagógica neste estudo.

Segundo Souza (2016, p. 38), “prática pedagógica é um conceito que tende a ser explicitado por meio de relações diretas com a escola e o ensino”. Estudos sobre essa temática associam a aspectos como os conteúdos de trabalho, a interação entre educador e educando, as metodologias de ensino, os processos avaliativos, os recursos didáticos e pedagógicos, além das tecnologias educacionais. Essa prática envolve assuntos, mediações e conteúdo que podem se manifestar tanto no contexto escolar quanto fora dele. Ela pode ser direcionada para perpetuar relações de dominação ou para fomentar processos de resistência. Independentemente de sua intenção, continua sendo uma dimensão integrada da prática social.

Para Souza (2016, p. 40), a prática pedagógica tem sua essência na intencionalidade dentro do contexto social. Isso significa que ela faz parte de um conjunto mais amplo de ações humanas, influenciado por aspectos pedagógicos, econômicos, culturais, ideológicos e políticos, os quais se inter-relacionam e influenciam mutuamente. A intencionalidade dessa prática se manifesta em diversos objetivos, como educar, transformar, conservar, questionar, construir e desconstruir conhecimentos. Essa característica intencional decorre da própria dinâmica social e das mudanças que ocorrem ao longo da história. As transformações culturais, econômicas e políticas não refletem apenas a prática social vigente, mas também são moldadas por ela. A prática pedagógica está inserida na relação entre a sociedade e o Estado, sendo influenciada por políticas públicas e, ao mesmo tempo, exercendo um papel fundamental na criação e no desenvolvimento dessas políticas, especialmente no campo da educação.

Desse modo, compreende-se que a prática pedagógica não ocorre isoladamente, mas está sempre vinculada ao contexto social e histórico. Isso diz respeito que a educação não é neutra, pelo contrário, é intencional e orientada por objetivos que podem variar conforme as necessidades e interesses da sociedade. A prática pedagógica está intrinsecamente ligada às políticas públicas e pode tanto ser influenciada por elas quanto contribuir para sua formulação.

Ademais, Souza (2016), também destaca três elementos importantes para se conceituar a prática pedagógica, a saber que o:

primeiro diz respeito ao contexto da prática pedagógica – escola, reorganizações sociais, movimentos sociais, contextos societários variados como hospitais, creches, comunidades específicas etc. O Segundo refere-se à intencionalidade da prática pedagógica, que pode ser formação escolar; formação política; formação pedagógico-política; formação sociocultural e identitária; formação técnico-profissional entre outras. O terceiro tem a ver com os sujeitos da prática, haja vista a sua essência como mediação de relações. Sujeitos que podem ser docentes, gestores, lideranças, assessores entre outros. Para cada contexto, intencionalidade e sujeito, há um conjunto de outros elementos que necessitam de identificação. Esses três elementos estão no cenário das relações entre Sociedade e Estado/Governos, conflituosas, em situação de disputas políticas e, algumas vezes, em conjunturas de disputas políticas e, algumas vezes, em conjunturas políticas centralizadoras (Souza, 2016, p. 41).

Dessa maneira, a autora afirma três elementos estruturantes para conceituar a prática pedagógica: o contexto (escola, hospitais, creches etc.), a intencionalidade (formação escolar, política, sociocultural etc.) e os sujeitos (docentes, gestores, lideranças). Esses elementos estão relacionados às relações entre Sociedade e Estado/Governos, muitas vezes em situações de disputas políticas. O parágrafo menciona que esses elementos estão intrinsecamente ligados às relações entre a Sociedade e o Estado/Governos.

Essas relações podem ser conflituosas e, muitas vezes, envolvem disputas políticas, indicando que a educação não ocorre em um vácuo, mas é influenciada por fatores políticos, sociais e culturais. Em algumas situações, pode haver uma centralização do controle político sobre a educação, o que também afeta a prática pedagógica.

Essas práticas englobam uma ampla variedade de atividades e interações que ocorrem no contexto escolar e que têm como objetivo principal facilitar a construção do conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e competências e a formação integral dos estudantes (Magalhães, 2020, p. 13).

É importante ressaltar que as práticas pedagógicas na Educação Infantil não se restringem apenas ao momento da aula em si, mas permeiam todas as dimensões da vida escolar, incluindo a organização do currículo, o planejamento de atividades, a avaliação do aprendizado, a gestão da sala de aula e o estabelecimento de relações interpessoais entre educadores, alunos, famílias e comunidade (Magalhães, 2020, p. 13). Nas palavras de Souza (2016, p. 47), “na escola, a prática pedagógica não é do

professor. Ela é fruto de um processo social de trabalho dentro da escola, mediado pelas instâncias governamentais responsáveis pela instituição escolar”.

Existem diversas abordagens e perspectivas teóricas que fundamentam as práticas pedagógicas e orientam a atuação dos educadores. Uma dessas abordagens é a pedagogia tradicional, que se baseia na transmissão de conhecimentos pelo professor para o aluno, centrando-se no ensino de conteúdos pré-determinados e na valorização da autoridade do professor. Nesse modelo, as práticas pedagógicas tendem a ser mais expositivas e centradas no professor, com pouca participação dos alunos na construção do conhecimento (Almeida, 2020, p. 62).

Por outro lado, temos abordagens mais contemporâneas e progressistas, como a pedagogia construtivista, que valoriza a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento, a aprendizagem por descoberta e a valorização das experiências e saberes prévios dos estudantes. Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas na Educação Infantil são mais centradas no aluno, promovendo a investigação, a experimentação e a reflexão como meios de construção do conhecimento (Almeida, 2020, p. 63). É importante destacar que as práticas pedagógicas são influenciadas por uma série de determinantes internos e externos.

Inicialmente, considera-se o conceito apresentado por Souza (2016, p. 52), que traz o conceito de determinantes, apontando ser o elemento ou característica capaz de exercer influência, promover alterações e/ou orientar uma prática, mesmo quando esta é concebida de maneira reflexiva e crítica, ou seja, como práxis, desenvolvida como a integração entre teoria e prática.

Dessa forma, como a autora destaca:

Determinante é aquele elemento ou propriedade que tem o poder de influenciar, modificar e/ou direcionar uma prática, mesmo que ela seja pensada de forma crítica, portanto como práxis, como unidade teoria-prática. A prática pedagógica não existe isolada da prática social e do mundo, dos sujeitos e do lugar que ocupam no mundo, individual e coletivamente. Ela é uma dimensão da prática social mais ampla, dimensão voltada a processos formativos pedagógicos e político-culturais (Souza, 2016, p. 52).

Nesse contexto, Souza (2016) explica a diferença entre os determinantes internos e externos, destacados como:

Determinantes internos os condicionantes produzidos no interior da instituição escolar ou de movimentos e organizações sociais. São condicionantes internos a organização e gestão do coletivo, os materiais

produzidos e ou escolhidos para fundamentar as ações, as hierarquias estabelecidas dentro do grupo, projetos políticos-pedagógicos, as rotinas e, muitas vezes a própria infraestrutura dos espaços onde são desenvolvidos os processos pedagógicos. Determinantes externos são todos os materiais e mediações externas que chegam às instituições e movimentos e organizações sociais. São condicionantes externos a legislação e o corpo normativo formado por resoluções, portarias, norma instrutivas, estatutos, diretrizes curriculares, materiais pedagógicos, processos institucionais de avaliação e ideologias, veiculadas nas mídias impressa, televisiva e redes sociais, entre outros. (Souza, 2016, p. 52)

A partir dessa concepção apontada por Souza (2016, p. 52), sobre determinantes internos e determinantes externos, elaborou-se o quadro abaixo, destacando outros pontos que também podem ser relacionados a esses determinantes.

O quadro a seguir ilustra as determinações internas e externas da prática pedagógica, embora a pesquisa dê atenção à aspectos da vulnerabilidade social, que, por sua vez, tem relação com as determinações externas.

Quadro 1. Múltiplas Determinações internas e externas

Determinantes Internos	Determinantes Externos
Organização e gestão do coletivo	Legislação e corpo normativo formado por resoluções, portarias, normas instrutivas, estatutos, diretrizes curriculares
Materiais produzidos e/ou escolhidos para fundamentar as ações	Materiais pedagógicos externos
Hierarquias estabelecidas dentro do grupo	Processos institucionais de avaliação
Projetos político-pedagógicos	Ideologias veiculadas nas mídias impressa, televisiva e redes sociais
Rotinas	Condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais
Infraestrutura dos espaços onde são desenvolvidos os processos pedagógicos	produção agrícola e de alimentos; condições de vida e de trabalho; Desemprego; Água e esgoto; Serviços sociais de saúde Habitação; Redes sociais e comunitárias; Estilo de vida dos indivíduos; Idade, sexo e fatores hereditários.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024, baseada na concepção de Souza (2016, p. 42) e Buss e Pelegrini Filho (2007, p. 84)

Nesta pesquisa, será abordado os determinantes externos que caracterizam o contexto da escola, como um dos elementos que estruturam o conceito de prática pedagógica, conforme Souza (2016, p. 41).

A título de ilustração, mencionam-se os determinantes internos, considerados pela autora como sendo a organização administrativa e gestão do corpo docente. A maneira como a escola é administrada, os modelos de liderança adotados e as relações estabelecidas entre gestores, coordenadores pedagógicos, professores e demais funcionários têm um impacto significativo sobre a prática pedagógica. Uma gestão escolar eficaz e participativa pode promover um ambiente de trabalho colaborativo, estimular o engajamento dos profissionais da educação e favorecer a implementação de projetos inovadores e práticas pedagógicas centradas no aluno.

Diante disso, passaremos a tratar dos determinantes externos, que segundo Souza (2016, p. 52-53), ao definir os determinantes externos considera

Determinantes externos são todos os materiais e mediações externas que chegam às instituições e movimentos e organizações sociais. São condicionantes externos a legislação e o corpo normativo formado por resoluções, portarias, normas instrutivas, estatutos, diretrizes curriculares, materiais pedagógicos, processos, institucionais de avaliação ideologias veiculadas nas mídias impressa, televisiva e redes sociais, entre outros.

Segundo Souza (2016, p. 54), seja no contexto escolar ou fora dele, é influenciada por elementos de conjuntura e estrutura, os quais atuam como condicionantes históricos específicos de cada sociedade. Para esclarecer a distinção e a relação entre esses dois conceitos, a autora recorre ao esquema didático de Souza (1991, p. 14 *apud* Souza, 2016, p. 54-55), que define a conjuntura como estar "[...] tem relação com a história, com o passado, com relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas ao longo de um processo mais longo".

Nesse sentido, assim como aponta Souza (2016, p. 57-58), a conjuntura de que a influência nas práticas pedagógicas não é imutável, podendo ser transformada pela ação social, pela resistência e pelo protagonismo dos movimentos sociais. Do ponto de vista analítico, a compreensão de uma conjuntura específica exige a identificação dos elementos estruturais que a sustentam e conferem suporte às dinâmicas em questão.

No próximo subtópico desta pesquisa, destaca-se o conceito vulnerabilidade social, no sentido de caracterizar o contexto em que está localizado um Centro Municipal de Educação Infantil e sua influência sobre as práticas pedagógicas.

2.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

Para construir essa parte da pesquisa, considerou-se pesquisa exploratória na Base de dados do Scielo, consultado no dia 09 de janeiro de 2025. Com isso, foram selecionados artigos, que subsidiaram para a elaboração do conceito de vulnerabilidade social. Dentro dos textos selecionados, observou-se, que as mesmas apresentavam diferentes conceitos, dos quais serão destacados abaixo.

No ensaio, intitulado como "O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social", de Carmo e Guizardi (2018), apontam que o conceito de vulnerabilidade social emergiu como uma categoria analítica relevante para compreender as desigualdades sociais e suas implicações na garantia de direitos fundamentais. Este conceito, que se consolidou em áreas como a saúde e a assistência social, reflete a complexidade das condições que fragilizam os indivíduos e grupos sociais em contextos marcados por desvantagens estruturais.

De acordo com Carmo e Guizardi (2018, p. 01), a vulnerabilidade é "capaz de influenciar práticas sociais e a produção de cidadania nos campos da saúde e assistência social", destacando-se por seu potencial de ampliar a compreensão sobre os fatores que dificultam o pleno exercício da cidadania.

A origem do termo vulnerabilidade está associada à raiz latina *vulnerare*, que significa ferir ou lesar, e *bilis*, que remete à ideia de suscetibilidade (Carmo; Guizardi, 2018, p. 05). Desse modo, compreende-se a partir da originalidade da palavra que a vulnerabilidade trata-se de uma condição de exposição a danos potenciais, sejam eles de natureza individual ou coletiva. No âmbito das políticas públicas brasileiras, a vulnerabilidade social foi formalmente incorporada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a seguridade social como um sistema integrado de saúde, assistência social e previdência. Segundo Carmo e Guizardi (2018, p. 02), "a seguridade social não contributiva brasileira depara-se com uma correlação de forças que não permite a efetivação de seu princípio de universalidade", o que frequentemente resulta em ações focais direcionadas às populações mais vulneráveis.

A implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, consolidou a vulnerabilidade social como um campo central de intervenção das políticas públicas. Nesse contexto, o conceito foi ampliado para incluir, além da

precariedade econômica, a fragilidade de vínculos afetivo-relacionais e a desigualdade no acesso a bens e serviços públicos (Carmo; Guizardi, 2018, p. 04).

Ainda nesse ensaio produzido por Carmo e Guizardi (2018), os autores apresentaram três tipos de contexto em que a vulnerabilidade social poderia ser destacada: vulnerabilidade na saúde, vulnerabilidade na assistência social e as influências nas práticas sociais.

Pode-se destacar que as práticas de saúde também foram impactadas pelo conceito de vulnerabilidade, particularmente com a substituição do termo "grupos de risco" pela ideia de vulnerabilidade na época da epidemia de HIV. Essa mudança refletiu uma compreensão mais ampla das condições que influenciam a exposição à infecção, considerando fatores sociais, econômicos e culturais (Carmo; Guizardi, 2018, p. 06). Na área da Assistência Social, a centralidade da família como unidade de intervenção tem gerado debates sobre as implicações dessa abordagem para a reprodução de desigualdades de gênero e para a autonomia dos indivíduos.

Outro aspecto apontado na pesquisa é a relação entre vulnerabilidade social e cidadania. A cidadania no Brasil é historicamente marcada por desigualdades no acesso a direitos fundamentais, o que agrava a vulnerabilidade de determinados grupos. Nesse sentido, a vulnerabilidade social pode ser vista como uma expressão da negação do direito à cidadania plena. Kowarick (2003 *apud* Carmo; Guizardi, 2018, p. 06) argumenta que a vulnerabilidade social envolve não apenas a falta de renda, mas também a exclusão do acesso a recursos e serviços essenciais. Esta perspectiva reforça a necessidade de ações intersetoriais que promovam a inclusão social e reduzam as desigualdades.

As práticas sociais voltadas à população em situação de rua, por exemplo, demandam uma abordagem que considere não apenas as condições materiais, mas também as fragilidades relacionais e afetivas desse grupo. Fiorati *et al.* (2014 *apud* Carmo; Guizardi, 2018, p. 06) destacam que a intersetorialidade é essencial para garantir a integralidade do atendimento, promovendo a articulação entre diferentes setores e serviços. Essa articulação é particularmente relevante em contextos de desigualdade e injustiça social, nos quais a vulnerabilidade tende a se perpetuar.

Embora o conceito de vulnerabilidade social ainda seja marcado por imprecisões, ele tem se mostrado um instrumento valioso para compreender as dinâmicas das desigualdades e orientar políticas públicas mais eficazes. Carmo e Guizardi (2018, p. 09) ressaltam que "o olhar para a integralidade dos sujeitos em

situação de vulnerabilidade nada mais faz do que se alinhar à constatação de que estes sujeitos possuem demandas e necessidades de diversas ordens". Assim, a efetividade das políticas públicas depende da capacidade de abordar as múltiplas dimensões da vulnerabilidade e promover a redução das desigualdades de maneira integrada.

No próximo artigo, "O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura", Scott *et al.* (2018). O conceito de vulnerabilidade social emergiu no âmbito acadêmico como uma tentativa de compreender situações de precariedade e exclusão que afetam determinados grupos e indivíduos na sociedade contemporânea. Inicialmente, o termo foi empregado na década de 1980, especialmente no contexto da epidemia de HIV/AIDS, com foco na exposição de determinados indivíduos e grupos a riscos associados à infecção pelo vírus. Essa abordagem inicial vinculava a vulnerabilidade a aspectos epidemiológicos e comportamentais, destacando fatores individuais, sociais e contextuais que contribuíam para a suscetibilidade ao vírus (Ayres *et al.* 2009 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 602). A partir desse contexto, o conceito evoluiu, transcendendo a visão estritamente médica e incorporando uma perspectiva mais ampla e multidimensional.

Conforme Ayres *et al.* (2009 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 602), a vulnerabilidade social está intrinsecamente ligada aos diferentes contextos sociais que determinam a exposição de grupos populacionais a condições adversas. Nesse sentido, a ideia de vulnerabilidade não se limita a características intrínsecas dos indivíduos, mas é moldada pela posição ocupada por esses grupos na sociedade e pelas desigualdades estruturais que permeiam as relações sociais. Desse modo, ser vulnerável implica enfrentar uma precariedade de condições de vida que resulta da interação entre fatores sociais, econômicos e políticos (Scott *et al.*, 2018, p. 602).

Ademais, o conceito de exclusão social, frequentemente relacionado à vulnerabilidade social, foi amplamente utilizado para descrever situações de pobreza e marginalidade. No entanto, Lopes (2008 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 603) adverte que exclusão social não deve ser tratada como sinônimo de pobreza, já que esta última refere-se a um fenômeno econômico, enquanto a exclusão abrange dimensões sociais e culturais. A exclusão social, no contexto neoliberal, muitas vezes nega não apenas o acesso ao consumo e ao trabalho, mas também a própria subjetividade do indivíduo.

Por outro lado, a vulnerabilidade social, enquanto conceito, foi incorporada gradualmente às discussões sobre políticas públicas, sendo utilizada para descrever situações de desigualdade e exclusão que afetam a população. Pedersen e Silva (2013 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 603) destacam que a vulnerabilidade social é frequentemente empregada para caracterizar indivíduos e grupos que enfrentam condições desfavoráveis no mercado de trabalho e na geração de renda. Essa concepção reflete a transformação das relações econômicas e sociais ocorridas a partir do final do século XX e início do século XXI

A vulnerabilidade social pode ser analisada sob a ótica de fatores de risco, que incluem comportamentos ou condições que comprometem o bem-estar dos indivíduos. De acordo com Moraes, Raffaelli e Koller (2012 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 603), esses fatores de risco podem ser psicológicos, sociais ou ambientais, e seu impacto varia de acordo com a resiliência dos indivíduos e as oportunidades oferecidas pelo Estado e pela sociedade (Moraes *et al.*, 2012 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 605). Nesse sentido, o conceito abrange uma perspectiva multidimensional, que considera não apenas aspectos econômicos, mas também culturais, sociais e subjetivos.

No contexto das políticas públicas brasileiras, a vulnerabilidade social foi definida como o resultado da interação entre os recursos materiais e simbólicos disponíveis e o acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais (Figueiredo; Noronha, 2008, *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 606). Essa definição ressalta o papel do Estado e das instituições sociais na mitigação das desigualdades e na promoção do bem-estar da população.

Outra abordagem relevante é a que considera a vulnerabilidade social como uma conjugação de fatores que afetam o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades. Essa perspectiva multidimensional inclui elementos como baixa escolarização, relações familiares conflituosas, insuficiência de recursos financeiros e acesso limitado a serviços de saúde (Macedo; Kublikowski, 2009, *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 609). Ao adotar essa abordagem, é possível compreender a complexidade das interações sociais e econômicas que moldam as condições de vida dos indivíduos.

Por fim, a vulnerabilidade social também pode ser analisada em sua relação com a vulnerabilidade psíquica. Bellenzani e Malfitano (2006 *apud* Scott *et al.*, 2018, p. 610) argumentam que fatores sociais, culturais e históricos, combinados com

experiências de vida singulares, podem contribuir para o sofrimento ou adoecimento psíquico, configurando uma dimensão subjetiva da vulnerabilidade.

No terceiro artigo selecionado "Indicadores sociais e de vulnerabilidade social: características e possíveis usos na avaliação da competência em informação", de Vitorino e Pinho Neto (2023). Os autores apontam que a vulnerabilidade social é um conceito central para compreender as desigualdades e os desafios enfrentados pela legislação em diferentes contextos socioeconômicos. Essa ideia abrange aspectos diversos, como saúde, educação, habitação, acesso a recursos e direitos, entre outros.

De acordo com Vitorino e Pinho Neto (2023, p. 01), os indicadores sociais e de vulnerabilidade social são ferramentas fundamentais para subsidiar políticas públicas, traduzindo conceitos abstratos em dimensões operacionais que permitem identificar prioridades e formular estratégias.

O uso de indicadores sociais para monitorar e avaliar a vulnerabilidade social tem suas raízes nos movimentos internacionais iniciados nos Estados Unidos durante os anos 1960, com o objetivo de medir as condições de vida da população e propor soluções concretas para questões emergentes (Simões; Reis; Santos, 2017 *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 04). Esses indicadores, segundo Jannuzzi (2017a *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 04), são medidas quantitativas com significado social, que operacionalizam conceitos abstratos de interesse teórico e programático. A partir disso, têm sido amplamente utilizados para informar políticas públicas e estratégias de inclusão social.

No Brasil, a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938 consolidou uma base para o desenvolvimento de indicadores sociais no país. Este órgão tornou-se referência na produção de estatísticas capazes de mapear desigualdades e orientar a formulação de políticas públicas (Jannuzzi, 2017b, *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 04). Desde a década de 1970, iniciativas como os Censos Demográficos e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) permitiram a coleta e análise de dados fundamentais para compreender a realidade brasileira, revelando bolsas de pobreza e desigualdades sociais em diferentes regiões (Jannuzzi, 2017b *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 05).

Jannuzzi (2017a, *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 05), aponta que a pobreza não pode ser reduzida à insuficiência de renda. Ela envolve aspectos como a fome, a

desnutrição, o acesso precário à saúde e educação, a ausência de infraestrutura básica e a discriminação de raça e gênero.

Nesse sentido, a Agenda 2030 das Nações Unidas, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destaca a erradicação da pobreza e a promoção da igualdade como prioridades globais (Simões; Reis; Santos, 2017 *apud* Vitorino; Pinho Neto, 2023, p. 25). Esses objetivos reforçam a necessidade de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais em políticas e programas que visem o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A última pesquisa utilizada para fundamentar essa parte do estudo e apresentar considerações sobre a vulnerabilidade, intitula-se como "A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas", de Reis *et al.*, (2014).

Segundo os autores, Reis *et al.* (2014, p. 586), a vulnerabilidade social é um conceito que transcende a ideia de risco individual, relacionando-se diretamente com condições de desigualdade e exclusão social, que afetam coletividades inteiras. Guareschi *et al.* (2007 *apud* Reis *et al.* 2014, p. 586) destacam que a vulnerabilidade não reside em nenhum indivíduo, mas na ausência ou insuficiência de acesso a bens materiais e serviços essenciais, o que pode expor situações de risco. Essa perspectiva reforça que a vulnerabilidade é produto de combinações sociais e políticas, como observado em contextos de pobreza, discriminação e marginalização.

Mitjavila (2002, *apud* Reis *et al.* 2014, p.587) complementa esta análise ao associar o conceito de risco à arbitragem social, destacando que determinadas condições objetivas, como pobreza e precariedade habitacional, são frequentemente utilizadas para legitimar práticas de intervenção. Nesse sentido, Ayres (1995, *apud* Reis *et al.* 2014, p. 586) argumenta que a abordagem de risco, amplamente empreendedora em políticas públicas, não apenas identifica grupos vulneráveis, mas também estabelece padrões de normalidade que regulam comportamentos e modos de vida.

Reis *et al.* (2014, p. 586) sublinham a relevância das políticas públicas na mitigação da vulnerabilidade social, apontando que, ao abordar condições estruturais, essas políticas têm potencial para transformar realidades e ampliar o acesso aos direitos fundamentais. Contudo, os autores também alertaram para o risco de tais políticas reforçarem categorizações e estigmas sociais, ao classificar classificações como "em risco" ou "vulneráveis".

Castel (1997, *apud* Reis *et al.* 2014, p. 589) argumenta que a produção de conhecimento sobre vulnerabilidade social tem servido como base para a formulação de estratégias de gestão que visam atender às necessidades de grupos marginalizados, mas muitas vezes perpetuam a lógica de exclusão ao tratar essas populações como categorias transparentes. Nesse contexto, é essencial que a Psicologia Social, conforme defendido por Guareschi *et al.* (2007 *apud* Reis *et al.* 2014, p. 587), se comprometa com um projeto político que valorize a alteridade e promova práticas inclusivas e emancipadoras.

A vulnerabilidade social emerge não apenas como um campo de análise, mas também como um desafio ético e político que exige uma articulação entre pesquisa, intervenção e formulação de políticas públicas.

A prática pedagógica na Educação Infantil está intrinsecamente ligada a fatores históricos, sociais e políticos que moldam a infância e o desenvolvimento da aprendizagem. No entanto, essa relação se estabelece de maneira contraditória, uma vez que, embora haja diretrizes educacionais e políticas públicas que garantam o direito à Educação Infantil, a vulnerabilidade social e a desigualdade no acesso aos recursos limitam a efetivação desses direitos.

A prática pedagógica, segundo Souza (2016), é um processo intencional, podendo reforçar tanto relações de dominação quanto processos de resistência. Esse caráter ambivalente reflete-se no cotidiano escolar, onde os professores precisam equilibrar as exigências curriculares e normativas com a necessidade de adaptação à realidade concreta das crianças, muitas vezes marcada pela precariedade estrutural e social.

A concepção de infância, por sua vez, também não é neutra. Como apontam Costa e Freire (2024), a ideia de infância evoluiu ao longo do tempo, deixando de ser ignorada para se tornar uma fase reconhecida como essencial para o desenvolvimento humano. No entanto, essa evolução não se traduziu em igualdade de oportunidades. Embora a infância seja reconhecida como um período fundamental, crianças de diferentes classes sociais vivenciam-na de formas extremamente desiguais.

As políticas públicas para a Educação Infantil são um reflexo desse paradoxo. A Constituição Federal de 1988 garantiu a Educação Infantil como um direito, reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. No entanto, a

implementação dessas políticas enfrenta desafios estruturais, como a insuficiência de creches e pré-escolas, a falta de recursos pedagógicos e a desvalorização dos profissionais da Educação Infantil.

A vulnerabilidade social é, portanto, um dos fatores que mais impactam a prática pedagógica e a infância. Crianças em situação de pobreza, muitas vezes expostas a riscos ambientais e sociais, encontram dificuldades adicionais no processo de aprendizagem. A ausência de políticas públicas eficazes e de infraestrutura adequada agrava essa vulnerabilidade, criando um ciclo de exclusão que compromete o desenvolvimento infantil.

A prática pedagógica na Educação Infantil está inserida em um cenário contraditório²: ao mesmo tempo em que há avanços legais e conceituais no reconhecimento da infância e do direito à educação, persistem desafios estruturais e sociais que impedem a universalização desse direito. A superação dessas contradições exige políticas educacionais mais efetivas, que não apenas garantam o acesso, mas também promovam equidade e qualidade na Educação Infantil.

Na próxima seção desta pesquisa, apresentam-se os determinantes no contexto de vulnerabilidade social e suas contradições.

² Segundo Cruz (2018, p. 34) "a contradição só surge diante dos fenômenos sociais, é um movimento contínuo, em que as relações sociais se divergem e se contrapõem, são sentidos opostos, ou seja, a luta dos contrários. É a manifestação da realidade das múltiplas determinações, contraditórias e inacabadas. É a partir da contradição que se busca superação e transformação social. Partindo do desvelamento da realidade, os sujeitos se mobilizam e se organizam para que haja processo de mudança social".

3 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DE PARANAGUÁ

Nesta seção, serão abordadas as determinações no processo de formação social de Paranaguá que caracterizam o desenvolvimento urbano, econômico, social e político do município, sendo uma determinação significativa a ser considerada neste estudo. Ainda, apresentam-se neste item as múltiplas determinações que influenciam as práticas pedagógicas de um Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá, localizado em área de vulnerabilidade e riscos socioambiental.

Para tanto, serão examinados aspectos históricos, sociais e econômicos que moldaram a formação deste município, com ênfase no papel estratégico do Porto de Paranaguá, um dos maiores do país, e sua relação com as políticas sociais, ambientais e urbanísticas locais. Para tanto, serão utilizados como fonte de dados dos documentos: Cadernos Municipais (IPARDES, 2024) de Paranaguá; Relatório de Impacto Ambiental – Porto Guará (EIA, 2022); Plano Diretor de Paranaguá (PDDI, 2007); Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2002); Prefeitura Municipal de Paranaguá (2021); Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná (SEECPR, 2021); Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 2022).

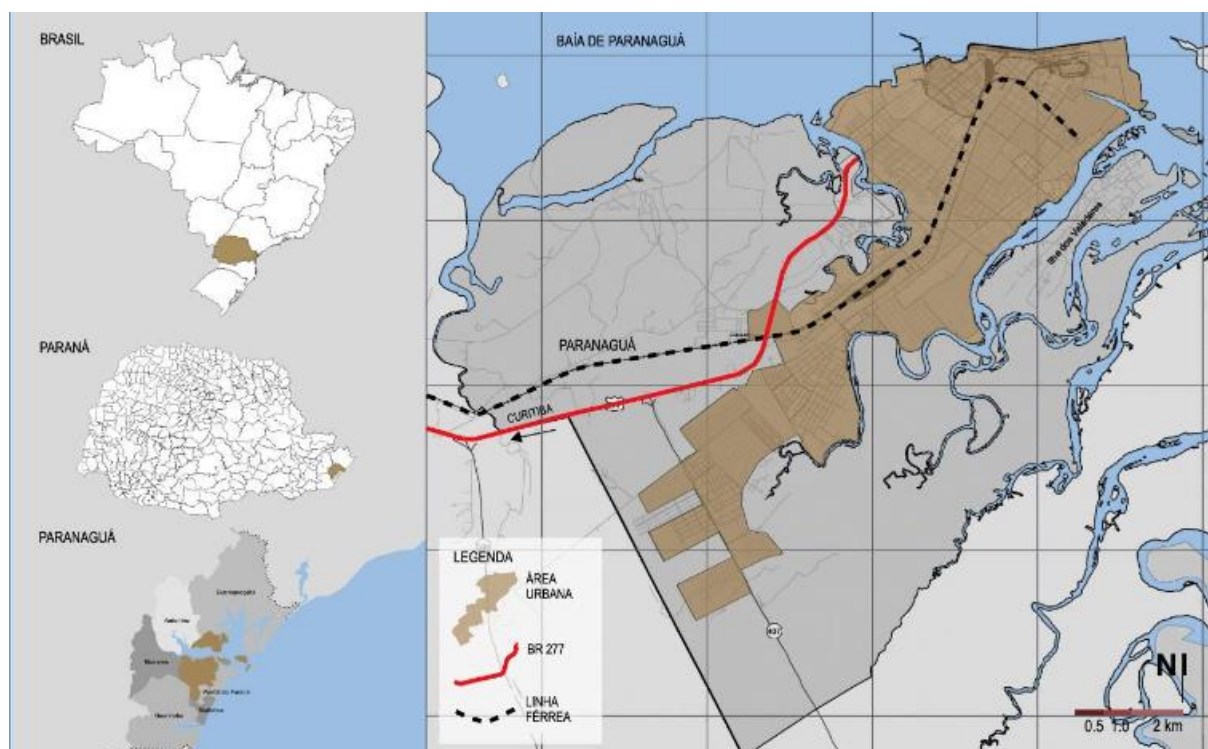
O município de Paranaguá, localizado no Litoral do Paraná, possui uma rica história e um papel estratégico na economia do estado. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2022), o município se estende por uma área territorial de 809,525 km², com uma população estimada de 149.819 habitantes em 2024 (IPARDES, 2022, p. 52).

Destaca-se que Paranaguá é um dos principais polos portuários do Brasil, com destaque para o Porto de Paranaguá e o Terminal de Uso Privado (TUP) Porto Guará, que está em fase de planejamento e implementação (RIMA, 2022, p. 10). O Porto Guará foi projetado para atender à crescente demanda logística do Brasil, contribuindo com a movimentação de 16 milhões de toneladas anuais de grãos para exportação e 2,5 milhões de toneladas para importação, assim como granéis líquidos e contêineres (RIMA, 2022, p. 15).

Segundo a Prefeitura Municipal de Paranaguá (2021, p. 10), Paranaguá é um município situado na região litorânea do estado do Paraná. O nome do município tem origem na língua indígena tupi-guarani e significa "grande mar redondo". Este município é reconhecido como o mais antigo do estado e foi o primeiro a ser estabelecido após a emancipação política da província, ocorrida em dezembro de

1853. O mapa na Figura 2 ilustra a localização de Paranaguá no Brasil e no estado do Paraná, destacando sua zona urbana.

Figura 2 - Mapa do Município de Paranaguá



Fonte: Santos et al. (2022, p. 11)

Antes da fundação da Vila de Paranaguá, a região já era visitada por muitos europeus, especialmente espanhóis e portugueses. Em 1548, o explorador alemão Hans Staden sofreu um naufrágio perto da costa brasileira, próximo à Ilha de Superagui. Durante sua permanência, ele fez os primeiros mapas do litoral paranaense e registrou informações sobre os habitantes da região. Esses registros foram publicados posteriormente em um livro ilustrado com xilogravuras na Europa (Kersten, 2000, p. 14).

Por volta de 1550, ainda sob a vigência do Tratado de Tordesilhas, surgiram os primeiros sinais de ocupação europeia na área. Os portugueses estabeleceram duas capitanias ao longo da costa: a capitania de São Vicente, que ia de Bertioga até Paranaguá, e a capitania de Sant'Ana, que se estendia de Paranaguá até os limites estabelecidos pelo tratado (SEECPR, 2021).

De acordo com Kersten (2000, p. 14), a descoberta de ouro atraiu muitos colonos da capitania de São Vicente, pois as primeiras descobertas de ouro no Brasil despertaram grande interesse dos mineradores. O autor também destaca que as

expedições portuguesas saíram da Ilha da Cotinga e se fixaram na margem esquerda do Rio Itiberê, iniciando o primeiro ciclo econômico da região.

No entanto, foi apenas cerca de cem anos depois, em 1648, que Dom João III concedeu ao povoado o título de Vila de Nossa Senhora do Rocio de Paranaguá (Santos *et al.*, 2022, p. 20).

No início do século XVIII, com a diminuição das riquezas minerais, o ciclo do ouro chegou ao fim, e a região enfrentou um período de declínio econômico e dificuldades (Santos *et al.*, 2022, 32). Como a principal vila no sul do Brasil sob domínio português, a administração local temia invasões e, por isso, organizou uma forte defesa militar, incluindo a construção de uma fortaleza na Ilha do Mel na segunda metade do século XVIII. Outras iniciativas também aumentaram a importância de Paranaguá no cenário nacional, consolidando-a como um entreposto comercial significativo, com a construção de cais nos rios dos Almadas, dos Correias e Itiberê.

Em 1842, Paranaguá foi elevada à categoria do município e seu desenvolvimento foi impulsionado pela chegada de imigrantes, principalmente alemães e italianos. O município expandiu suas atividades comerciais, especialmente após 1872, quando um decreto imperial autorizou a construção de um novo porto às margens da baía, ao norte da área urbanizada, distante do centro antigo. Essa construção, juntamente com a ferrovia que conectava Paranaguá a Curitiba, aumentou o fluxo de mercadorias e a demanda por espaços de armazenamento. O crescimento urbano se expandiu em direção à zona portuária e às margens do Rio Itiberê, que começaram a ser ocupadas por residências (Santos *et al.*, 2022, p. 12).

No século XX, Paranaguá consolidou-se como um centro de exportação significativo, especialmente de grãos, tornando-se uma das principais portas de entrada e saída de produtos do interior do estado e de regiões vizinhas para o mercado global. O núcleo urbano do município restringia-se às margens do Rio Itiberê e às ruas atualmente conhecidas como Dr. Leocádio, Elísio Pereira, Faria Sobrinho e Manoel Bonifácio, além da área em torno da Praça Fernando Amaro (SEECPR, 2021, p. 16).

De acordo com dados obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024, p. 01), o Porto de Paranaguá, sendo maior porto graneleiro da América Latina, teve sua origem em 1872, no antigo atracadouro de Paranaguá, sob administração de empresas privadas. Sua inauguração oficial ocorreu em 17 de

março de 1935, com a chegada do navio Almirante Saldanha. Em homenagem ao imperador brasileiro, o porto recebeu o nome de Dom Pedro II.

Ainda segundo o IBGE (2024, p. 1), historicamente, o Porto de Paranaguá desempenha um papel essencial para o estado do Paraná, sendo a principal via de entrada para os primeiros colonizadores do estado e o principal ponto de exportação da região, grande produtora agrícola desde o século XVI. Em 1917, o governo estadual assumiu sua administração e promoveu melhorias que elevaram o porto ao posto de maior do sul do Brasil.

Atualmente, Paranaguá tem uma população estimada em 157.378 habitantes (IBGE, 2021, p. 1), destaca-se como um polo econômico regional impulsionado pelas atividades portuárias. O município combina sua função urbana com áreas rurais dispersas em ilhas e colônias, e embora sua taxa de crescimento demográfico seja baixa (EIA, 2022, p. 2110), sua economia tem impacto relevante para toda a região litorânea.

O município também é marcado por uma grande diversidade sociocultural, concentrada nas 155 comunidades tradicionais do litoral paranaense. Essas comunidades incluem agricultores, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais que vivem, em sua maioria, em áreas rurais. Seus modos de vida refletem uma rica pluralidade de saberes, línguas, crenças e práticas, aspectos que contribuem para uma identidade regional única. Essas comunidades valorizam o território como um espaço essencial para a reprodução cultural, social e econômica, e muitos utilizam os recursos naturais de maneira sustentável, visando preservá-los para as gerações futuras (EIA, 2111).

Destaca-se que, mesmo diante de toda a diversidade e riqueza, a economia de Paranaguá, fora das atividades portuárias, apresenta limitações em comparação a outras regiões do Paraná. A agricultura e a pesca são essenciais para a subsistência das famílias rurais, mas elas enfrentam obstáculos para ampliar a comercialização de seus produtos, especialmente em mercados com maior demanda. A ausência de cooperativismo e associativismo entre produtores locais restringe a visibilidade e a inserção dos produtos regionais em comércios e restaurantes da região e limita sua participação em processos de compras públicas (EIA, 2111).

Quanto ao trabalho e emprego, acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2022, p. 01), os setores com maior número de empregos formais em Paranaguá no ano de 2022 foram: Armazenamento e Atividades Auxiliares

dos Transportes (6.894 trabalhadores), Comércio Varejista (6.124) e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (5.928).

Em relação à taxa de desemprego, dados estaduais indicam uma tendência de queda contínua no Paraná. Segundo Paraná (2024), a taxa de desocupação atingiu 4,8% em 2023, uma redução de 1,2 ponto percentual em relação ao ano anterior (6%). Esse é o menor índice registrado desde 2014, quando o desemprego no estado foi de 4%, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com dados obtidos do IPARDES (2024, p. 36 - 37), em 2010, a população ocupada do município de Paranaguá somava 60.828 pessoas, distribuídas em diversas atividades econômicas. No setor primário, envolvendo agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, estavam empregados 1.990 trabalhadores. As indústrias extrativas contavam com 291 pessoas, enquanto as indústrias de transformação empregavam um contingente significativo de 5.166 pessoas.

O setor de fornecimento de eletricidade e gás apresentava uma ocupação de 101 trabalhadores, e atividades relacionadas à água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação empregavam 465 pessoas. Na construção civil, 4.117 pessoas estavam ocupadas (IPARDES, 2024, p. 36; 37).

O comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas eram responsáveis pelo emprego de 12.362 trabalhadores, o maior número entre as atividades econômicas. Já o setor de transporte, armazenagem e correio registrava 8.412 ocupados. No setor de alojamento e alimentação, 3.309 pessoas estavam empregadas, e em informação e comunicação, havia 438 ocupados (Ipardes, 2024, p. 36 - 37).

Nas atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, 533 pessoas estavam empregadas, enquanto o setor imobiliário contava com 152 trabalhadores. As atividades profissionais, científicas e técnicas ocupavam 1.550 pessoas. No segmento de atividades administrativas e serviços complementares, havia 2.461 ocupados, e na administração pública, defesa e seguridade social, 3.103 trabalhadores (IPARDES, 2024, p. 36 - 37).

O setor de educação contava com 3.535 trabalhadores, e a saúde humana e serviços sociais, 1.723. No segmento de artes, cultura, esporte e recreação, havia 452 ocupados, e em outras atividades de serviços, 3.124 pessoas estavam empregadas.

No setor de serviços domésticos, 3.218 pessoas tinham emprego, enquanto os organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais contavam com apenas 10 trabalhadores. Por fim, havia 4.315 pessoas em atividades mal especificadas (IPARDES, 2024, p. 36 - 37).

Esses dados ilustram a diversidade de setores que compõem o mercado de trabalho em Paranaguá, destacando o comércio como o principal empregador, seguido pelo transporte e armazenagem, e a construção civil.

Além dos trabalhadores formais que realizam ações específicas no Porto de Paranaguá, de acordo com o Blog da Copadubo³, existem também os trabalhadores portuários avulsos (TPAs), que acabam desempenhando um papel essencial na dinâmica operacional do Porto, sendo a categoria mais numerosa entre os profissionais do setor.

De acordo com o Órgão de Gestão de Mão de Obra (OGMO), atualmente, 2.387 TPAs estão ativos, e diariamente cerca de 880 são escalados para as operações no cais. Esses trabalhadores são distribuídos em diferentes funções, como estivadores, arrumadores, conferentes de carga, consertadores, vigias de embarcações e trabalhadores do bloco, cada um com atribuições específicas que garantem a eficiência e a segurança na movimentação das cargas. A qualificação constante desses profissionais, aliada à inovação tecnológica e à automação dos processos portuários, tem sido fundamental para manter a competitividade do porto e reduzir os índices de avarias nas mercadorias movimentadas.

3.1 PORTO DE PARANAGUÁ

Nesta seção serão abordadas, a princípio, as questões históricas do Porto de Paranaguá, para, a partir delas relacionar com os fatores externos que acabam influenciando nas práticas pedagógicas.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a autarquia estadual Administração do Porto de Paranaguá (APP) e, em 10 de novembro de 1971, uma lei unificou a administração

³ Disponível em: <https://copadubo.com.br/porto-de-paranagua-movimenta-quatro-mil-trabalhadores-por-dia/#:~:text=TRABALHADORES%20AVULSOS%20%E2%80%93%20A%20categoria%20que,escalados%20para%20opera%C3%A7%C3%B5es%20no%20cais>. Acesso em: 10 mar. 2025.

dos portos de Paranaguá e Antonina, resultando na criação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).

O Porto de Paranaguá é um dos principais centros de comércio marítimo global, destacando-se pela localização estratégica e por sua infraestrutura de alta qualidade na América Latina. As principais cargas movimentadas no porto incluem soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, produtos congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos.

Para ilustrar, destacam-se imagens do Porto de Paranaguá, que mostram suas transformações.

Figura 3 – Porto de Paranaguá: Primeiro navio estrangeiro - 1936



Fonte: Rodoquick (s/d)⁴

A Figura 3 apresenta uma foto histórica do Porto de Paranaguá, capturada em um momento emblemático: a chegada do primeiro navio estrangeiro ao porto. Esta imagem é um marco importante na trajetória do Porto, simbolizando sua inserção no comércio internacional e sua crescente relevância como ponto de exportação. O registro mostra um ambiente portuário mais simples, com estruturas mais rudimentares e uma movimentação de carga ainda limitada em comparação aos padrões atuais. A chegada do navio estrangeiro, portanto, representa o início de uma nova fase de expansão para o Porto de Paranaguá, colocando-o no cenário global de transporte marítimo e comércio exterior.

⁴ Disponível em: <https://rodoquick.com.br/blog/historia-porto-paranagua/>

Já a Figura 4 apresenta uma visão aérea moderna do Porto de Paranaguá, destacando a sua enorme transformação ao longo dos anos. A foto atual revela uma infraestrutura muito mais desenvolvida, com terminais especializados, armazéns de grãos, e uma movimentação intensa de cargas, refletindo o crescimento contínuo e a modernização do Porto. Comparando com a imagem histórica, é possível perceber a imensa evolução tanto em termos de capacidade operacional quanto de infraestrutura, evidenciando como o Porto de Paranaguá se consolidou como uma das maiores potências portuárias do Brasil. A ampliação de seus terminais e a adaptação para receber grandes embarcações mostram o comprometimento do Porto com a inovação e sua posição estratégica no comércio global.

A transição entre as duas imagens ilustra de maneira clara a jornada de crescimento do Porto de Paranaguá, desde seus primeiros passos no comércio internacional até sua transformação em um hub logístico de importância mundial. As mudanças visíveis entre as fotos refletem a evolução do Porto não apenas como um ponto de escoamento de produtos, mas também como um polo de desenvolvimento econômico e de infraestrutura moderna.

Figura 4 – Foto aérea do Porto de Paranaguá



Fonte: Portos do Paraná (2022)⁵

⁵ Disponível em: <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Galeria-de-Imagens/Fotos-Aereas>. Acesso em: 04 mar. 2025.

De modo geral, o Porto de Paranaguá passou por um processo significativo de expansão e modernização desde sua criação, consolidando-se como um dos principais centros de comércio marítimo da América Latina. Inicialmente, com estruturas simples e movimentação reduzida, o porto ganhou destaque com a chegada do primeiro navio estrangeiro em 1936, marcando sua inserção no comércio internacional. Com o tempo, sua infraestrutura evoluiu, tornando-se um complexo portuário altamente especializado, capaz de receber grandes embarcações e movimentar diversas mercadorias. As transformações observadas ao longo das décadas refletem seu papel estratégico no comércio global e seu impacto no desenvolvimento econômico da região.

Porto de Paranaguá, sendo um dos principais terminais de exportação e importação do Brasil e desempenha papel essencial na economia do município de Paranaguá e de toda a região paranaense. Assim como apontam Miquilin e Lins (2019, p. 07), sua importância econômica é incontestável, sendo responsável pela movimentação de grande volume de mercadorias e pela geração de investimentos diretos e indiretos. No entanto, essa relevância econômica contrasta com os desafios sociais e ambientais que afetam o município e a sua população.

Entre os aspectos positivos do Porto de Paranaguá, destaca-se sua contribuição para o crescimento econômico local e regional. Assim como apontam Miquilini e Lins (2019, p. 18), como segue:

é difícil não associar os indicadores socioeconômicos de Paranaguá à presença da estrutura portuária. As atividades do porto mostram-se essenciais também para a economia paranaense como um todo, mas os reflexos são (muito) mais fortes em Paranaguá e sua região, onde as atividades de embarque e desembarque de mercadorias exercem uma clara influência na vida econômica e social

Ainda conforme a leitura do artigo de Miquilin e Lins (2019, p. 18), a dinâmica demográfica reflete uma das áreas de impacto dessas transformações. Entre os dez municípios mais populosos do Paraná, Paranaguá apresentou, ao longo das últimas décadas, um crescimento populacional significativamente mais rápido que a média estadual. Como ilustrado na Tabela 2, a população do município mais que dobrou entre os censos de 1970 e 2022. Esse crescimento foi especialmente acelerado durante as décadas de 1970 e 1980, quando as taxas médias anuais de expansão

superaram em quase três vezes as registradas no estado. Entretanto, a partir dos anos 2000, tanto Paranaguá quanto o Paraná passaram a apresentar um ritmo mais moderado de crescimento populacional.

De acordo com o quadro abaixo, a população de Paranaguá passou de 62.327 habitantes em 1970 para 145.829 em 2022, enquanto a população do Paraná aumentou de 6.929.868 para 11.444.380 no mesmo intervalo. Nas décadas de 1970 e 1980, Paranaguá registrou taxas de crescimento anual acima de 3%, em contraste com as taxas próximas de 1% observadas no estado. Contudo, entre 2010 e 2022, as taxas de crescimento anual médio caíram para 0,32% em Paranaguá e 0,80% no Paraná, indicando um processo de estabilização demográfica.

Quadro 2 – Estado do Paraná e Município de Paranaguá: população residente (1970-2022)

Ano	População Paraná (A)	População Paranaguá (B)	B :A x 100	Taxa Crescimento Paraná (%)	Taxa Crescimento Paranaguá (%)
1970	6.929.868	62.327	0,90	-	-
1980	7.630.466	82.067	1,08	1,01	3,17
1991	8.443.299	107.601	1,27	0,97	2,83
2000	9.558.454	127.339	1,33	1,47	2,04
2010	10.444.526	140.469	1,34	0,93	1,03
2022	11.444.380	145.829	1,27	0,80	0,32

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações retiradas do IBGE (1970 a 2022)

Desse modo, a proporção da população de Paranaguá em relação à estadual, que apresentava crescimento até 2010, sofreu uma ligeira diminuição em 2022, passando de 1,34% para 1,27% (IBGE 1970 a 2022). Esses números sugerem um padrão de desenvolvimento mais homogêneo entre o município e o estado, sinalizando uma redistribuição populacional menos concentrada em Paranaguá.

Nota-se que as atividades portuárias exercem influência significativa na vida econômica e social de Paranaguá, sendo um motor de desenvolvimento para a região. Entretanto, apesar desses avanços, o Porto de Paranaguá também traz uma série de desafios e contradições. O aumento da população, impulsionado pela presença do porto, por exemplo, não foi acompanhado por investimentos proporcionais em infraestrutura e serviços públicos, resultando em problemas sociais como a violência urbana e a ocorrência frequente de alagamentos nas áreas próximas do porto. Esses fatores evidenciam um descompasso entre o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população local.

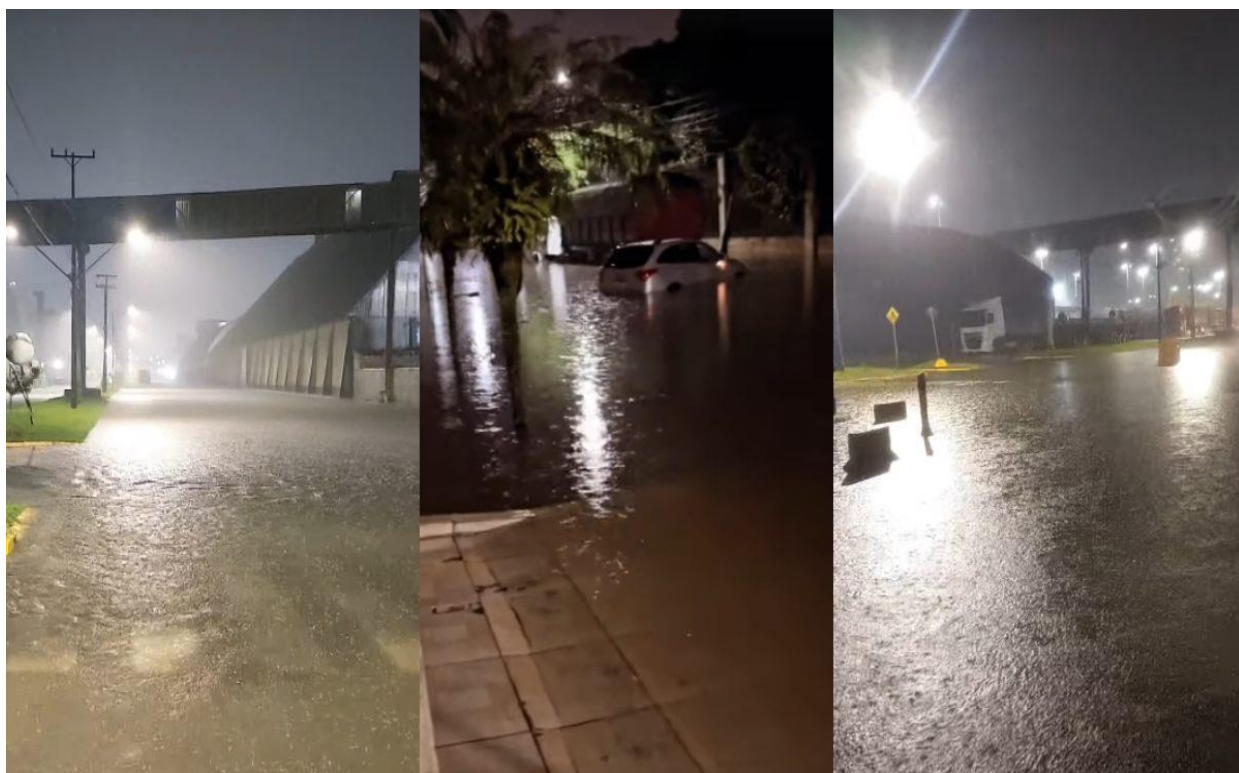
Os alagamentos, por exemplo, são resultado de questões estruturais e ambientais que se agravam com a intensificação das atividades portuárias. A

expansão urbana desordenada, aliada à falta de planejamento adequado para a drenagem de águas pluviais, torna o entorno do porto especialmente vulnerável a enchentes, gerando transtornos para os moradores e prejuízos econômicos.

Na madrugada de 9 de janeiro de 2025, Paranaguá sofreu uma chuva intensa que trouxe inúmeros transtornos à cidade. Segundo Becker (2025, p. 01), “os dados do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) indicam que as precipitações mais fortes ocorreram entre 3h e 4h, com um acumulado de chuva que ultrapassou 100 mm nas últimas horas” . Esse forte incidente envolveu alagamentos em diversas áreas, levando ao fechamento de ruas devido ao alto volume de água acumulada. A chuva detectada em quedas de energia elétrica, afetando diversos bairros da cidade.

As regiões mais impactadas incluíram a Vila Guarani, Serraria do Rocha, Vila Cruzeiro, Porto dos Padres, Vila São Carlos, Vila Portuária e Vila do Povo. Imagens e registros compartilhados pela página do Instagram “Paranaguá Mil Graus” evidenciaram a gravidade da situação, destacando especialmente os danos ocorridos no entorno do Porto de Paranaguá e no bairro Costeira. Em uma transmissão ao vivo, o atual prefeito percorreu algumas dessas áreas, documentando a extensão dos prejuízos e os desafios enfrentados pela população local.

Figura 5 – Alagamento no entorno do Porto de Paranaguá



Fonte: Instagram @paranaguamilgraus, 2025.

Na imagem acima, com a composição de três pontos distintos de áreas alagadas do município, nota-se que a região de entorno do Porto de Paranaguá está tomado pelas águas da forte chuva que ocorreram na madrugada do início de janeiro de 2025.

Figura 6 - Alagamento no entorno do Porto de Paranaguá



Fonte: Instagram @paranaguamilgraus, 2025.

Nas duas imagens apresentadas na Figura 6, é possível observar áreas próximas ao Porto de Paranaguá completamente alagadas em decorrência das fortes chuvas que ocorreram no início do ano de 2025. A primeira imagem mostra o entorno de uma área portuária cercada, com o solo coberto pela água. Já a segunda imagem retrata uma rua residencial também tomada pelo alagamento, evidenciando os impactos das chuvas tanto na zona portuária quanto em áreas urbanas adjacentes.

Figura 7 – Avenida Coronel Santa Rita



Fonte: Instagram @paranaguamilgraus, 2025.

Na figura acima, evidencia-se a permanência da água acumulada em uma das principais avenidas que conectam o centro do município de Paranaguá ao Porto local. Trata-se de uma via de circulação elevada, utilizada tanto por veículos quanto por ciclistas, muitos dos quais são trabalhadores que dependem dessa rota para acessar uma região portuária. Essa situação ressalta os desafios relacionados à infraestrutura viária e à transição urbana em áreas estratégicas para a mobilidade e a economia local.

Figura 8 – Moradores do Município de Paranaguá sendo resgatados



Fonte: Instagram @paranaguamilgraus, 2025.

Na figura acima, nota-se a altura em que a água acabou atingindo o bairro do município de Paranaguá, sendo necessário o resgate dos moradores pelo corpo de bombeiros da região.

Além da questão da infraestrutura do município de Paranaguá que não acompanha o desenvolvimento do Porto local, há também a situação da violência urbana, que está associada ao crescimento populacional acelerado e à falta de oportunidades e inclusão social. Embora o porto gere empregos e impulsione a economia, parte da população local não se beneficia diretamente dessas oportunidades, perpetuando desigualdades e contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade.

Contudo, o Porto de Paranaguá, ao mesmo tempo em que se configura como um motor de desenvolvimento econômico e social, também impõe desafios importantes ao município. Pois, sua presença exige um planejamento urbano integrado e investimentos em políticas públicas que mitiguem os impactos negativos sobre a população e a infraestrutura do município.

Em síntese, apontam-se as contradições no contexto de cada uma destas cinco determinações elencadas, ao se demarcar que as atividades de desempenho econômico, evidenciando indicadores de resultados de acumulação de lucros, como

um dos maiores portos públicos do país, na exportação de grãos, conforme notícias⁶, chamada pelo título da matéria “Apesar das adversidades climáticas, a Portos do Paraná registrou aumento de 23% de carga geral”. Essa reportagem sintetiza tais resultados, em que o ano de 2024, apresentou a “maior movimentação de cargas da sua história, com o recorde de 66.769.001 toneladas”, tendo crescido 2,1%, comparado ao ano de 2023. O Porto de Paranaguá, movimenta uma diversidade de tipos de produtos, que corresponde a 80% do volume de cargas movimentadas de toda a produção de grãos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, colhidos na safra de 2024. Fato que, mobilizou a circulação diária de 3.209 caminhões bitrens, durante os 365 dias do ano de 2024, no município de Paranaguá.

Tais atividades econômicas diretas e indiretas centralizadas pelo Porto de Paranaguá, são o contexto das múltiplas determinações, marcadas por profundas e históricas contradições no processo de formação do município de Paranaguá, tendo como consequência realidades de vulnerabilidade social nas condições de vida da população trabalhadora, explorada e empobrecida desse município paranaense, revelando uma atividade com resultados econômicos importante para os setores produtivos do Estado e, por outro lado, uma massa de trabalhadores que garantem tais resultados, abandonados para que o poder públicos municipal venha atender suas necessidades em moradia, saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras demandas dessa população que vive nas regiões periféricas do município nas condições de vulnerabilidade social e ambiental.

3.2 MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PARANAGUÁ

Nesta seção serão abordadas as múltiplas determinações, tendo como referência, o Modelo de Determinações Sociais de Saúde (DSS), proposto por Dahlgren e Whitehead - (Figura 01). Esse modelo esquematiza, de forma concêntrica, no primeiro anel, as condições socioeconômicas culturais e ambientais gerais. No segundo, as condições de vida e de trabalho; ambiente de trabalho; educação; produção agrícola e de alimentos; desemprego; água; esgoto; serviços sociais de

⁶ Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/revisao-do-plano-diretor>. Acesso em: 27 jul. 2024.

saúde e habitação. No terceiro, as redes sociais e comunitárias e no quarto anel, o estilo de vida dos indivíduos, seguido por idade, sexo e fatores hereditários.

Considera-se, neste estudo o modelo analítico mencionado acima, readequado para os objetivos desta pesquisa, ao agrupar as determinações elencadas pelo modelo em cinco eixos estruturantes da vulnerabilidade social, neste município que tem suas atividades, com centralidade no Porto de Paranaguá, sendo a: impactos das atividades portuárias e transporte; saneamento e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho dos profissionais de educação; violência e segurança pública.

Tais eixos temáticos em Paranaguá são constituídos por um conjunto de determinantes da vulnerabilidade e dos riscos sociais, econômicos das condições ambientais, que interligadas e combinadas podem expor as populações mais vulneráveis a situações que ampliam as desigualdades e perpetuam a marginalização. Para compreender essas vulnerabilidades, é necessário um enfoque que considere tanto os processos históricos quanto as dinâmicas de poder que moldam a distribuição desigual de recursos e oportunidades na sociedade.

De acordo com Reis *et al.* (2014, p. 584), a vulnerabilidade não deve ser vista como uma característica inerente ao indivíduo, mas como uma condição socialmente construída. Ela é resultado de arranjos políticos e econômicos que limitam o acesso de certos grupos a bens materiais e serviços essenciais. Por isso, a vulnerabilidade social reflete a incapacidade estrutural de garantir condições básicas de vida, como saúde, educação e segurança, agravando a exclusão social e política dessas populações.

Segundo Zaniani e Boarini (2011, p. 273), quando considerada em termos socioambientais, a vulnerabilidade intensifica-se na confluência entre precariedade de vida e exposição a ambientes degradados ou propensos a desastres naturais. Comunidades que habitam áreas de risco, como favelas em encostas ou regiões propensas a enchentes, enfrentam uma forma de vulnerabilidade agravada. A pobreza material, aliada à exposição a riscos ambientais, eleva as chances de danos físicos e psicológicos e compromete a capacidade dessas populações de responder às adversidades.

Essa interação entre vulnerabilidade social e riscos ambientais é amplificada pela ausência de políticas públicas eficazes e pela falha na implementação de infraestruturas adequadas em áreas vulneráveis. O planejamento urbano insuficiente

e a falta de medidas preventivas intensificam o quadro de risco, deixando as populações mais pobres desprotegidas.

Nesse sentido, Abramovay *et al.* (2002, p. 17) afirmam que a vulnerabilidade não é uma condição exclusiva do indivíduo, mas deriva de contextos sociais e ambientais que ampliam a exposição ao risco.

O diagnóstico dessas vulnerabilidades é essencial para a formulação de políticas públicas que busquem mitigar esses riscos. Segundo Zaniani e Boarini (2011, p. 276), a proteção social deve ser entendida como uma resposta que visa neutralizar ou, pelo menos, reduzir os efeitos das vulnerabilidades socioambientais sobre indivíduos e comunidades. Medidas como o desenvolvimento de moradias seguras, o acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, e a promoção de urbanização sustentável são essenciais para minimizar os impactos negativos dessas vulnerabilidades.

Com isso, é importante salientar que a vulnerabilidade socioambiental não se limita a condições econômicas e ambientais adversas, mas está também vinculada a contextos políticos que perpetuam a desigualdade. A falta de intervenções governamentais adequadas, políticas ineficazes de proteção social e a ausência de participação ativa das comunidades vulneráveis nos processos decisórios agravam as desigualdades e intensificam a exposição aos riscos. Portanto, enfrentar as vulnerabilidades socioambientais requer uma abordagem integrada e coordenada, com políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, fortalecendo tanto a resiliência das populações afetadas quanto transformando as estruturas que mantêm essas condições.

Com o intuito de apresentar os dados coletados nos documentos pesquisados, sobre as múltiplas determinações externas de vulnerabilidade social no município de Paranaguá, adotamos um agrupamento de cinco eixos estruturantes de vulnerabilidade, considerando o impacto das atividades, com centralidade no Porto de Paranaguá, neste município, sendo: as atividades portuárias e o transporte; saneamento e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho dos profissionais da educação; violência e segurança pública.

3.2.1 impactos das atividades portuárias e o transporte

As atividades portuárias são fundamentais para a economia do Paraná em geral, mas os impactos são significativamente e, mais intensos no município de Paranaguá e em sua região, onde as atividades de carga e descarga de mercadorias têm uma influência evidente na vida econômica e social local (APPA, 2017, p. 1).

Para Miquilini e Liñs (2019, p. 18), afirmam, que é inevitável associar os indicadores socioeconômicos de Paranaguá à presença da infraestrutura portuária.

De acordo com Portos do Paraná e Antonina (APPA, 2017, p. 1), nos últimos cinco anos, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) repassou cerca de R\$ 19 milhões em ISS ao município, oriundos dos serviços e atividades do porto, fortalecendo as receitas locais. A atividade portuária é responsável pela criação de 44.257 empregos diretos, que contribuem para o desenvolvimento econômico do município e proporcionam renda para as famílias.

O setor é também a maior fonte pagadora do município: de cerca de R\$ 1,6 bilhões injetados na economia em salários anuais, um quarto provém dos empregos ligados ao porto, com salários, em média, 23% superiores aos demais no município. Ademais, o setor portuário tem grande representatividade na economia local, sendo responsável por empregar um em cada cinco trabalhadores de Paranaguá e por apoiar mais de 14% das empresas do município (APPA, 2017, p. 1).

Com relação aos impactos sociais, a Appa promove iniciativas para fomentar o desenvolvimento de pequenas empresas locais, priorizando a compra de serviços e produtos de micro e pequenos empreendedores. Por meio de parcerias com o Sebrae e a Fomento Paraná, a Appa organiza meios de conectar empresas da área portuária com fornecedores locais, a fim de oferecer capacitações para que essas empresas atendam aos requisitos de qualidade e padrões jurídicos exigidos pelo setor. (APPA, 2017, p. 1).

Portanto, isso gera oportunidades para negócios locais e fortalece a economia regional. O Programa Porto Escola, em parceria com a prefeitura, promove educação ambiental e noções de segurança para estudantes, beneficiando mais de cinco mil alunos da rede pública e orientando sobre sustentabilidade e cidadania.

Para ilustrar esse engajamento pelo Porto de Paranaguá, apresentam-se as figuras abaixo em que os trabalhadores desenvolvem suas atividades rotineiras na faixa do Porto, evidenciadas pelas imagens coletadas do site da Appa.

Figura 9 – Trabalhadores em suas atividades na faixa do Porto de Paranaguá



Fonte: APPA (2017, p. 1)⁷

A Figura 9 captura um momento do cotidiano do Porto de Paranaguá, onde trabalhadores desempenham suas funções essenciais para a operação do porto. A imagem transmite a dinâmica e a agilidade necessárias para garantir o funcionamento eficiente das atividades portuárias. Os trabalhadores são vistos em pleno processo de movimentação de cargas, operando maquinário pesado e carregando mercadorias, como grãos, sendo a principal exportação do Porto. A cena é um retrato do trabalho árduo e da dedicação de todos os profissionais envolvidos, desde os operadores de máquinas até os trabalhadores de carga e descarga, que são peças-chave no sucesso do Porto de Paranaguá.

Ao compararmos com as Fotos 3 e 4, que mostram o Porto em diferentes momentos de sua história, a Figura 6 destaca a importância do trabalho humano na evolução do Porto. Enquanto as fotos anteriores ilustram a expansão da infraestrutura portuária e o aumento da capacidade de movimentação, a imagem dos trabalhadores enfatiza que, sem o empenho e a competência das equipes que atuam diretamente nas operações, esse crescimento seria impossível. A articulação entre as fotos mostra que o desenvolvimento do Porto de Paranaguá não é apenas uma questão de modernização das instalações, mas também de valorização do trabalho operário, fundamental para o sucesso contínuo da atividade portuária.

Essa relação entre infraestrutura e trabalho humano evidência como o Porto de Paranaguá conseguiu se expandir e se tornar uma potência logística, mantendo sua competitividade no mercado global. O esforço conjunto de profissionais e tecnologias

⁷ Disponível em: <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Noticia/Porto-contribui-para-crescimento-economico-e-social-de-Paranagua>

avançadas permite que o Porto continue a atender à demanda crescente de exportação de produtos agrícolas e pesqueiros, mantendo sua posição de destaque no comércio internacional.

Portanto, as condições de vida e de trabalho em Paranaguá refletem tanto o impacto do porto como as especificidades das comunidades tradicionais que constituem a região. Enquanto o porto impulsiona o desenvolvimento urbano e emprega grande parte da população, as comunidades rurais preservam modos de vida ligados ao uso sustentável dos recursos naturais, embora enfrentem desafios para expandir suas oportunidades econômicas.

Quanto aos impactos ambientais, segundo o Appa (2017, p. 1), o porto adota diversas iniciativas de proteção ambiental. Desde 2013, há um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que organiza a coleta e separação de resíduos, investindo R\$ 1,7 milhão anualmente em ações de limpeza e higiene.

Segundo Appa (2017, p. 1), também foi implementado um programa de combate à dengue, que inclui doações de recursos e equipamentos à prefeitura, com ações preventivas, cuja intenção era eliminar os focos de água parada e campanhas de conscientização para as comunidades locais. Com mais de 200 ações socioambientais, como palestras, oficinas e mutirões de limpeza, o porto atua para minimizar impactos ambientais e promover a convivência harmônica entre as atividades portuárias e o meio ambiente.

Conforme dados publicados pela APPA (2022, p. 1), a atividade portuária se destaca como a principal fonte de geração de receita em Paranaguá. As operações dos Portos do Paraná empregaram diretamente mais de 9 mil trabalhadores, incluindo aqueles envolvidos nas atividades de armazenamento de produtos. Ademais a esses postos diretos, a infraestrutura portuária também sustenta milhares de empregos indiretos, distribuídos em setores como o transporte de cargas, serviços de apoio aos caminhoneiros, comércio local e atendimento aos trabalhadores portuários.

Em um levantamento anterior, a APPA (2020, p. 1) ressaltou que, em abril de 2020, o Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá registrou a passagem de 58.499 caminhões, reflexo da supersafra agrícola daquele ano, que intensificou o fluxo de embarque de grãos. Para ilustrar a magnitude desse aumento operacional, a APPA disponibilizou imagens em seu portal (APPA, 2020, p. 1), evidenciando o impacto gerado pela movimentação portuária.

A Figura 10, abaixo, ilustra o aumento significativo de caminhões no Porto de Paranaguá, refletindo o crescimento das operações logísticas e o maior volume de carga sendo transportado para o porto. A imagem mostra a movimentação intensa de caminhões, uma característica essencial no escoamento de grãos e outros produtos, transportados por rodovia até o porto para posterior embarque. Esse aumento de caminhões evidencia a crescente demanda por exportações e a adaptação do Porto para atender a essa demanda crescente, mostrando um ambiente dinâmico e em plena expansão.

Figura 10 – aumento significativo de caminhões no Porto de Paranaguá



Fonte: APPA (2020, p. 1)

Entre as figuras demonstradas acima, que apresentam o Pátio de Triagem do Porto, é possível observar o processo logístico em funcionamento. O Pátio de Triagem, um local destinado à organização dos caminhões e à alocação das cargas antes do carregamento, é uma parte vital para o bom funcionamento do Porto de Paranaguá. A imagem do pátio revela uma estrutura pensada para garantir que o fluxo de caminhões seja eficiente, com áreas adequadas para a distribuição e controle das cargas, permitindo que as operações ocorram de forma ordenada e sem interrupções. O aumento do número de caminhões (Figura 10) pode estar diretamente relacionado à necessidade de melhorar esses espaços de triagem e garantir que o processo logístico aconteça com mais agilidade.

Figura 11 – Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá



Fonte: APPA (2020, p. 1)

Na Figura 11, o fluxo de caminhões é mostrado em movimento, reforçando a ideia de um Porto que nunca para. A imagem captura a agitação das atividades no Porto, com caminhões chegando e saindo constantemente, refletindo a alta demanda de transporte para o embarque de produtos.

Esse fluxo intenso de caminhões também destaca a eficiência das operações logísticas do Porto, que, por meio da organização no Pátio de Triagem e na gestão de fluxo, consegue lidar com grandes volumes de carga de forma ágil e eficaz.

Figura 12 – Fluxo de caminhões



Fonte: APPA (2020, p. 1)

As imagens apresentadas revelam o ritmo acelerado do Porto de Paranaguá, que se adaptam e se expandem para suportar um volume crescente de mercadorias, mantendo sua competitividade como um dos maiores portos exportadores do Brasil.

O fluxo intenso de caminhões e a organização do Pátio de Triagem são fundamentais para o sucesso das operações, refletindo a infraestrutura de ponta do Porto e seu papel essencial na cadeia logística do Brasil.

3.2.2 Saneamento e saúde

Nesta seção será abordado o saneamento básico é constituído pelos serviços de abastecimento de água; coleta e tratamento de esgoto; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, conforme site da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2024).

Considera-se, também, o documento que prescreve a atual política urbana de Paranaguá, regulamentada pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/2001). Essa lei estabelece a obrigatoriedade de plano diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, condicionado à garantia de ampla participação popular, que reflitam as reais necessidades da população.

Para tanto, serão utilizados dados que estão disponibilizados no Plano Diretor. Na apresentação de Bernardes e Leite (2021, p. 1) no texto do Plano Diretor, afirma que esse é um instrumento cuja finalidade fundamenta-se no planejamento urbano e de gestão das cidades e suas políticas públicas. Ainda conforme apresentam Bernardes Leite (2021, p. 1) esse documento foi criado para orientar e regular o desenvolvimento das áreas urbanas. Sua importância reside na capacidade de promover um crescimento ordenado, equilibrando as necessidades econômicas, sociais e ambientais da comunidade.

Os principais objetivos do plano diretor, de acordo com Bernardes Leite (2021, p. 2), incluem a organização do uso e ocupação do solo, promovendo a eficiência e a equidade na distribuição das atividades urbanas. Ao definir áreas para residências, comércio, indústria e preservação ambiental, o plano busca evitar a especulação imobiliária e assegurar que o desenvolvimento urbano seja sustentável e atenda à função social da propriedade. O plano diretor visa melhorar a mobilidade urbana, estabelecendo diretrizes para o transporte público e a infraestrutura viária, e garantir a participação da sociedade nas decisões relacionadas ao desenvolvimento da cidade. Este autor aponta que o plano diretor é uma necessidade vital para que o planejamento urbano continue a ser eficaz e relevante. Sendo que, para se manter atualizado, este Plano deve ser revisado a cada dez anos, embora este prazo possa ser reduzido por leis municipais específicas. A necessidade de atualização pode surgir em resposta a uma série de fatores. Mudanças significativas na economia local, como o crescimento populacional acelerado ou crises econômicas, podem exigir ajustes nas políticas urbanas para melhor atender às novas realidades. A infraestrutura urbana também pode se tornar obsoleta ou inadequada com o tempo, demandando uma revisão para garantir que continue a suportar as necessidades da população.

Ainda conforme os apontamentos de Bernardes e Leite (2021, p. 3) eventos como desastres naturais e mudanças climáticas representam outra razão importante para a revisão do plano diretor. Estes eventos podem impactar profundamente a cidade, exigindo ajustes nas estratégias de planejamento para melhorar a resiliência e a adaptação às novas condições. Os avanços tecnológicos podem oferecer novas soluções urbanas que melhoram a qualidade de vida e a eficiência das cidades, justificando uma atualização do plano para integrar essas inovações. A demanda crescente por moradia e serviços essenciais também pode indicar a necessidade de

revisão para garantir que o plano continue a promover um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

Portanto, a atualização regular do plano diretor é essencial para a manutenção de um desenvolvimento urbano saudável e sustentável. Permitindo que as cidades se adaptem às mudanças e desafios emergentes, promovendo uma gestão urbana eficiente e garantindo que o crescimento seja orientado de maneira a beneficiar toda a população. Sem essas revisões periódicas, as cidades podem enfrentar problemas como congestionamentos, deterioração da infraestrutura e falta de serviços, comprometendo a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos (Bernardes; Leite, 2021, p. 4).

A fim de debruçar-se sobre documentos que apontem os recursos hídricos e de saneamento ambiental do município de Paranaguá–PR, foram necessárias inúmeras buscas, visando encontrar documentos atualizados sobre os dados que seriam apresentados. Entretanto, observou-se que o Plano Diretor municipal mais recente possui data de 2007 e desde 2020, pelo Portal da Transparência Municipal⁸ existe uma tentativa da Revisão do Plano Diretor, que, ainda não ocorreu.

Ainda nesse mesmo ano, de 2020, o Ministério Público, por meio de uma nota técnica 04/2020⁹, evidencia a necessidade da revisão do Plano Diretor municipal, principalmente com relação ao período de pandemia, acometido pelo COVID-19.

Em vista disso, apresenta-se essa justificativa por apresentar a análise de um documento tão antigo, datado de 2007, pois, por enquanto, ainda não houve novas alterações.

Conforme o Plano Diretor Municipal (2007, p. 92), o sistema hidrográfico da bacia Atlântica é relativamente jovem do ponto de vista geológico, com rios que ainda não passaram por processos significativos de compensação. Essa juventude é evidenciada pela presença de numerosas corredeiras e cachoeiras, além da alta velocidade das correntes fluviais, características que resultam dos contínuos processos epirogenéticos na região (Maack, 1968, p. 92).

Este sistema compreende várias bacias importantes, incluindo as dos rios Ribeira, da baía das Laranjeiras, da baía de Antonina, do rio Nhundiaquara, da baía

⁸ Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/transparencia/revisao-do-plano-diretor>. Acesso em: 27 jul. 2024.

⁹ Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1320ncP_nx4NcrRpLPndgqcf26JD0lkKs. Acesso em: 27 jul. 2024.

de Paranaguá e da baía de Guaratuba, cobrindo aproximadamente 7,3% da área total do Estado, equivalente a 14.700 km².

Entre essas bacias, destaca-se a bacia hidrográfica de Guaratuba, com uma área de 1.393 km², que se destaca como um dos sistemas fluviais mais importantes e interessantes da região costeira. A origem dos rios dessa bacia está nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja e Araraquara. Estes incluem o rio Cubatão e seus afluentes, como Cubatãozinho, Arraial, São João, Guaratubinha e Castelhanos. Há rios menores que nascem na planície, como Pontal, Taquaraçu, Meio, Vitória e Claro. As serras da Igreja, Canavieiras e da Prata atuam como divisores de águas, direcionando o fluxo para as baías de Paranaguá e Guaratuba e gerando a maioria dos afluentes do rio Cubatãozinho, incluindo Canavieiras, Furta Maré, Rasgado, Henrique, Guarajuran, Alegre e das Onças. Adicionalmente, os rios Descoberto e Boguaçu, que desaguam diretamente na Baía de Guaratuba, são de grande importância para o sistema hidrográfico da região (Bigarella, 2001, p. 93).

Os serviços de abastecimento de água, em Paranaguá, conforme os dados dos Cadernos Municipais (IPARDES, 2024, p. 24), indicam que, o número de domicílios particulares ocupados em 49.001 e, que deste total, 48.677 são abastecidos com água canalizada.

O saneamento é uma política pública estabelecida pela Lei nº. 11.445/2007, a Lei do Saneamento. Essa lei define o saneamento numa concepção ampliada, em relação a concepção acima, estabelecida pela ANA. A lei estabelece a integração dos serviços de: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais e saúde, caracterizando-se como áreas de políticas públicas para promoção da saúde pública e a prevenção de riscos ambientais e sociais.

Conforme Brasil (2013, p. 1), o abastecimento de água é caracterizado pelo fornecimento de água potável através de uma rede de distribuição, poços, nascentes ou cisternas, com canalização interna para os domicílios. Já a coleta de lixo está relacionada à limpeza urbana e ao manejo adequado dos resíduos sólidos, enquanto o esgotamento sanitário envolve a coleta de esgoto por meio de redes específicas ou a utilização de fossas sépticas.

Lima *et al.* (2024, p. 137), indicam que o abastecimento inadequado de água potável expõe a população ao risco de contaminação por doenças hídricas, como diarreias, cólera e hepatites. A falta de acesso regular à água tratada pode

comprometer a saúde e a higiene das famílias, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas e rurais com baixa cobertura de serviços.

A fim de identificar essas condições na área de entorno da Instituição escolar analisada nesta pesquisa, demonstra-se, a partir das imagens abaixo, o que atualmente tem ocorrido na Vila Santa Maria, antigo lixão do município de Paranaguá.

De acordo com alguns dados obtidos a partir do EIA (2022), antes de iniciar as construções do Porto Guará, a empresa em questão realizou uma pesquisa de entorno, a fim de identificar os potenciais riscos para a implementação desse projeto na área estudada.

De acordo com o EIA (2022, p. 2238), foram aplicados 17 questionários entre os bairros de entorno da área do terminal portuário, assim com: o bairro Imbocuí, a Vila Santa Maria e o Jardim Figueira.

Conforme gráfico apresentado no documento do Porto Guará, observa-se que:

Figura 13 - Como ocorre o abastecimento de água no entorno do terminal portuário



Fonte: EIA (2022, p. 2238)

Ainda conforme dados obtidos no EIA (2022, p. 2240) o uso de fontes de água no entorno do empreendimento destina-se a atividades industriais, comerciais e de serviços, envolvendo tanto mananciais subterrâneos quanto superficiais. No caso do uso industrial, as permissões formais para o uso de água estão mais associadas a indústrias químicas, à produção de óleos e gorduras (de origem vegetal e animal) e à

fabricação de alimentos. Já as outorgas para uso comercial e de serviços estão ligadas principalmente à construção civil e ao comércio atacadista de matérias-primas agrícolas.

Além das outorgas para esses setores, também existem permissões para o uso da água em atividades de saneamento e agropecuária, embora estas sejam associadas apenas a mananciais superficiais. Por fim, no uso doméstico de poços e minas d'água pelos moradores da área ao redor do empreendimento. Apesar de ser necessário que esses usos sejam registrados, muitos moradores não cumprem com o cadastramento obrigatório, o que pode dificultar a gestão dos recursos hídricos e o monitoramento do uso doméstico da água na região (EIA, 2022, p. 2240).

O serviço de esgoto e drenagem no município de Paranaguá, de acordo com Costa *et al.* (2022, p. 04), a gestão de esgoto e drenagem urbana é um dos aspectos mais críticos para a qualidade de vida nas cidades modernas. O crescimento acelerado das áreas urbanas, muitas vezes sem o devido planejamento, tem gerado uma série de problemas relacionados à infraestrutura básica, como o manejo inadequado de águas pluviais e esgoto (Costa *et al.*, 2022, p. 04).

Pode-se considerar que a falta de sistemas eficientes de esgoto e drenagem não apenas compromete a saúde pública, mas também afeta o meio ambiente e a economia local, gerando um impacto negativo para a população mais vulnerável (Costa *et al.*, 2022, p. 04).

Figura 14 – Falta de saneamento básico na Vila



Fonte: Arquivos da autora, 2024.

Na vila, a ausência de um sistema eficiente de saneamento básico resulta no despejo indiscriminado de resíduos em um corpo d'água local, popularmente chamado de "Rio da Sadia".

Esse curso d'água, que é considerado tanto um rio quanto um córrego pelos moradores, tornou-se o destino final de todo o esgoto doméstico gerado pela população. Essa prática não apenas agrava a poluição ambiental, mas também representa um risco significativo para a saúde pública, favorecendo a disseminação de doenças e a degradação da qualidade de vida da comunidade. A inexistência de tratamento adequado dos resíduos compromete o ecossistema local e exemplifica a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura de saneamento básico na região.

Segundo Brasil (2017, p. 1), o manejo inadequado das águas pluviais urbanas pode resultar em alagamentos e enchentes, que afetam não só a infraestrutura das cidades, mas também expõem a população a riscos imediatos de acidentes e doenças decorrentes do contato com águas contaminadas. A falta de drenagem eficiente em áreas urbanas provoca erosão do solo e colapso de estruturas, aumentando a vulnerabilidade de comunidades que habitam encostas e áreas de risco.

O Relatório de Impacto Ambiental elaborado pelo Porto Guará (2022), para a instalação de um porto privado em Paranaguá indica que duas instituições atuam na prestação de serviços de saneamento no município: a Paranaguá Saneamento S/A (PS) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA) (Porto Guará, 2022, p. 2230).

Assim sendo, desde 2017, a Paranaguá Saneamento S.A. (PSSA) possui a concessão integral para o gerenciamento e operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. Antes dessa data, esses serviços eram realizados pelas empresas Águas de Paranaguá S.A. e CAB Águas de Paranaguá S.A. (Porto Guará, 2022, p. 2231).

Em relação ao abastecimento de água, o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, classificou os domicílios de acordo com a fonte de abastecimento. As categorias incluem: rede geral de distribuição, poços ou nascentes na propriedade, armazenamento de água da chuva em cisternas, e outras fontes, como rios, açudes e carros-pipa (IBGE, 2011, p. 21-22; Porto Guará, 2022, p. 2232).

No município de Paranaguá, o sistema de abastecimento de água é gerido pela PSSA, que é responsável pela captação, produção, adução e distribuição de água potável, além do tratamento e disposição final dos lodos, manutenção dos sistemas operacionais e controle de qualidade da água captada.

O município conta com quatro sistemas de abastecimento de água, cujos mananciais de captação incluem os rios Santa Cruz, Miranda, e Ribeirão, assim como poços em áreas específicas como a Ilha do Mel (Porto Guará, 2022, p. 2237). As principais estações de tratamento de água (ETAs) são a ETA Colônia, responsável pelo abastecimento de 98% da população, e outras localizadas no distrito de Alexandra e na Ilha do Mel (Porto Guará, 2022, p. 2237).

O serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), diversas ações estão sendo planejadas para melhorar a gestão de resíduos sólidos, incluindo a construção de um aterro sanitário, a implementação de coleta seletiva, a reorganização do trabalho dos catadores, a criação de sistemas de compostagem e a promoção de práticas de educação ambiental no Aeroparque, entre outras iniciativas. Essas ações visam proteger a saúde pública, conservar o meio ambiente e gerar oportunidades de renda (Plano Diretor, 2007, p. 390).

Ainda, de acordo com o Plano Diretor (2007, p. 390), a construção do aterro sanitário é uma medida essencial para atender aos padrões ambientais e de saúde, resultando no fechamento do atual lixão e na recuperação da área afetada. A coleta seletiva será baseada em modelos de sucesso já utilizados em outras partes do Brasil, aproveitando as práticas eficazes que foram desenvolvidas. Até que o aterro sanitário esteja completamente operacional, serão implementadas medidas para melhorar o controle do acesso ao lixão existente.

A organização dos catadores inclui medidas como o treinamento dos profissionais, a padronização dos carrinhos e a promoção de práticas cidadãs. A compostagem é vista como uma solução promissora, pois os compostos gerados poderão ser utilizados nas áreas verdes do município. O projeto de educação ambiental no Aeroparque terá um foco específico em crianças, incentivando-as a plantar e acompanhar o crescimento das plantas. O objetivo é fomentar a conscientização sobre a importância de preservar e cuidar do meio ambiente, em oposição à prática destrutiva frequentemente associada ao vandalismo (Plano Diretor, 2007, p. 390).

A gestão de resíduos sólidos em Paranaguá é regulamentada pelo Projeto Municipal de Saneamento Básico, em vigor desde 24 de outubro de 2013, e fundamentado na Lei Federal nº 11.445/07 e na Lei Estadual nº 12.493/99. Este projeto visa alinhar as diretrizes federais e estaduais para promover o desenvolvimento sustentável, integrando saneamento básico e questões ambientais, e assegurando a conservação e recuperação da qualidade ambiental (Lemos; Sott, 2021, p. 36).

Lemos e Sott (2021, p. 22) explicam que os impactos causados pelos aterros se estendem mesmo após o fechamento de áreas que antes funcionavam os lixões. Pois, quando desativados, esses espaços são chamados de Brownfields ou áreas problemáticas, causando descontinuidade urbana e dificultando o uso desses terrenos para fins públicos.

Mesmo os aterros desativados exigem cuidados contínuos para evitar problemas como a contaminação do solo, do ar e das águas vizinhas. A situação se agrava devido ao aumento constante da quantidade de resíduos, o que acarreta dificuldades na busca por espaços urbanos adequados para o tratamento e destinação correta desses materiais (Lemos; Sott, 2021, p. 22).

Neste contexto de desenvolvimento urbano de Paranaguá o saneamento configura-se como determinante que interfere de maneira nas condições de vulnerabilidade social e de riscos à saúde da população do município.

3.2.3 Saúde e serviços sociais

O município de Paranaguá, de acordo com o Plano Municipal de Contingência da Dengue e outras arboviroses (2023-2026, p. 16), enfrenta desafios significativos em relação à saúde pública e serviços sociais, especialmente no combate à dengue e a outras doenças transmitidas por mosquitos, como a febre chikungunya.

Segundo os relatórios da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (2022, p. 17), o município, historicamente, apresenta altos índices de casos de dengue, atribuídos em parte às condições climáticas e à presença de áreas propícias para proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença.

A Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, publicou no ano de 2024, uma análise documental sobre as doenças com maior índice de prevalência no município de Paranaguá. Segundo dados obtidos por esta secretaria são trazidos os dados pertinentes à dengue, sífilis, tuberculose, Aids, Leptospirose, Meningite, Hipertensão, Diabetes e doença renal crônica. De acordo com dados da SEMSA (2024, p. 7), "o município de Paranaguá entrou em situação de epidemia [...] o que representa uma incidência de 339,05 casos por 100 mil habitantes.

Outra doença também evidenciada nesse documento são as doenças diarreicas agudas (DDA), que "correspondem a um grupo de doenças gastrointestinais. Elas são caracterizadas por uma síndrome em que há ocorrência de pelo menos três episódios de diarreia aguda em 24 horas" (SEMSA, 2024, p. 11). Uma das causas apontadas para o desenvolvimento das DDAs ocorre pela ingestão de água, sem que haja tratamento correto; o consumo de alimentos sem conhecimento da procedência, preparo e armazenamentos.

Em 2023, por exemplo, o município notificou casos de chikungunya, mostrando que além da dengue, outras doenças tropicais também são uma preocupação crescente para a saúde pública local

Para enfrentar esses problemas, o município conta com uma rede de saúde diversificada, incluindo 12 Unidades Básicas de Saúde (UBS), um Centro de Atenção

Psicossocial (CAPS), duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), e hospitais, que atuam no atendimento primário e emergencial da população.

No entanto, a sobrecarga dessas unidades e a necessidade de campanhas contínuas para a conscientização e eliminação de focos do mosquito representam desafios para a gestão pública. Estes esforços visam tanto a redução da incidência de casos quanto a contenção de surtos, que, em alguns anos, têm sobrecarregado os serviços de saúde da região (IPARDES, 2022, p. 34).

Figura 15 - Agente de endemia realizando coleta



Fonte: Plano de Contingência da Dengue, (2023, p. 1).

A Figura acima mostra um agente de endemia realizando a coleta de amostras, relacionadas ao controle de focos de mosquitos transmissores de doenças como a dengue. A imagem ilustra a atuação desses profissionais no campo, essenciais para a prevenção e combate às doenças endêmicas.

Desse modo, nota-se que a presença do agente com os equipamentos apropriados indica a importância de ações preventivas e de monitoramento contínuo para detectar e eliminar criadouros de mosquitos. Essas atividades fazem parte de

planos de contingência, como o Plano de Contingência da Dengue, para reduzir a incidência da doença, protegendo a saúde pública e evitando surtos.

Partindo para uma análise mais aprofundada da pesquisa realizada por Lemos e Sott (2021, p. 21), nota-se que as autoras apresentam dados sobre a saúde, porém relacionada a redução de lixo, pois a Vila Santa Maria, é o local onde existia o antigo lixo.

Com isso, segundo os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Básica, de 2008, embora tenha ocorrido uma redução no número de lixões, essa ainda é a forma mais comum de destinação de resíduos, presente em 50,8% dos municípios brasileiros (IBGE, 2010).

Para Lemos e Sott (2021, p. 21), a presença desses lixões continua a gerar impactos negativos tanto do ponto de vista ambiental, com a contaminação do solo, das águas pluviais e do ar, quanto do ponto de vista social.

Esses locais afetam a saúde dos moradores locais, contribuindo para o aumento de doenças causadas pela poluição ambiental, e, também prejudicam a qualidade de vida, devido à falta de infraestrutura e à desvalorização imobiliária nas áreas ao redor, mesmo quando os lixões já estão desativados.

3.2.4 Moradia e ocupações urbanas

O direito à moradia, conforme Freitas, Capeti e Sampaio (2017, p. 94), está previsto na legislação brasileira, em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Segundo dados indicados pelo IPARDES (2024, p. 22), no ano de 2022, o Censo Demográfico do IBGE recenseou um total de 59.236 domicílios no município de Parannaguá, distribuídos entre diferentes tipos e condições de ocupação.

Neste município, 59.081 domicílios, classificados como particulares, 59.049 eram permanentes, com 49.001 ocupados e 10.048 não ocupados. Dentre os não ocupados, 2.713 eram utilizados ocasionalmente, enquanto 7.335 estavam vagos. 32 domicílios particulares foram identificados como improvisados. A pesquisa também registrou 155 domicílios coletivos, completando o total de 59.236 unidades recenseadas no município. Esses dados evidenciam o perfil de uso e ocupação dos domicílios em 2022, fornecendo um panorama detalhado da habitação local.

Segundo o IPARDES (2024, p. 22), os dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o município contava com um total de 40.495 domicílios particulares permanentes distribuídos conforme a condição de ocupação. Desses, 33.998 eram próprios, representando a maioria das habitações. Outros 4.778 domicílios estavam alugados, enquanto 1.490 foram cedidos. Uma parcela menor, de 229 domicílios, estava ocupada em outras condições. Esses números fornecem um panorama da distribuição habitacional no município em 2010, destacando o predomínio de residências próprias.

Em Paranaguá, os dados do Censo Demográfico de 2022 revelam um aumento significativo no número de domicílios em relação a 2010, com 59.236 unidades habitacionais recenseadas, das quais 49.001 estavam ocupadas e 10.048 não ocupadas. Esse aumento, acompanhado pela quantidade de domicílios vagos e improvisados, reflete o crescimento urbano do município e a alta demanda por moradia. Contudo, ele também evidencia desafios como a expansão de ocupações irregulares e problemas de infraestrutura, especialmente em áreas de preservação ambiental, como os manguezais. Essas ocupações afetam a sustentabilidade ambiental e demandam intervenções tanto para a preservação dos ecossistemas quanto para regularização habitacional (Varella, Souza, Duarte, 2018, p. 110).

Já de acordo com Freitas, Capeti e Sampaio (2017, p. 95), as ocupações irregulares no município de Paranaguá são consequência do crescimento populacional desordenado, das migrações e dos ciclos econômicos em nível nacional e estadual, que impactam diretamente a economia local, predominantemente influenciada pelo Porto. A população que reside nessas áreas, em sua maioria de baixa renda, busca esses locais uma alternativa habitacional mais acessível. No entanto, esses assentamentos apresentam infraestrutura precária, com fornecimento limitado de energia elétrica, alguns pontos de acesso à água potável e locais específicos para a coleta de lixo, mas sem redes de esgoto ou abastecimento adequado de água.

Perecin (2024, p. 01) comenta que Paranaguá também enfrenta problemas de saúde pública diretamente relacionados às condições de moradia e saneamento. Em áreas vulneráveis, a falta de infraestrutura adequada e a concentração de domicílios improvisados aumentam a exposição dos moradores a doenças como a dengue, cujo vetor, o mosquito *Aedes aegypti*, prolifera em locais com água parada.

O município tem, historicamente, registrado altas taxas de dengue, o que exige políticas contínuas de combate e conscientização para a prevenção. Essas iniciativas são essenciais para mitigar os impactos das doenças endêmicas na saúde da população local e reduzir a sobrecarga nos serviços de saúde municipais.

Assim, o panorama habitacional e as questões de saúde em Paranaguá evidenciam a necessidade de ações integradas, que combinem políticas de habitação, saneamento e saúde pública para promover melhores condições de vida e minimizar os riscos ambientais e de saúde.

Os estudos de Lemos e Sott (2021, p. 54), constataram, a partir de entrevistas, o tipo de construção das moradias, como sendo casas construídas em alvenaria, madeira e algumas de forma mista (alvenaria e madeira).

No entanto, as residências situadas nas proximidades do antigo lixão, são bastante precárias, sendo feitas de restos de madeira e papelão. Uma informação relevante, levantada nas entrevistas realizadas por Lemos e Sott (2021, p. 54), foi o número de pessoas que habitam cada imóvel, e observou-se que, na maioria das casas, vivem dois ou mais adultos, somando-se a duas ou três crianças ou até mais. A partir disso, releva-se também uma questão importante sobre o planejamento familiar, que precisa ser considerada nas ações do poder público.

Em relação ao tempo de residência, Lemos e Sott (2021, p. 54) apontaram que a maioria dos entrevistados afirmou morar no local há mais de cinco anos, o que demonstra a fixação das famílias na área, embora elas não possuam documentos legais de propriedade dos imóveis.

Conforme identificado por Lemos e Sott (2021, p. 54), havia um movimento interno de compra e venda de imóveis, mesmo que de maneira irregular. De acordo com os depoimentos coletados por Lemos e Sott (2021, p. 54) as casas não possuem acesso legal à energia elétrica e água encanada, mas, as casas têm eletricidade e abastecimento de água, porém de forma ilegal.

3.2.5 Educação e condições de trabalho dos profissionais de educação

Neste subtópico serão abordados os aspectos da realidade vivenciada pelos docentes e demais profissionais que atuam na Educação Infantil no município de Paranaguá. Desse modo, foram analisadas as condições de trabalho, incluindo carga

horária, infraestrutura das instituições, formação continuada e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Conforme apontam Paschoal e Machado (2012, p. 85), a história da Educação Infantil é marcada por transformações significativas ao longo dos séculos, refletindo as mudanças nas concepções sociais, culturais e pedagógicas sobre a infância e o papel da educação no desenvolvimento humano.

Para contextualizar acerca do objeto de pesquisa, que visa compreender as múltiplas determinações da realidade à prática pedagógica, sendo analisada a partir do Centro Municipal Infantil Nossa Senhora de Guadalupe, apresenta-se um apanhado de informações da rede municipal de ensino do município, visando conhecer o todo para *posteriori*, abordar somente sobre o Centro Municipal Infantil em questão.

De acordo com dados obtidos a partir do Caderno de Educação Infantil, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) em conjunto com pedagogas e docentes da Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá, houve a reformulação da Matriz Curricular da Rede Municipal no ano de 2020. Nesse documento consta informações sobre o histórico educacional infantil no município de Paranaguá e esse documento foi utilizado como base para trazer dados sobre a Educação Infantil no município.

De acordo com esse documento, observa-se que a Educação Infantil em Paranaguá tem uma história rica e evolutiva, que começou no dia 20 de novembro de 1973 com a inauguração do primeiro Centro de Educação Infantil, o CEI “Perseverança”. Esta iniciativa foi liderada por esposas de maçons, que formaram o “Clube da Fraternidade Perseverança”, composto por oito mulheres dedicadas a apoiar famílias trabalhadoras ao oferecer cuidados e educação para seus filhos (SEMEDI, 2020, p. 11).

Durante a década de 1980, o acesso à Educação Infantil em Paranaguá era predominantemente através de instituições privadas e filantrópicas. As escolas públicas, tanto estaduais quanto municipais, ofereciam apenas a última etapa da Educação Infantil, o pré-escolar, destacando uma lacuna no atendimento às crianças mais novas (SEMEDI, 2020, p. 11).

Em 1984, a Fundação Educar surgiu como uma solução inovadora, operando em salas de aula dentro de residências domiciliares e empregando professoras qualificadas. Este movimento permitiu que as turmas de pré-escola fossem

gradualmente integradas ao sistema público de ensino. A Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) contribuiu significativamente fornecendo merenda escolar e material didático, marcando um passo importante na colaboração entre iniciativas privadas e públicas (SEMEDI, 2020, p. 11).

Nessa época, o atendimento era parcial e destinado a crianças de até seis anos, com turmas que podiam chegar a trinta alunos, conforme a procura. As atividades oferecidas eram principalmente recreativas, focando no desenvolvimento social e emocional das crianças. Em 1995, o município inaugurou sua primeira Creche Municipal, o Centro Municipal Infantil Milena Bonfim, que oferecia atendimento integral e visava principalmente ajudar famílias de baixa renda, com um enfoque assistencialista (SEMEDI, 2020, p. 11).

A partir de 2001, Paranaguá iniciou a integração dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) à Secretaria Municipal de Educação, marcando uma nova era na gestão educacional do município. Hoje, a Rede Municipal de Ensino de Paranaguá inclui 26 Centro Municipal Infantil, dois dos quais estão localizados na Ilha do Mel, e oferece atendimento para crianças de zero a cinco anos. Crianças de cinco anos, nas turmas de infantil 5, também frequentam as Escolas Municipais, garantindo o cumprimento da obrigatoriedade de atender crianças a partir dos quatro anos (SEMEDI, 2020, p. 11).

A trajetória da Educação Infantil em Paranaguá é um reflexo das mudanças sociais e educacionais que o município vem experimentando, demonstrando um compromisso contínuo com o desenvolvimento integral das crianças e a ampliação do acesso à educação de qualidade. Esta história está em constante evolução, adaptando-se às necessidades da comunidade e incorporando novas abordagens pedagógicas para melhor servir à população infantil do município.

A reformulação do currículo da Educação Infantil em Paranaguá, realizada de maneira democrática e participativa, representa um avanço significativo na educação do município. As primeiras versões desse novo currículo foram desenvolvidas em 2018, com a colaboração ativa de diversas instituições de ensino infantil e fundamental. Essa abordagem participativa é admirável, pois valoriza as contribuições de diferentes atores educacionais, demonstrando um compromisso com a qualidade e a inclusão (SEMEDI, 2020, p. 12).

O papel dos encontros entre pedagogos e professores da Educação Infantil foi fundamental na elaboração do currículo. A parceria com a Universidade Estadual do

Paraná – Campus Paranaguá, que cedeu espaço para as reuniões, e a contribuição da Prof. Dr. Danielle Marafon, com sua extensa experiência na área, foram cruciais para enriquecer o processo de reformulação. Essa colaboração entre o município e a universidade ressalta a importância da integração entre academia e Educação Básica, promovendo um diálogo que enriquece a formação dos professores e, por consequência, o aprendizado das crianças (SEMEDI, 2020, p. 03).

Após a aprovação do Referencial Estadual do Paraná em 2018, os currículos municipais passaram por adaptações para se alinharem ao documento estadual. Esse alinhamento é benéfico, pois assegura a coesão entre as diretrizes estaduais e as práticas locais, permitindo que os professores da Rede Municipal de Ensino (RME) planejem suas aulas com base em um referencial sólido e atualizado. A implementação de currículos que levam em consideração as especificidades regionais, enquanto seguem diretrizes mais amplas, é essencial para atender às necessidades locais e promover uma educação de qualidade (SEMEDI, 2020, p. 03).

Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Paranaguá desempenham um papel crucial ao oferecer vagas para crianças de 0 a 5 anos. O processo de cadastro online, disponibilizado pela prefeitura, juntamente com o uso do portal da transparência para acompanhar a disponibilidade de vagas, são práticas que evidenciam o compromisso do município com a acessibilidade e a transparência. Contudo, há um problema persistente: a alta demanda por vagas em período integral.

Atualmente, poucos Centro Municipal Infantil conseguem oferecer turmas em período integral, com exceção do Centro Municipal Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe”, que atende todas as turmas em tempo integral. Os demais Centro Municipal Infantil operam em período parcial, tentando atender o maior número possível de crianças. Essa estratégia de atendimento parcial é uma tentativa de responder à crescente demanda, mas revela um desafio significativo para o município: a necessidade urgente de expandir a oferta de vagas em período integral.

A partir do site do SEMEDI - Paranaguá, nota-se que estão disponíveis à população 26 Centros Municipais de Educação Infantil, contando com 2 Centro Municipal Infantil localizados na Ilha do Mel.

Compreende-se que o município de Paranaguá conta com uma ampla rede de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) distribuídos estrategicamente para atender a população infantil em diferentes bairros e localidades. Essas instituições desempenham um papel fundamental na educação e no desenvolvimento das

crianças, proporcionando um ambiente de aprendizado e socialização desde os primeiros anos de vida.

Dentre os Centro Municipal Infantil presentes na cidade, destacam-se unidades como o Centro Municipal Infantil "Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho", localizado no Parque São João, e o Centro Municipal Infantil "Agadil Cabral", situado no bairro Beira Rio. No bairro Vila dos Comerciantes, há o Centro Municipal Infantil "Anita Canale Raby" e o Centro Municipal Infantil "Antônio Tortato", evidenciando a cobertura educacional nessa região. Já na Vila Cruzeiro, encontra-se o Centro Municipal Infantil "Anita Ribeiro Fontes", e no Jardim Guaraituba, o Centro Municipal Infantil "Aurora Xavier Santos".

A presença de unidades em locais históricos e centrais, como o Centro Municipal Infantil "Profª. Helena Porto Santos", situado na Praça Eufrásio Correia, demonstra o compromisso com a acessibilidade à Educação Infantil. O município atende áreas insulares, como os Centro Municipal Infantil "Nossa Senhora dos Navegantes" e "Juvelina Neves", localizados na Ilha dos Valadares e na Ilha do Mel, respectivamente.

O atendimento também se estende a bairros como Vila Santa Maria, onde está localizado o Centro Municipal Infantil "Nossa Senhora de Guadalupe", e Jardim Esperança, que abriga o Centro Municipal Infantil "Rosy Mattar Maia". Outros bairros contemplados incluem Porto dos Padres, onde se encontra o Centro Municipal Infantil "Regina Célia Domitt", e Serraria do Rocha, que conta com o Centro Municipal Infantil "Jurandir Rozendo de Lima".

3.2.6 violência e segurança pública

Nesse subtópico serão abordados sobre as questões dos determinantes externos e que influenciam às práticas pedagógicas nas instituições de ensino de Paranaguá, como atividades do Porto de Paranaguá, Moradia, Saúde, Vulnerabilidade Social, Violência, Prostituição, Drogadição, entre outras.

Os estudos de Cerqueira e Bueno (2024), organizadores do Atlas da Violência 2024, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), afirmam que, a violência é um comportamento ou ação que envolve o uso de força física ou psicológica com a intenção de causar dano, sofrimento ou destruição a outra pessoa, grupo ou objeto. Com isso, a violência pode se manifestar de diversas formas, assim

como a agressão física, abuso verbal, intimidação, coação e violência estrutural, como injustiças sociais e econômicas que perpetuam desigualdades.

Budel (2024), aponta que no Brasil, o Paraná é o 8º estado com maior acumulado de homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. No ano anterior, 2023, 1.922 pessoas foram vítimas de assassinato no Paraná. O número é 9,2% menor que o registrado em 2022, quando o estado teve 2.116 mortes violentas.

No ano de 2024, segundo dados obtidos pela Segurança Pública, disponível no site do Governo do Estado do Paraná, houve uma queda de 29% de registros de homicídio no Estado.

Entretanto, com relação ao ano anterior, 2023, Paranaguá, no litoral do estado, apareceu como um dos municípios mais violentos do Paraná, aparecendo também na 50ª posição de cidade mais violenta do Brasil.

Paranaguá, também conhecida como a localidade onde encontra-se o maior Porto do Brasil, destaca-se não somente pela violência, mas pelo crescente aumento de contrabando de drogas, o que acaba atraindo facções violentas para o município, assim como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). Ainda, cabe destacar, outras atividades que estão articuladas ao contexto destas múltiplas determinações, como é o caso as redes sociais e comunitárias. Em dados apresentados nos estudos do EIA (2022, p. 2385), verifica-se que o município de Paranaguá oferece diversos espaços especiais ao lazer e à diversão para sua população. Entre esses locais, destaca-se o Aeroparque, considerado um dos principais pontos de atividades recreativas, situado nas proximidades da BR-277. Há também algumas associações de bairro promovem atividades específicas, muitas delas peculiares ao público infantil e juvenil, reforçando o caráter comunitário e incluindo

A União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá (UMAMP) também se configura como uma importante entidade, que mantém uma página na rede social Facebook¹⁰ destinada a informar os moradores sobre as atividades de lazer e animação em andamento tanto no município quanto em seus bairros relevantes.

Conforme apontam ainda os dados do EIA (2022, p. 2386), a Ilha dos Valadares, pertencente ao município de Paranaguá, oferece à população diversos

¹⁰ Disponível em: https://web.facebook.com/p/Uni%C3%A3o-Municipal-das-associacoes-de-moradores-de-paranagua-UMAMP-100066809713563/?_rdc=1&_rdr

espaços públicos dedicados à prática de esportes e ao lazer, com foco especial em crianças e jovens. Um exemplo é o campo do Hermínio, espaço comunitário utilizado para jogos de futebol, ainda que com infraestrutura limitada. Outro exemplo é o Campo do Sete, que inclui um campo de futebol e um parque infantil, mantidos por uma associação de moradores. Há ainda o Complexo Esportivo Mario Lobo, sob administração da Secretaria Municipal de Esportes, o qual dispõe de infraestrutura adequada para a prática esportiva (Luz *et al.*, 2010 *apud* EIA, 2022, p. 2386).

Paranaguá conta com locais que exercem simultaneamente a função de pontos turísticos e espaços de lazer, como é o caso do Aquário de Paranaguá. Em 2020, foi inaugurado um novo espaço de 700 m² entre os bairros Vila Rute e Serraria do Rocha, equipado com academia ao ar livre, quadra de futebol e pista de caminhada, atração ao lazer dos moradores (Folha do Litoral, 2020 *apud* EIA, 2022, pág. 2386). Assim, o litoral do Paraná configura-se como uma região onde convergem lazer e turismo, proporcionando à população espaços que refletem a paisagem urbana em suas dimensões históricas e naturais, reforçando, portanto, a identidade local.

Ainda, destaca-se outra atividade, como a produção agrícola na região é limitada, sazonal e realizada exclusivamente pelo trabalho familiar. Conforme dados do EIA (2022, p. 2381), entrevistas com alguns agricultores locais revelaram que a ausência de mecanização nas práticas agrícolas é atribuída, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas para adquirir os maquinários necessários.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2024), há informações pertinentes ao município de Paranaguá.

Nesse documento, IPARDES (2024, p. 52), em levantamento realizados no ano de 2023, encontram-se informações sobre a produção agrícola e de alimentos. Nesse sentido, nota-se que há cultivo de alguns alimentos, tais como: arroz (em casca), batata-doce, cana-de-açúcar; feijão (em grão), mandioca, milho (em grão), tomate, banana (cacho), laranja, maracujá, palmito.

De acordo com alguns levantamentos realizados por Lemos e Sott (2021, p. 16), na década de 1950, a Vila Santa Maria tinha uma característica predominantemente agrícola, voltada para a subsistência das famílias locais. No entanto, a partir dos anos de 1970, com a abertura do lixão do Embocuí e o crescimento da indústria, a localidade passou por uma reconfiguração espacial devido ao fluxo migratório de pessoas, tanto de cidades vizinhas quanto de outros estados (Lemos; Sott, 2021, p. 16).

Posteriormente, assim como destaca Lemos e Sott (2021, p. 16), a Vila passou a compartilhar seu território com a fábrica da Sadia e outras empresas, o que levou à transformação do perfil agrícola da comunidade.

O aumento do número de imigrantes resultou em um crescimento desordenado sem o devido acompanhamento das autoridades competentes. Atualmente, a Vila Santa Maria é considerada uma área de ocupação irregular, enfrentando sérios problemas socioambientais e urbanos, como a falta de infraestrutura básica, incluindo saneamento, pavimentação e serviços de saúde, além da ausência de perspectivas para a regularização fundiária e a legalização das moradias.

O contexto social e econômico de Paranaguá influencia diretamente as práticas pedagógicas nas instituições de ensino do município. Questões como moradia, saúde, vulnerabilidade social, violência e criminalidade impactam o ambiente escolar, especialmente devido à presença do Porto de Paranaguá, que atrai facções criminosas e intensifica o tráfico de drogas. Apesar desse cenário, iniciativas comunitárias e espaços de lazer oferecem alternativas de inclusão e socialização para crianças e jovens. A economia local, marcada por uma produção agrícola limitada, reflete as transformações históricas da região. Diante desse panorama, o próximo item aborda os diversos fatores externos que interferem na dinâmica educacional, analisando como esses aspectos moldam a realidade das escolas de Paranaguá.

3.3 OLHAR SOBRE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL EM PARANAGUÁ

Embora a legislação nacional, estadual e municipal defina diretrizes claras, a destinação correta dos resíduos sólidos no Bairro Vila Santa Maria ainda apresenta desafios significativos. Nesse momento da pesquisa, apresenta-se os dados obtidos do entorno da Instituição escolar, contendo informações sobre a Vila Santa Maria.

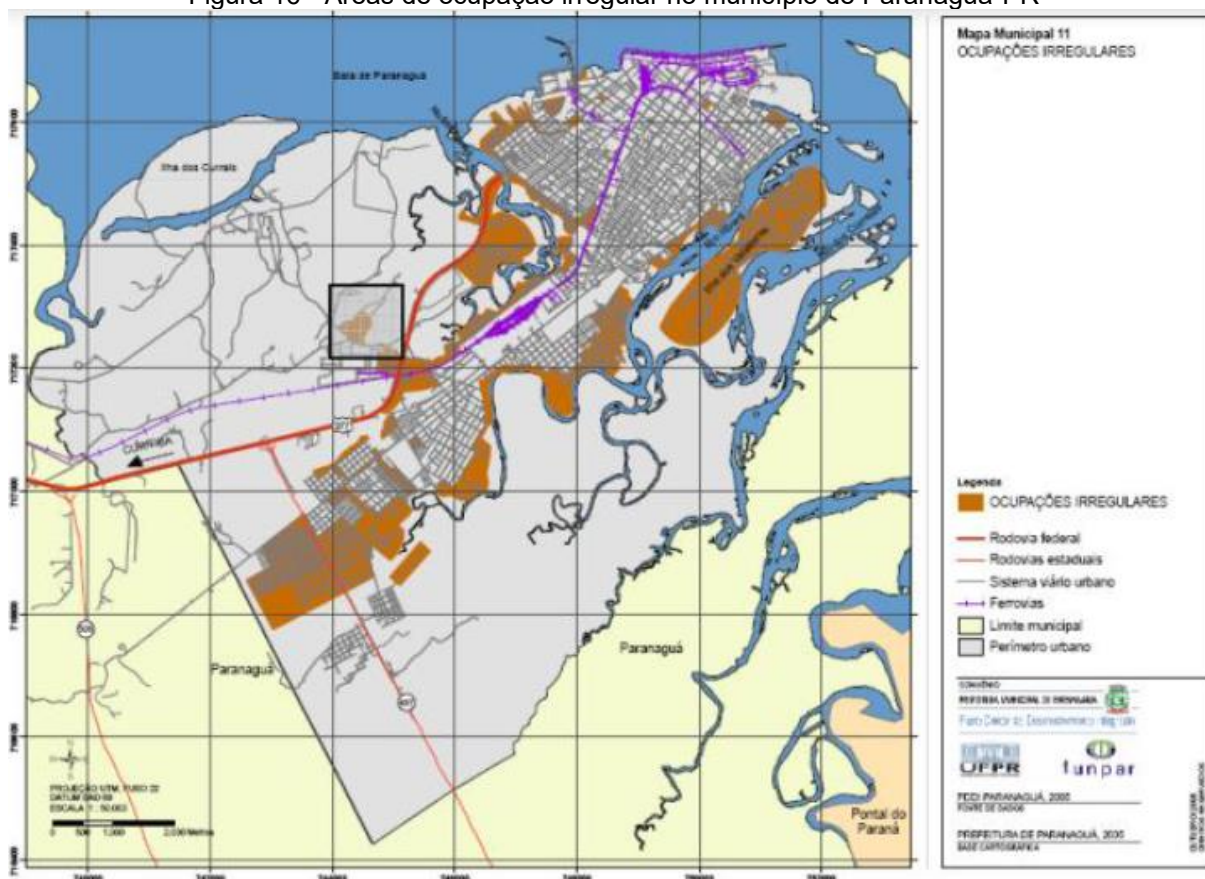
De acordo com pesquisas realizadas por Sott (2021, p. 41), a área não aparece na cartografia oficial do município de Paranaguá por se tratar de uma ocupação irregular. A vila, localiza-se em uma área da zona rural, que faz parte da Colônia Santa Rita. Com a expansão portuária, nas últimas décadas, essa ocupação irregular avançou para dentro do espaço urbano da cidade (Abrahão, 2011, p. 53).

O nome da vila, Santa Maria, foi dado pelos antigos moradores da região, que sentiram a necessidade de criar uma identidade para a comunidade e ganhar

visibilidade perante as autoridades. Após algumas intervenções urbanas realizadas pelo Município, o local passou a ser conhecido como Vila Santa Maria (Lemos; Sott, 2021, p. 41).

No Plano Diretor de Paranaguá (2007), há uma figura representando as áreas regulares do município e a Vila Santa Maria está entre as listadas, conforme a Figura a seguir.

Figura 16 - Áreas de ocupação irregular no município de Paranaguá-PR



Fonte: Plano Diretor de Paranaguá (2007)

Na década de 1950, a Vila tinha um caráter agrícola, voltado para a subsistência dos moradores locais. Contudo, na década de 1970, com a ativação do lixão do Embocuí e a expansão industrial, a área passou por mudanças significativas em sua configuração espacial, impulsionada pela migração de residentes e pela chegada de novos moradores vindos de cidades próximas e de outros estados (Lemos; Sott, 2021, p. 41).

Ainda de acordo com Lemos e Sott (2021, p. 42) a vila Santa Maria é organizada em torno de uma rua principal que começa na Avenida Atílio Fontana e

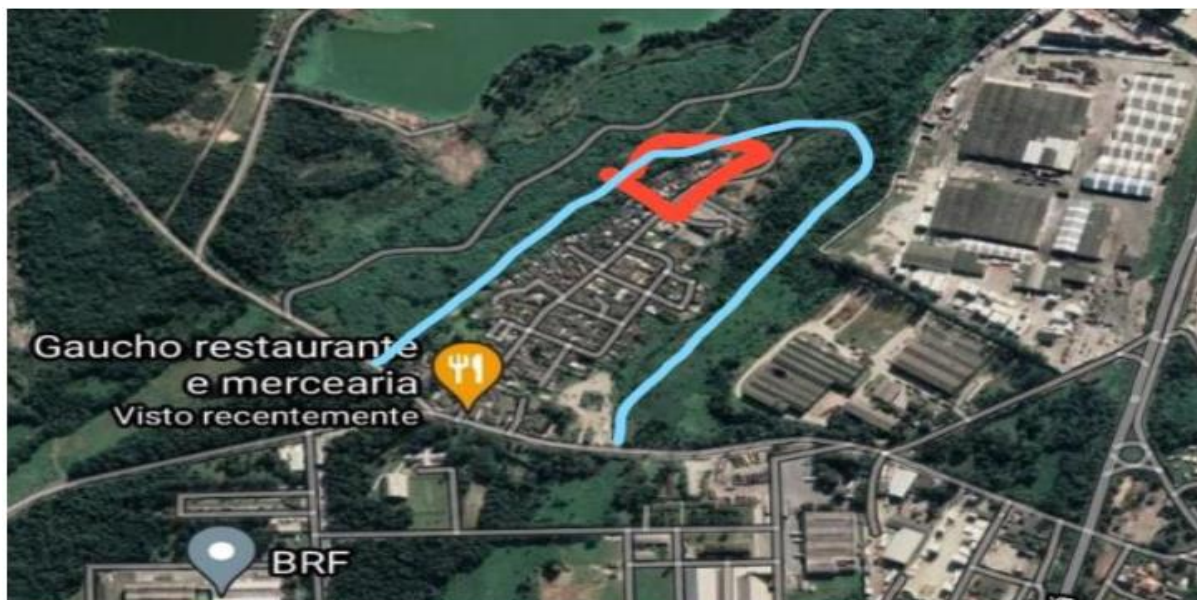
termina em uma área de mata densa, com três acessos internos para os moradores. A Vila conta com um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), uma associação de catadores de recicláveis, duas igrejas, um restaurante de frente para a Avenida Atílio Fontana e o antigo lixão do Embocuí, que está desativado desde 2006, após intervenções do Estado do Paraná e a Petrobras.

O antigo lixão foi utilizado desde a década de 1973, sendo depositados detritos domésticos, industriais e hospitalares do município de Paranaguá-PR e da Ilha do Mel. A desativação do lixão ocorreu pelas más condições do espaço que não possuía tratamento adequado para o lixo que era descartado naquela área e, com isso, causava inúmeras degradações ambientais e problemas de saúde aos moradores de entorno (Wroniski, 2005, p. 01).

Atualmente, nas proximidades do antigo lixão, há algumas moradias em condições bastante precárias. A Vila possui iluminação e abastecimento de água, mas esses serviços são obtidos de maneira irregular (Lemos; Sott, 2021, p. 42).

Lemos e Sott (2021, p. 42) ainda apontam que, com o passar dos anos, a Vila passou a atrair novos moradores, resultando em uma expansão desordenada, com a construção de habitações improvisadas dentro da área do antigo lixão, que atualmente está desativado e carece de qualquer tipo de saneamento básico ou rede de esgoto. Ainda conforme as autoras supracitadas, as ruas que dão acesso à Vila não têm infraestrutura adequada, assim como asfalto, e não há expectativa de intervenção por parte do poder público e, depois de muitos anos, nas últimas pesquisas realizadas por Lemos e Sott (2021) e Abrahão (2011), há indícios de que o antigo lixão, como é popularmente conhecido, encontra-se uma Associação de Catadores de Reciclados.

Figura 17 - Localização do antigo lixão localizado na Vila Santa Maria



Fonte: Lemos; Sott (2021, p. 42).

Nota-se que na figura acima existem dois traços, um em vermelho e outro em azul claro. De acordo com a pesquisa realizada por Lemos e Sott (2021) e a partir da leitura de sua pesquisa, compreende-se que a linha em azul claro demonstra a configuração da vila. Já na linha destacada em vermelho representa o local onde estava alocado o antigo lixão.

A Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Santa Maria (ASSEPAR), de acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (2022, p. 2137), esse "grupo de catadores está formalizado desde o dia 24 de maio de 2006 e, atualmente, conta com 24 associados que geram sua renda a partir da comercialização do material reciclável".

Figura 18 - Associação de Catadores de Material Reciclável da Vila Santa Maria (ASSEPAR)



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (2022, p. 2251)

Segundo Lemos e Sott (2021, p. 43), a Vila Santa Maria não possui uma ocupação regular e dessa forma, não há informações precisas a partir de sites oficiais, com o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou dados obtidos no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Por isso, assim como realizaram Lemos e Sott (2021) foram coletados dados a partir de outros documentos disponíveis no Google, assim como a tese de doutorado da autora Abrahão (2011) e os dados obtidos a partir da pesquisa de Lemos e Sott (2021).

De acordo com Abrahão (2011), a Vila possuía, na época da pesquisa, aproximadamente 310 residências, abrigando entre 1100 e 1200 pessoas, das quais 24% eram crianças de 0 a 9 anos, 20% jovens de 10 a 19 anos, 30% adultos entre 20 e 39 anos, 15% tinham entre 40 e 59 anos, 4% eram idosos acima de 60 anos, e 7% não declararam a idade. Embora esses números tenham mudado ao longo da última década, a pandemia de COVID-19, que perdurou por quase dois anos, impossibilitou a realização de um levantamento mais recente e detalhado para fins de comparação.

Segundo Lemos e Sott (2021, p. 47), a maioria das famílias vive em extrema pobreza, dependendo principalmente de programas sociais do governo, enquanto algumas sobrevivem graças a empregos informais ou atividades relacionadas ao lixo. Diante dessas dificuldades, acadêmicos, docentes, instituições educacionais, empresas, ONGs e associações se mobilizam, sempre que possível, para oferecer algum conforto, dignidade e igualdade às famílias necessitadas.

De acordo com Lemos e Sott (2021, p. 48), durante meses de interação que as autoras tiveram com os moradores da região, por meio de projetos de extensão universitária, foram observadas que a Vila se tornou um ambiente acolhedor, permitindo que os residentes vivam de acordo com suas condições e possibilidades, sem as pressões típicas da sociedade. No entanto, esse acolhimento não elimina a presença do crime e da violência na comunidade, sendo considerada uma das vilas mais perigosas do município.

Ainda de acordo com a pesquisa de Lemos e Sott (2021, p. 48), a Vila Santa Maria apresentou poucos avanços em termos de transformações sociais, urbanas e ambientais. Uma das poucas mudanças recentes foi a aprovação, em 30 de novembro de 2020, pela Câmara Municipal de Paranaguá, do Projeto de Lei Municipal n. 5662/2020, que nomeou as ruas da Vila. Essa era uma demanda antiga dos moradores, pois a nomeação das ruas permitiu que as casas passassem a ter um endereço oficial. Esse avanço social é significativo, já que, segundo Kashiwagi (2004), para os moradores de ocupações irregulares, ter um endereço é sinônimo de dignidade e um sentimento de pertencimento ao local. Ao mesmo tempo, a nomeação das ruas iniciou o processo de reestruturação espacial e urbana da Vila, com a sinalização promovida pelo Município.

No entanto, os serviços de infraestrutura urbana na Vila permanecem precários. Há iluminação pública, mas insuficiente, e faltam saneamento básico adequado e coleta regular de lixo. As estradas de terra são mal-conservadas, com buracos que pioram nos dias de chuva. O transporte coletivo também é muito deficiente, sem pontos de ônibus ou calçadas (Lemos; Sott, 2021, p. 48).

Por fim, observa-se que os aspectos ambientais da Vila Santa Maria refletem o descaso do poder público, especialmente em relação aos moradores que vivem nas proximidades do antigo lixão e às margens do rio local. As moradias são extremamente precárias, feitas de papelão e materiais recolhidos no lixo, sem instalações sanitárias, e os dejetos de esgoto são despejados diretamente no rio.

3.3.1 Centro Municipal De Educação Infantil

O Centro Municipal De Educação Infantil– CMEI de Paranaguá-PR, situada na Vila Santa Maria, sua inauguração foi no dia 03 de agosto de 2006.. Ao longo do tempo, o município de Paranaguá, no Paraná, passou por mudanças significativas na

oferta de Educação Infantil. O primeiro Centro de Educação Infantil (CEI) "Perseverança" foi inaugurado em 1973 por um grupo de esposas de maçons que percebeu a necessidade de cuidar das crianças enquanto seus pais trabalhavam (Rosário, 2022, p. 15).

O atendimento na Educação Infantil foi realizado por escolas particulares e filantrópicas até 1984, quando a Fundação Educar começou a oferecer aulas para um pequeno grupo de crianças em residências. Somente em 1995, a primeira creche municipal foi inaugurada, e em 2001, o processo de transição para integrar os Centros Municipais de Educação Infantil à Secretaria Municipal de Educação começou. Hoje, a rede municipal de Paranaguá conta com 26 Centros Municipais que atendem crianças de 0 a 5 anos, com algumas turmas em período integral (Rosário, 2022, p. 15).

A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral de Paranaguá revisou seu Currículo Municipal com base em documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo do Sistema Educacional Família e Escola (SEFE). A reconstrução do currículo da Educação Infantil foi realizada de forma gradativa, envolvendo pedagogos e docentes da Educação Infantil, com o apoio da Universidade Estadual do Paraná. Desde a aprovação do Referencial Estadual do Estado do Paraná em 2018, os currículos municipais foram adaptados com base nesse documento (Rosário, 2022, p. 15).

No município, a demanda por vagas em período integral supera a oferta, com a maioria dos Centros Municipais oferecendo atendimento em período parcial para atender mais crianças. Cada Centro Municipal Infantil possui um pedagogo que auxilia os docentes e presta apoio pedagógico às crianças e seus responsáveis, quando necessário. A estrutura dos Centros Municipais Infantís varia de acordo com a idade das instalações, mas há um esforço contínuo para reformar e melhorar as instalações (Rosário, 2022, p. 16).

O objetivo é contextualizar o local da pesquisa, que está situado no município de Paranaguá. O litoral está dividido em sete municípios, e é considerado berço da civilização paranaense e também a mais antiga do estado do Paraná, desenvolveu-se às margens do Rio Itiberê. Em 1648 foi fundada a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá ou conforme relatado por Santos (2020, p. 10). A seguir será destacado o mapa do Município de Paranaguá-PR:

Figura 19 - Mapa do município Paranaguá-PR.



Fonte: Rosário (2020, p. 53)

Conforme observado no mapa do município de Paranaguá, o “litoral do Paraná divide-se em sete municípios: Guaraqueçaba, Morretes, Antonina, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Paranaguá” (Rosário, 2020, p. 51). Assim o município de Paranaguá, situado no litoral do estado do Paraná, destaca-se por sua relevante importância histórica e geográfica. Como a vila mais antiga do estado e uma das mais antigas do Brasil, o município possui um porto de grande relevância nacional, o Porto Dom Pedro II. O município de Paranaguá é conhecido por seu folclore, danças e comidas típicas. Geograficamente, encontra-se a 5 metros acima do nível do mar, separada da capital do estado, Curitiba, por uma cadeia montanhosa chamada Serra do Mar.

O município possui uma área total de 808,959 km² e uma população estimada de aproximadamente 154,936 habitantes em 2019, com uma densidade demográfica de 191,53 habitantes por quilômetro quadrado. Paranaguá faz parte do Complexo Estuarinho-Lagunar de Iguape-Paranaguá, reconhecido pela UNESCO em 1991 como a primeira Reserva da Biosfera Brasileira, sendo hoje um dos principais santuários

ambientais do mundo. Nesse contexto, Paranaguá se destaca por sua história e sua importância econômica, especialmente devido ao seu porto e ao seu papel como um dos municípios litorâneos da região do Lagamar. Sua área extensa e densidade demográfica moderada refletem as características geográficas e socioeconômicas desse município litorâneo no sul do Brasil (Lemos; Sott, 2021, p. 22).

Vale destacar, por sua vez, que o Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Guadalupe (CMEI) no município de Paranaguá-PR, fica no bairro que Vila Santa Maria. Inicialmente, nos anos 1950, era predominantemente agrícola e voltada para a subsistência local. No entanto, nos anos 1970, com a ativação do lixão do Embocuí e a expansão industrial, ocorreu um movimento migratório que transformou sua estrutura (Lemos; Sott, 2021, p. 22).

Atualmente, a Vila é composta por uma rua principal que vai da Avenida Atílio Fontana até uma área de mata fechada, com três acessos internos. A comunidade possui um Centro Municipal de Educação Infantil, uma associação de catadores de recicláveis, duas igrejas e um restaurante, mas também enfrenta desafios, como moradias precárias ao redor do antigo lixão desativado, falta de infraestrutura básica, saneamento irregular e falta de intervenção do poder público, tornando a área vulnerável e desordenada (Lemos; Sott, 2021, p. 22). A seguir será demonstrado o mapa da Vila Santa Maria local onde está localizado o Centro Municipal Infantil Nossa Senhora de Guadalupe:

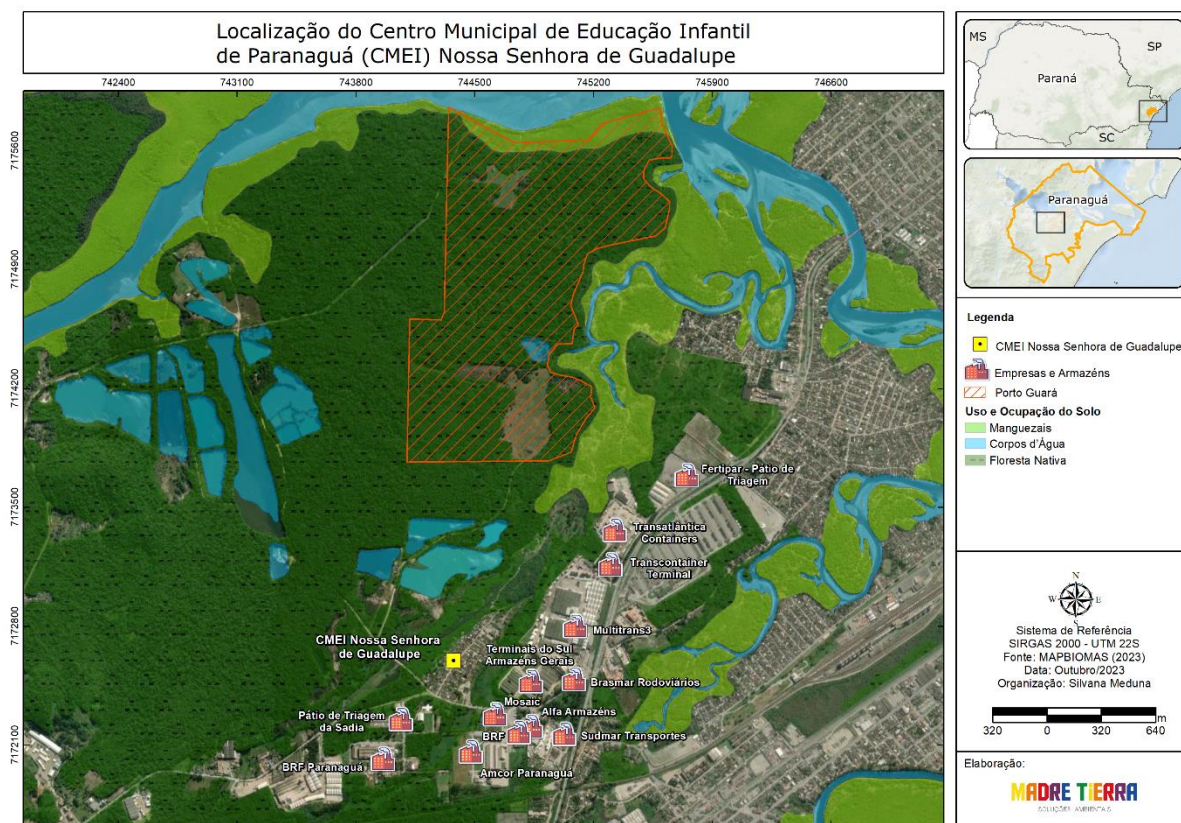
Figura 20 - Mapa da Vila Santa Maria



Fonte: Lemos; Sott, 2021, p. 41.

O mapa anterior destaca a Vila Santa Maria, lugar onde se encontra o Centro Municipal Infantil escolhido para esta pesquisa. Vale salientar, a escolha do Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora de Guadalupe (CMEI), localizado na comunidade Vila Santa Maria em Paranaguá, Paraná, como o local de pesquisa foi norteada por diversos fatores. Em primeiro lugar, o Centro Municipal Infantil representa um contexto real e representativo da Educação Infantil no Brasil, enfrentando desafios e oportunidades que refletem a situação nacional. A localização do Centro Municipal Infantil em uma comunidade que, anteriormente, foi conhecida como um "lixão", acrescenta uma dimensão única à pesquisa, permitindo explorar como a transição de um espaço de vulnerabilidade social para um ambiente de educação impactou as práticas pedagógicas. A Figura 21 seguir pretende destacar a localização do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá, pesquisado:

Figura 21 - Localização do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá (CMEI) Nossa Senhora de Guadalupe



Fonte: Madre Tierra, 2023.

Observando esse mapa anterior, da localização do Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá (CMEI) pesquisado, fica mais nítido os critérios de escolha do Centro Municipal Infantil incluíram sua localização específica, já que o histórico da comunidade Vila Santa Maria e sua transformação do antigo "lixão" para um espaço educacional representam uma realidade desafiadora e de grande relevância para a pesquisa.

A disponibilidade da equipe de profissionais e da direção do Centro Municipal Infantil para colaborar com a pesquisa e a aprovação da pesquisa pelos órgãos competentes contribuíram para a seleção do local. A presença de uma equipe engajada e disposta a compartilhar informações e percepções é fundamental para a coleta de dados significativos e para uma análise aprofundada das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Portanto, a escolha do Centro Municipal Infantil atende a critérios tanto de relevância social quanto de viabilidade para a pesquisa.

A fundação dessa instituição nesta região, foi pela necessidade de um lugar para atender as crianças de comunidade, sendo que a maioria das famílias precisam trabalhar com a coleta seletiva e assim as crianças são atendidas e educadas com segurança. Recebeu esse nome em homenagem a Virgem de Guadalupe,

considerada pelos católicos como a imperatriz das Américas. É venerada na basílica de Santa Maria de Guadalupe e sua festa é celebrada em 12 de dezembro.

Assim, o Centro Municipal de Educação Infantil pesquisado, situado na Avenida Senador Atílio Fontana, nº 2000, no bairro de Vila Santa Maria. A direção deste Centro Municipal Infantil é realizada pela diretora Claudia Maria do Rocio, vale destacar, existem 16 funcionários efetivos. Quanto aos espaços físicos: 1 sala dos Professores; 1 Secretaria; 1 Refeitório; 1 Lavanderia; 1 Área (m²): 350,00; Número de espaços na Instituição, são 18; 5 Salas de Aulas; 1 Diretoria; 5 banheiros; Área de Recreação Interno/Externo Banheiros; 1 Cozinha; 1 D.M.L. Atualmente atende um número aproximado de 60 crianças de 0 a 5 anos. Distribuídos na modalidade integral. O espaço conta com cinco turmas de período integral, sendo elas: Berçário; Maternal I, Maternal II, Pré A e Pré B.

Figura 22 – Centro Municipal de Educação Infantil antes da reforma



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) (2022, p. 2179)

A Figura 22 apresenta uma imagem do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) antes de sua reforma. A estrutura mostra um prédio com características de uso prolongado, evidenciando sinais de desgaste e necessidade de melhorias em sua

infraestrutura. O espaço parece carecer de cuidados em aspectos como pintura, manutenção e adaptação das áreas comuns para atender melhor às necessidades das crianças e dos profissionais. A imagem sugere que o ambiente, apesar de funcional, necessitava de intervenções para proporcionar um melhor atendimento e qualidade no processo educativo.

Já na Figura 23, por sua vez, apresenta uma vista aérea do Centro de Educação Infantil após a reforma. A imagem revela a transformação significativa do espaço, agora com uma organização mais moderna e funcional. As áreas externas, bem como as instalações internas, parecem mais adequadas e adaptadas às exigências atuais de segurança e conforto para crianças. A vista aérea permite observar a ampliação e melhoria no layout, proporcionando uma leitura clara de como a reforma contribuiu para um ambiente mais acolhedor e eficiente no processo educacional.

Figura 23 - Vista de cima do Centro Municipal de Educação Infantil



Fonte: Chiarelli, Prefeitura de Paranaguá, 2023.

A figura 23 trata-se de uma imagem da frente do Centro Municipal Infantil, porém de um ângulo aéreo. A imagem é de sua mais nova reforma, assim é possível perceber como as cores, isto é, uma estrutura em conservação. Fica um pedaço da entrada para o terreno, também fica em mais destaque a entrada para as partes internas do lugar.

Ainda no entorno da Instituição escolar, foram realizadas algumas fotos atualizadas, a fim de demonstrar a realidade da comunidade e das imediações.

A pesquisa de campo foi realizada na Vila Santa Maria, com o objetivo de investigar as condições socioambientais da comunidade e a influência do antigo lixão na qualidade de vida dos moradores. Contamos com a participação de um guardião do Centro de Educação Infantil local, que é um residente de longa data na área e desempenhou um papel essencial no auxílio à pesquisa. Ele nos acompanhou durante todo o percurso, fornecendo informações valiosas sobre a dinâmica local.

Iniciamos a pesquisa nas proximidades do SINE e seguimos pelas principais vias da comunidade, sempre solicitando a devida autorização dos moradores para fotografar e registrar imagens. Muitos dos residentes realizam a coleta seletiva de forma autônoma, em suas próprias residências, e se mostraram cautelosos quanto à exposição de suas atividades. Respeitamos suas solicitações de não serem incluídos nas imagens, focando apenas nos materiais recicláveis que coletam e separam para venda.

A caminhada nos levou até o córrego onde são despejados os resíduos da comunidade, uma vez que a área carece de um sistema de saneamento básico. O esgoto da população deságua nesse corpo d'água, conhecido popularmente como "Rio da Sadia". Embora seja um córrego, ele funciona como destino final de todo o esgoto, gerando uma situação crítica de poluição ambiental.

Figura 24 – Caminho do ponto alto



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

A figura acima retrata o percurso que leva ao ponto mais elevado do antigo lixão, local onde anteriormente se depositavam todos os resíduos sólidos gerados na região. O acúmulo de água estagnada, com tonalidades esverdeadas, pode ser atribuído ao longo período em que permanece no local, sem drenagem ou tratamento adequados. Essa estagnação representa um ambiente propício para a proliferação de mosquitos e outros vetores de doenças, constituindo um risco à saúde pública.

Diante disso, é notável a presença de grandes quantidades de lixo acumuladas junto aos barrancos, evidenciando a falta de controle e manejo apropriado dos resíduos. Esse cenário revela a degradação ambiental provocada pela ausência de um sistema eficaz de gerenciamento de resíduos, o que gera impactos tanto para o ecossistema quanto para as comunidades que vivem nas proximidades.

Durante nossa exploração, percorremos várias ruas estreitas que dão acesso aos becos da vila, onde encontramos grupos de jovens, conhecidos como "olheiros", que monitoram as atividades na região. A cada novo beco, precisávamos pedir autorização para fotografar o local, uma vez que esses jovens demonstravam desconfiança quanto à finalidade das imagens. Explicamos repetidamente que as fotografias seriam usadas exclusivamente para fins acadêmicos, o que, após certa relutância, nos permitiu continuar com a pesquisa.

Seguimos até o antigo lixão a céu aberto, uma área que agora se apresenta em estado de abandono, mas que ainda exibe os vestígios do passado. A paisagem é marcada pelo acúmulo de materiais como plásticos e outros resíduos de difícil degradação, muitos dos quais permanecem no local há anos. Além do impacto visual, a presença de animais, como cães, porcos e aves de grande porte, reforça o estado de degradação ambiental. Observamos que alguns moradores locais utilizam o espaço para a criação de porcos, o que agrava ainda mais o problema de saneamento e contribui para o odor intenso na área. Assim como retratado nas figuras 22 e 23.

Figuras 25 e 26– Outro ângulo do ponto alto da Vila



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

As Figuras 25 e 26 mostram dois ângulos diferentes do ponto mais alto da Vila, oferecendo uma visão ampla e detalhada da área. Na primeira imagem (Figura 25), é possível observar a paisagem que se estende a partir deste ponto, destacando o

ambiente residencial e a vegetação ao redor, evidenciando a geografia local e como a área é inserida no contexto mais amplo da vila.

Já na segunda imagem (Figura 26), um outro ângulo do mesmo ponto revela uma perspectiva mais voltada para a proximidade das construções e o tipo de ocupação da área. Juntas, as imagens ilustram a configuração do espaço no alto da vila, proporcionando uma visão tanto panorâmica quanto focada na organização local, e ajudam a entender como a topografia e a urbanização afetam a dinâmica social e espacial da comunidade.

Figuras 27 – espaço do antigo lixão



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

As Figuras 25 e 26 capturam o espaço onde estava localizado o antigo lixão, agora uma área desativada e transformada, mas com marcas evidentes do seu passado.

Na Figura 27, a imagem apresenta uma visão geral do terreno, ainda com alguns vestígios do que foi o local de descarte de resíduos, mostrando a degradação ambiental e a falta de infraestrutura adequada para o manejo dos resíduos.

Já na Figura 27, a fotografia foca em um detalhe mais específico da área, talvez mostrando as consequências diretas da exposição ao lixo, como o impacto ambiental, a poluição do solo ou a forma como a comunidade interage com o espaço remanescente.

Juntas, as imagens ilustram a transição do local de descarte de lixo para o atual uso, e as implicações que esse histórico de contaminação pode ter para a região e seus moradores.

A partir dessa experiência de campo, foram vivenciadas uma realidade impactante, pois expôs uma realidade bem diferente daquela vivida dentro dos muros da instituição de Educação Infantil. Embora o centro ofereça um ambiente protegido e organizado, a realidade externa é marcada pela precariedade e pela falta de condições básicas de vida.

As crianças que atendemos no Centro de Educação Infantil muitas vezes vivem em condições insalubres, próximas ao antigo lixão (Figuras 28 e 29), sem acesso a serviços essenciais como saneamento e infraestrutura adequada. A proximidade dessa realidade traz à tona questões sobre o impacto dessas condições na vida e no desenvolvimento dessas crianças.

Figuras 28 e 29 – Algumas moradias



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

As Figuras 28 e 29 apresentam imagens de algumas das moradias na comunidade, proporcionando uma visão das condições habitacionais locais.

Na Figura 28, observa-se uma casa construída de forma improvisada, com materiais como madeira e telhas que sugerem uma estrutura simples e precária. Essa imagem evidencia a vulnerabilidade das construções e a falta de recursos para a construção de moradias mais duráveis.

Já na Figura 29, a fotografia mostra outra residência, possivelmente mais consolidada, mas ainda assim simples e com características de ocupação informal. Juntas, as imagens demonstram a diversidade nas condições habitacionais da comunidade, com algumas moradias refletindo a precariedade e a falta de acesso a condições mínimas de infraestrutura e urbanização. A comparação entre as imagens destaca as desigualdades no acesso à habitação adequada, sendo um reflexo das condições socioeconômicas da área.

A partir dessa imersão, após a pesquisa de campo, pude compreender de forma mais profunda as dificuldades enfrentadas pela comunidade. A precariedade das moradias, a falta de recursos e a ausência de serviços básicos são questões que, embora comentadas por colegas e membros da equipe escolar, só se tornaram tangíveis durante esse contato direto.

Por fim, essa vivência trouxe à tona a urgência de intervenções mais eficazes para melhorar a qualidade de vida dos moradores da Vila Santa Maria, cuja maioria vive em condições extremamente difíceis. A experiência foi ao mesmo tempo enriquecedora e perturbadora, revelando um panorama de exclusão social e ambiental que persiste mesmo após o fechamento do lixão.

Na próxima seção desta pesquisa, apresenta-se um apanhado de informações da contextualização histórica do município de Paranaguá, revelando, principalmente, o seu contexto sócio ambiental, bem como os recursos hídricos e saneamento. Tais informações são demonstradas nesse momento da pesquisa pois auxiliaram na compreensão das múltiplas determinações que interferem as práticas pedagógicas do entorno do objeto de pesquisa, visto que o mesmo possui construções consolidadas no antigo aterro sanitário do município.

O bairro que se encontra próximo ao entorno do Centro Municipal Infantil pesquisado, é a Vila São Jorge, sendo caracterizada por inúmeros becos, locais onde há muita concentração de droga e usuários de entorpecentes ilícitos. Com isso, há uma enorme discrepância de violência entre esses dois bairros, podendo ser caracterizado como um fator determinante que influencia na prática pedagógica. Pois, conforme relato pessoal, entre esses anos de trabalho, no início havia muito medo em lecionar naquele ambiente, pois os fatores externos, do ambiente escolar, acabavam influenciando na prática.

Paranaguá, por ser uma cidade portuária estratégica, enfrenta intensos desafios devido ao fluxo constante de caminhões que transitam por suas vias urbanas e residenciais, não apenas nas proximidades do porto, mas também em bairros como Vila Santa Maria e áreas ao redor de instituições educacionais, como o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). Essa movimentação impacta a rotina da população local, comprometendo o tráfego de veículos de pequeno porte, incluindo aqueles de profissionais da educação que precisam chegar ao trabalho em tempo hábil.

De acordo com dados obtidos da Agência Estadual de Notícias, do site do Governo do Paraná¹¹(2025, p. 01), a movimentação de carga no ano de 2024 alcança novo recorde, sendo de 66.769.001 toneladas. Segundo essas informações, esses números alcançaram esse aumento de 23% devido algumas condições adversas, assim como a chuva, o que correspondeu com uma circulação de 3.209 caminhões bitrens, sendo recebidos diariamente no Porto de Paranaguá e que, conseqüentemente, acabam afetando todo o trânsito do município. Ademais, conforme site de notícia JB Litoral (2025, p. 1)¹², o trânsito também se apresentou de maneira caótica com uma obra inacabada na Avenida Senador Atilio Fontana, o que acarreta a uma imensa desorganização e filas excessivas no município.

Em áreas próximas ao Centro Municipal Infantil, o volume elevado de caminhões causa congestionamentos, que chegam a atrasar em uma a duas horas o deslocamento dos moradores e trabalhadores. Esse atraso pode gerar uma série de problemas para o planejamento pedagógico, visto que profissionais da educação precisam frequentemente registrar o motivo dos atrasos, muitas vezes fotografando a fila de caminhões para comprovar o impacto no trajeto até a instituição.

Relatórios locais e notícias recentes destacam o problema da movimentação portuária em Paranaguá, apontando que o município frequentemente enfrenta congestionamentos durante períodos de alta exportação de grãos e outras mercadorias. Segundo reportagens de veículos como JB Litoral¹³, o município tem registrado períodos críticos em que o aumento do número de caminhões sobrecarrega a infraestrutura viária, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores e o trânsito em bairros residenciais, que não foram projetados para suportar esse volume de veículos pesados.

O transporte intenso também contribui para problemas de poluição sonora e atmosférica, impactando negativamente a saúde dos moradores.

Essas condições indicam a necessidade de medidas de gestão e planejamento urbano mais robustas, que incluam, por exemplo, a criação de áreas específicas para estacionamento de caminhões longe de zonas residenciais e institucionais, e a

¹¹ Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/66769001-toneladas-Porto-de-Paranagua-bate-novo-recorde-de-movimentacao-em-2024>. Acesso em: 26 fev. 2025.

¹² Disponível em: <https://jblitoral.com.br/portos/fila-de-caminhoes-proximo-ao-porto-o-jogo-de-empurra-empurra-das-autoridades/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

¹³ Disponível em: <https://jblitoral.com.br/transito/caos-no-transito-de-paranagua-entrada-da-cidade-registrou-congestionamento-quilometrico-nesta-sexta-16-prefeitura-interditou-patio-de-caminhoes/>

implementação de horários regulados para acesso ao porto, a fim de minimizar o impacto nas áreas adjacentes.

Figuras 30 – fluxo de caminhões



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

A imagem ilustra o trajeto diário percorrido pelas profissionais da instituição para chegar ao seu local de trabalho, um percurso que se depara com um fluxo intenso de caminhões. Esse tráfego pesado é resultado da concentração de diversas empresas nas proximidades, o que obriga esses veículos a transitarem pela mesma via.

O congestionamento gerado por esse fluxo constante tem representado um obstáculo significativo para a pontualidade dos profissionais, que frequentemente se veem forçados a permanecer parados nas filas por períodos que variam de 10 minutos a mais de uma hora, o que compromete o cumprimento dos horários estabelecidos pela instituição.

Esse transtorno, que afeta não apenas os trabalhadores da instituição, mas também moradores, alunos e prestadores de serviços, tem se intensificado ao longo do tempo, refletindo um problema de mobilidade urbana que impacta diretamente a qualidade de vida de todos os que transitam pela Avenida Otilio Fontana.

Figura 31 – fluxo de caminhões



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

3.3.2 Eixos de Determinações Externas x Influência à Prática Pedagógica

Para ilustrar de forma mais simplificada as considerações encontradas nos eixos de determinações externas que influenciam à prática pedagógica no Centro Municipal de Educação Infantil pesquisado, elaborou-se um quadro, como síntese determinações relacionadas com as práticas pedagógicas nesse espaço escolar abaixo apresentado.

Nesse processo, observou-se, com cuidado, principalmente as vivências da pesquisadora, assim como o seu convívio no CMEI pesquisado, desde o ingresso que ocorreu em 02/2018 até o ano corrente (2025), os relatórios dos demais colegas de ambiente institucional, assim como conversas rotineiras, entre outras informações que vão além das que são descritas em documentos oficiais.

Quadro 3 – Relação entre os eixos de determinações x Práticas Pedagógicas

EIXOS DE DETERMINAÇÕES EXTERNAS	INFLUÊNCIA À PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
impactos das atividades portuárias e transporte	• atraso na chegada às instituições de ensino; • atraso no horário de início das aulas.
saneamento e saúde	• Propagação de doenças; • água contaminada; • aumento de dengue; • ausência frequentes das crianças na escola; • preocupação entre as professoras e • prejuízo na continuidade do ensino.
moradia e ocupações urbanas	• afeta o descanso das crianças; • Crianças sonolentas e mal higienizadas.
educação e condições de trabalho dos profissionais de educação	• Infraestrutura; • Carga horária; • Preocupações que vão além do ensino, como alimentação, higiene das crianças.
violência e segurança pública	• Preocupação; • Medo; • vivências com situações indevidas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os eixos de determinações externas utilizados como parâmetros para analisar as influências sobre as práticas pedagógicas no CMEI investigado foram: atividades portuárias e transporte; saneamento básico e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho na educação; violência e segurança pública.

Com base no Quadro 3, observa-se que, para cada eixo, foram identificadas e descritas as principais influências que essas determinações exercem sobre o cotidiano pedagógico das profissionais da educação.

No subtópico 3.2.1, intitulado “Impactos das atividades portuárias e do transporte”, são apresentadas as implicações dessas ações na dinâmica urbana e educacional do município de Paranaguá. Apesar dos benefícios econômicos advindos da atividade portuária, identificam-se também impactos negativos significativos no

cotidiano da população local — especialmente no que diz respeito à mobilidade urbana e à qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo as profissionais da educação do CMEI em questão.

O aumento expressivo do tráfego de caminhões, resultante da intensificação das operações portuárias, compromete diretamente a locomoção das educadoras, que frequentemente precisam sair com antecedência de suas residências e enfrentar longas filas, com tempos de espera que variam entre uma a duas horas. Essa realidade compromete o cumprimento dos cronogramas pedagógicos previamente elaborados, gerando atrasos no início das aulas e, consequentemente, prejudicando o desenvolvimento das atividades planejadas com as crianças. Tal situação contribui ainda para sentimento de frustração e indignação por parte das profissionais, que se veem impedidas de realizar plenamente as ações educativas pretendidas.

Além dos prejuízos relacionados ao tempo de deslocamento, destaca-se também o medo constante de acidentes, dada a intensa movimentação de veículos pesados. Soma-se a isso a poluição ambiental provocada por esses meios de transporte, com destaque para as partículas inaláveis oriundas da queima de combustíveis fósseis, que permanecem suspensas no ar, afetando a saúde da população. Outro aspecto relevante é o descarte inadequado de resíduos pelos caminhoneiros, bem como o derramamento de grãos nas vias públicas, o que contribui para o mau cheiro, torna as estradas escorregadias — aumentando o risco de acidentes — e atrai animais como ratos, moscas e pombos, vetores potenciais de diversas doenças.

Dessa forma, evidencia-se que as atividades portuárias, embora representem um importante vetor econômico para o município, também impõem uma série de desafios estruturais e sanitários que repercutem diretamente no contexto educacional, exigindo das instituições escolares e de seus profissionais estratégias constantes de adaptação e resiliência.

Outro eixo apresentado no Quadro 3 está diretamente relacionado à realidade da instituição investigada, tratando-se da dimensão “Saneamento e Saúde”. No subtópico 3.2.2, intitulado “Saneamento e Saúde”, discute-se a relevância do saneamento básico para a promoção da saúde pública, abrangendo aspectos como a coleta e o tratamento de esgoto, a limpeza urbana e o manejo adequado de resíduos sólidos.

Entretanto, a observação *in loco* do entorno da instituição — situada em um bairro marcado por elevado índice de vulnerabilidade social — revela um cenário preocupante. A área ainda sofre os impactos socioambientais oriundos do antigo aterro sanitário, cujas atividades foram encerradas em 2008, mas cujas consequências permanecem visíveis. Ao percorrer as adjacências do CMEI, constatou-se a inexistência de sistemas adequados de esgotamento sanitário e drenagem pluvial, o que compromete significativamente a qualidade de vida da população local.

A ausência de infraestrutura básica afeta não apenas o meio ambiente, mas também a saúde dos moradores, refletindo-se diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas na unidade educacional. Entre os efeitos mais recorrentes, destaca-se a propagação de doenças infecciosas e parasitárias, frequentemente relacionadas à contaminação da água e à exposição a resíduos a céu aberto. A proliferação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya, é outro fator alarmante, considerando os riscos à saúde infantil e a possibilidade de agravamento em casos mais severos.

Essas condições sanitárias adversas contribuem para o aumento da evasão e da ausência escolar recorrente entre as crianças, o que compromete a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem. A falta de frequência regular afeta diretamente o cumprimento do planejamento pedagógico, prejudicando o desenvolvimento integral das crianças e dificultando a efetivação de práticas educativas sistematizadas. A exposição constante a ambientes insalubres gera preocupação entre os profissionais da educação, que convivem com o medo de adoecimentos recorrentes, tanto entre as crianças quanto entre os próprios educadores.

Outros aspectos que merecem destaque incluem os alagamentos frequentes em períodos de chuva, devido à ausência de sistema de drenagem, que muitas vezes inviabilizam o acesso das crianças à escola; o mau cheiro constante proveniente da decomposição de resíduos; e a presença de animais transmissores de doenças, como ratos e baratas, o que agrava ainda mais a insalubridade do ambiente.

Diante desse contexto, torna-se evidente que a precariedade do saneamento básico constitui um entrave significativo para o pleno desenvolvimento das práticas pedagógicas, exigindo medidas urgentes de políticas públicas integradas que

contemplem tanto a infraestrutura urbana quanto a promoção da saúde e da educação em territórios vulneráveis.

Outro eixo de determinações externas abordado no Quadro 3 refere-se à moradia e ocupações urbanas, tema aprofundado no subtópico 3.2.4. Essa dimensão revela uma estreita correlação com as práticas pedagógicas desenvolvidas no CMEI investigado, uma vez que as condições habitacionais precárias enfrentadas pelas famílias da comunidade escolar influenciam diretamente o bem-estar e o desempenho das crianças no ambiente educativo.

Observações realizadas no entorno da instituição revelaram moradias em situação de extrema vulnerabilidade, muitas delas construídas de forma improvisada, com materiais de baixa qualidade como restos de madeira, papelão e plásticos reaproveitados. Essas estruturas frágeis, não garantem a segurança física, tampouco asseguram condições mínimas de conforto térmico, acústico e de higiene. Com base em entrevistas realizadas por Lemos e Sott (2021, p. 54), verificou-se ainda que muitas dessas residências abrigam um número excessivo de pessoas em espaços extremamente reduzidos, comprometendo o repouso e a qualidade do sono das crianças.

Como consequência, os educadores relatam que muitas crianças chegam à instituição visivelmente cansados, sonolentos e, por vezes, desatentos, o que interfere no aproveitamento pedagógico e no desenvolvimento das atividades programadas. Diante desse cenário, as profissionais da educação frequentemente precisam adaptar suas práticas e metodologias, elaborando estratégias diferenciadas que favoreçam o acolhimento e o descanso desses alunos, antes mesmo de iniciar efetivamente os conteúdos escolares. Em diversas ocasiões, o planejamento pedagógico é interrompido ou modificado para dar lugar a momentos de repouso ou cuidados básicos, como forma de garantir que as crianças tenham condições mínimas para participar do processo educativo.

Outro fator alarmante identificado é a chegada de crianças à escola sem cuidados básicos de higiene pessoal, como banho, escovação dentária e troca de roupas. Diante disso, a escola passa a exercer uma função que extrapola os limites da educação formal, assumindo responsabilidades de natureza assistencial, como a oferta de alimentação, higienização e organização do horário de descanso. Em contextos como esse, emerge uma importante reflexão: em que momento o processo

educacional assume o protagonismo, quando a escola é obrigada a suprir demandas sociais básicas não atendidas pela família e pelo poder público?

Ademais, verifica-se o envolvimento direto das profissionais da instituição em ações solidárias, como a arrecadação de roupas, fraldas e kits de higiene, especialmente em situações nas quais a gestão municipal não consegue garantir o fornecimento regular desses insumos. Tal realidade impõe sobre os profissionais da educação um desgaste físico, emocional e até financeiro, uma vez que muitos recorrem a seus próprios recursos para atender às necessidades das crianças. A dedicação que deveria estar voltada exclusivamente ao planejamento e execução de práticas pedagógicas se fragmenta diante da urgência em lidar com as desigualdades sociais refletidas no cotidiano escolar.

Dessa forma, evidencia-se que a precariedade das condições de moradia e ocupação urbana constitui um fator limitante para a efetivação do direito à educação de qualidade. As profissionais do CMEI, em meio a uma realidade marcada por desigualdades profundas, acabam por desempenhar múltiplos papéis — educadoras, cuidadoras, mediadoras sociais — o que acarreta, por um lado, um trabalho mais humanizado e sensível às necessidades das crianças, mas, por outro, um cenário de sobrecarga, exaustão e desmotivação profissional.

O penúltimo eixo de determinações externas apresentado no Quadro 3 refere-se à educação e às condições de trabalho dos profissionais da educação, cujo aprofundamento encontra-se no subtópico 3.2.5, intitulado “Educação e condições de trabalho dos profissionais de educação”. Esse tópico visa descrever as experiências e desafios enfrentados pelas educadoras que atuam no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) pesquisado, revelando como a infraestrutura institucional, a carga horária e a multiplicidade de responsabilidades impactam diretamente a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas.

No que diz respeito à infraestrutura escolar, destaca-se que, em 2023, foi entregue uma nova estrutura física ao CMEI em questão, completamente reformada com o objetivo de atender crianças na faixa etária de zero a quatro anos. Segundo informações divulgadas pelo site oficial da Prefeitura de Paranaguá, esse investimento somou aproximadamente R\$ 1,6 milhão, sendo justificado pela necessidade urgente de adequações e melhorias na instituição.

Anteriormente à realização dessa reforma, as condições estruturais do CMEI eram marcadas por severas precariedades, que comprometiam não apenas o conforto

e a segurança, mas também o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Das cinco salas existentes, ao menos duas ou três apresentavam infiltrações e goteiras nos períodos de chuva, o que exigia a reorganização emergencial das turmas e a concentração das atividades em um único espaço, gerando superlotação e dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Essas ocorrências estavam diretamente associadas à constante depredação do patrimônio público, especialmente ao furto de calhas e rufos da cobertura da unidade, o que permitia a infiltração de água pelas lajes e comprometia a estrutura física das salas de aula.

Ademais a esses problemas, verificaram-se episódios recorrentes de furtos e vandalismo, inclusive envolvendo a subtração de aparelhos de ar-condicionado, fundamentais para o conforto térmico das crianças e profissionais. Apesar de a instituição dispor de sistemas de alarme e proteção por meio de grades, tais medidas mostraram-se insuficientes para coibir as invasões. Em decorrência disso, a escola permaneceu por longos períodos sem climatização adequada, o que afetava o ambiente escolar nos dias de calor excessivo, comprometendo o bem-estar de todos os envolvidos.

A sobrecarga enfrentada pelas profissionais do CMEI não se limita às adversidades estruturais. As educadoras relatam uma carga horária intensa, associada a um conjunto de responsabilidades que ultrapassa o ato de ensinar. Além do planejamento e execução das atividades pedagógicas, essas profissionais se veem cotidianamente responsáveis por garantir a alimentação, a higienização e o cuidado afetivo das crianças, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social, nos quais muitas famílias não conseguem suprir plenamente as necessidades básicas de seus filhos.

Nesse sentido, é importante destacar que as condições de trabalho dos profissionais da educação são elementos determinantes para a qualidade do ensino ofertado. A precariedade de recursos, a desvalorização profissional e a insuficiência de políticas públicas efetivas voltadas ao apoio e valorização da categoria contribuem para o desgaste físico e emocional dos educadores, afetando diretamente sua motivação, seu engajamento e, por consequência, o desenvolvimento integral das crianças atendidas.

Assim, torna-se evidente que a melhoria das práticas pedagógicas está intrinsecamente ligada à valorização das condições de trabalho dos profissionais da educação. Investimentos em infraestrutura, segurança, formação continuada e

suporte institucional não apenas qualificam o ambiente escolar, mas também asseguram a dignidade e a eficácia do exercício docente.

Por fim, destaca-se o último eixo das determinações externas analisadas, intitulado Violência e Segurança Pública, abordado no subtópico 3.2.6. Esse eixo contempla as ocorrências de violência no município de Paranaguá, com especial atenção às situações vivenciadas no entorno imediato da instituição de Educação Infantil investigada.

Durante a pesquisa de campo, foram identificadas diversas situações de violência no bairro em que se localiza o CMEI, incluindo relatos de assaltos, tráfico de drogas e, em casos mais extremos, homicídios ocorridos nas proximidades da unidade escolar. Tais acontecimentos foram apontados pelas profissionais da educação como fatores que geram medo, insegurança e constante estado de alerta, tanto por parte da equipe pedagógica quanto das famílias das crianças atendidas.

Em uma das situações mais alarmantes vivenciadas, foi o registro de um assassinato nas imediações da instituição, o que provocou um clima de tensão generalizada e a suspensão temporária das atividades escolares, em decorrência de tal situação. Nesse momento houve suspensão por conta do caso ocorrido e, quando foram retornadas as atividades escolares, houve patrulhamento na instituição, a fim de que fossem garantidas a integridade física dos alunos e dos educadores. Dessa forma, a recorrência de episódios de violência urbana cria um ambiente hostil que compromete não apenas a sensação de segurança, mas também o pleno desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Além dos impactos emocionais e psicológicos decorrentes dessas situações — como o estresse, a ansiedade e o sentimento de impotência —, a violência urbana afeta diretamente a rotina institucional. Há, por exemplo, a redução do comparecimento das crianças, uma vez que muitos responsáveis se sentem inseguros em encaminhá-las à escola durante momentos de maior instabilidade no bairro. As profissionais da educação, por sua vez, também relatam dificuldades para se deslocar até o local de trabalho, principalmente em horários de entrada e saída, nos quais os riscos de abordagens violentas tendem a ser maiores.

CONCLUSÕES

Nestas conclusões, retoma-se a questão norteadora, inicialmente colocada sobre: quais as múltiplas determinações que influenciam à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, no município de Paranaguá? E, o objetivo de compreender as múltiplas determinações externas à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, assim como os específicos: a) Descrever as múltiplas determinações externas à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, no município de Paranaguá; b) Refletir sobre os desafios à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, em um Centro Municipal de Educação Infantil, pesquisado.

Assim, como resultados deste estudo serão elencadas síntese de constatações e evidências relacionadas aos objetivos estabelecidos, tendo como eixos interpretativos das múltiplas determinações que influenciam as práticas pedagógicas os cinco eixos de determinações de vulnerabilidade social, que são: impactos das atividades portuárias e transporte; saneamento e saúde; moradia e ocupações urbanas; educação e condições de trabalho dos profissionais de educação; violência e segurança pública. Assim, buscou-se compreender a amplitude da realidade e os desafios diante de tal contexto escolar em que então inseridas tais práticas pedagógicas.

Quanto ao primeiro objetivo específico, que trata em descrever as determinações externas à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social em um Centro Municipal de Educação Infantil de Paranaguá, ficou evidenciado que:

- atividades portuárias e transporte, influenciaram à prática pedagógica devido à intensa circulação de caminhões, decorrente das atividades do Porto de Paranaguá, que acaba afetando diretamente o acesso à escola, atrasa o início das aulas, gera insegurança devido ao fluxo no trânsito e os acidentes que podem ocorrer devido a essa situação.

- saneamento e saúde, influenciaram à prática pedagógica pois estão relacionadas a ausência de saneamento básico, expondo as crianças a doenças, o que eleva os índices de faltas escolares e compromete a aprendizagem desses alunos.

- moradia e ocupações urbanas influenciaram à prática pedagógica, pois está relacionada a precariedade das habitações e a localização em áreas irregulares, como

a antiga área do lixão, impondo desafios à prática pedagógica, já que muitas vezes os professores precisam assumir cuidados básicos de higiene e alimentação, extrapolando suas funções educacionais.

- Educação e condições de trabalho dos profissionais de educação influenciaram à prática pedagógica no sentido da infraestrutura institucional, a carga horária e a multiplicidade de responsabilidades impactam diretamente a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas. Pois, sobrecarregam o profissional, deixando os cansados e psicologicamente abalados em decorrência das situações que envolvem o ambiente educacional.

- Violência e segurança pública influenciaram à prática pedagógica devido a violência no entorno escolar, resultante de conflitos entre facções e tráfico de drogas, transforma a escola em um espaço de refúgio. Contudo, o clima de medo leva à suspensão de aulas e evasão escolar, interferindo na continuidade e eficácia do trabalho pedagógico.

As múltiplas determinações externas analisadas neste estudo evidenciam que a prática pedagógica em contextos de vulnerabilidade social é constantemente tensionada por fatores estruturais como a precariedade urbana, a insegurança, a ausência de políticas públicas eficazes e a desigualdade social. O cotidiano escolar no CMEI pesquisado revela um cenário em que o professor precisa, diariamente, adaptar sua atuação frente às dificuldades impostas pelo entorno, muitas vezes assumindo funções que extrapolam à docência. Esse contexto complexifica o trabalho pedagógico e reafirma a importância de compreendê-lo como uma prática social atravessada por múltiplas mediações históricas e sociais, tal como discutido por Souza (2016).

Quanto ao segundo objetivo específico que buscou refletir sobre os desafios à prática pedagógica no Centro Municipal de Educação Infantil pesquisado num contexto de vulnerabilidade social os resultados evidenciaram uma realidade marcada por profundas contradições. O CMEI está inserido em uma comunidade impactada por diversos fatores de vulnerabilidade social, como a precariedade habitacional, a ausência de saneamento básico, a insegurança alimentar e a violência urbana. Tais condições impõem barreiras significativas à efetivação de uma prática pedagógica contínua e planejada. O ambiente escolar torna-se, muitas vezes, um espaço de acolhimento, exigindo dos professores ações que extrapolam a função educativa para atender às necessidades básicas das crianças, como higiene, alimentação e proteção.

Soma-se a isso a escassez de recursos materiais e humanos, a ausência de formação continuada e o medo constante causado pela violência no entorno, que compromete o comparecimento regular dos alunos e o desempenho escolar. Assim, os desafios enfrentados pelos profissionais da educação não se restringem ao domínio pedagógico, mas refletem uma sobreposição de funções que exigem sensibilidade, resiliência e constante reinvenção do fazer docente.

Em relação a questão de pesquisa colocado para este estudo que trata das múltiplas determinações que influenciam à prática pedagógica num contexto de vulnerabilidade social, no município de Paranaguá, conclui-se que a realidade do Centro Municipal Infantil investigado reflete as dificuldades enfrentadas pelo conjunto de instituições de Educação Infantil situadas em contextos de vulnerabilidade social. O estudo aponta para a necessidade de maior investimento em infraestrutura escolar, suporte psicossocial para as famílias e programas de formação docente voltados para a atuação em realidades complexas. Ademais, é essencial que as políticas educacionais levem em consideração as especificidades das comunidades atendidas, promovendo ações que garantam condições dignas de ensino e aprendizagem.

Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre a relação entre prática pedagógica e contexto social, motivando futuros estudos e iniciativas que busquem aprofundar a compreensão diante de tantos desafios de uma realidade marcada por desigualdades, contradições e vulnerabilidades sociais neste contexto educacional

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. **Vulnerabilidade Social**, v. 192, 2002.

ABRAHÃO, C. M. de S. **Porto de Paranaguá: transformações espaciais decorrentes do processo de transformação capitalista e integração territorial entre os anos 1970 e 2010**. 2011. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

ANDRÉ, Marli. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-programa-de-formacao/modulo-vii-pesquisa-qualitativa-parte-ii/@@download/file> Acesso em: 29 out. 2023.

ALMEIDA, Iracilda da Silva. **Compreensões sobre a prática pedagógica na educação infantil e necessidades formativas das professoras**. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

ALMEIDA-FILHO, Naomar. Mais além da determinação social: sobredeterminação, sim!. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00237521, 2021.

APPA. **Porto contribui para crescimento econômico e social de Paranaguá**. 2017. Disponível em: <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Noticia/Porto-contribui-para-crescimento-economico-e-social-de-Paranagua>. Acesso em: 25 ou. 2024.

APPA. **Porto de Paranaguá bate recorde em movimento de caminhões**. Disponível em: <https://www.portosdoparana.pr.gov.br/Noticia/Porto-de-Paranagua-bate-recorde-em-movimento-de-caminhoes>. Acesso em: 29 out. 2024.

APPA. **Portos do Paraná são os maiores responsáveis pelos empregos em Paranaguá e Antonina**. Agência Estadual de Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Portos-do-Parana-sao-os-maiores-responsaveis-pelos-empregos-em-Paranagua-e-Antonina>. Acesso em: 29 out. 2024.

BECKER, Guilherme. **Fortes chuvas causam alagamentos em Paranaguá; veja imagens**. RIC, 2025. Disponível em: <https://ric.com.br/cotidiano/tempo/fortes-chuvas-causam-alagamentos-em-paranagua-veja-imagens/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BERNARDES, Brenda Melo; LEITE, Marcos Esdras. O Plano Diretor como instrumento de planejamento e gestão urbana dos centros emergentes no Norte de Minas/MG. **arq. urb**, n. 30, p. 41-55, 2021.

BIGARELLA, João José. Contribuição ao estudo da planície litorânea do Estado do Paraná. **Brazilian Archives of Biology and Technology**, p. 65-110, 2001.

BUDEL, Caio. **Monitor da Violência**: com queda de 9,2% de assassinatos, Paraná registra 1,9 mil mortes violentas em 2023. G1 - PR, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/03/12/monitor-da-violencia-2023-parana.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

BRASIL. Decreto Nº 8.033, de 27 de junho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8033.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 9.048, de 10 de maio de 2017**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9048-10-maio-2017-784688-publicacaooriginal-152510-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 31, p. 13-27, 2013.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, p. e00101417, 2018.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em 20 out. 2024.

COSTA, Gedeão Rodrigues *et al.* Saneamento básico: sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. **Paramétrica**, v. 14, n. 1, 2022.

COSTA, Mávia Matias; FREIRE, Juciley Evangelista. Concepções De Infância E Criança: Da Criança Invisível Ao Direito À Educação Infantil No Contexto Das Políticas Curriculares No Brasil. **Multidebates**, v. 8, n. 1, p. 107-118, 2024.

CHIARELLI, Luciane. Famílias são beneficiadas com reforma do CMEI “Nossa Senhora de Guadalupe”. *In*: PARANAGUÁ, Prefeitura de. Famílias são beneficiadas com reforma do CMEI “Nossa Senhora de Guadalupe” – Imagens/Fotografia -: Obra teve investimento de R\$ 1,6 milhão. **Notícias - Prefeitura de Paranaguá -, Educação**, 10 de abril de 2023.

Cruz, Rosana Aparecida da. **Educação e contradição**: disputas político-pedagógicas em torno da escola pública do campo. 2018. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2018.

EIA - Estudo de Impacto Ambiental. **Terminal de Uso Privado - TUP Porto Guará**, 2022. Disponível em: <https://www.portoguara.com.br/arquivos/Porto-Guara-EIA-Porto-Guara-EIA-v2.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FANTIN, Elvira. **Autorizado, novo porto em Paranaguá aguarda licença ambiental para iniciar obras**. Gazeta do povo, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/autorizada-construcao-do-porto-guara-em-paranagua/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

FREITAS, Fernanda Ribeiro; CAPETI, Karina Gonçalves; SAMPAIO, Cristiane Ramon. Uso e ocupação dos manguezais da área urbana de Paranaguá: uma abordagem histórica e socioambiental. **Unisanta BioScience**, v. 6, n. 2, p. 93-100, 2017.

GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis; DALBELLO-ARAUJO, Maristela. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde em debate**, v. 41, p. 63-76, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia Científica**. São Paulo, v. 3, 2002.

IBGE. **Biblioteca IBGE**: Acervo dos municípios brasileiros. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=449491>. Acesso em: 25 out. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paranaguá**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>. Acesso em: 25 out. 2024.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico**: Município de Paranaguá, Outubro, 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83200>. Acesso em: 25 out. 2024.

KASHWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas**: o caso da favela do Parolin em Curitiba PR. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: EdUFPR: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. Org.). **Medicina social**: aspectos históricos e teóricos. São Paulo: Global, 1983.

LEMONS, Paula Fernanda de Oliveira Ramos; SOTT, Emelly Ketlyn. **Análise socioambiental da vila Santa Maria pós desativação do lixão Embocuí no município de Paranaguá-PR**. Trabalho de Conclusão de Curso. 61 f. Universidade Federal do Paraná, 2021.

LIMA, Hélvia Almeida de *et al.* **O direito humano ao saneamento no município de Paulo Afonso-BA: análise acerca da captação e tratamento de águas servidas**. 2024. 200f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2024.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**, 1968.

MAGALHÃES, Ana Cláudia da Silva. **Prática pedagógica na educação infantil: o currículo por linguagem em movimento / Ana Cláudia da Silva Magalhães**. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Determinação social, não! Por quê?. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00010721, 2021.

MIQUILINI, Lucas Chaves; LINS, Hoyêdo Nunes. Relações cidade-porto em Paranaguá (PR): uma abordagem exploratória. **Textos de Economia**, v. 22, n. 2, p. 1-28, 2019.

PARANAGUÁ, Prefeitura de. **Projeto Político-Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe”, 2022. Disponível em: <https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/PPP%20%20CMEI%20Guadalupe.pdf> Acesso em: 29 out. 2023.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012.

REIS, Carolina dos *et al.* A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 31, p. 583-593, 2014.

ROHLEDER, Leilane dos Santos. **O espaço do brincar na prática pedagógica da Educação Infantil**. 126 f. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Cuiabá, 2021.

ROSÁRIO, Daniely do. **Educação ambiental na prática do pedagogo da educação infantil da rede municipal de ensino de Paranaguá-PR**. 2022. 146 f. Dissertação(Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022.

SANTOS, Bruno Azambuja dos. *et al.* Entre o patrimônio e o plano: estudo argumentativo sobre Paranaguá, Paraná. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 37, e0302, nov. 2022.

SANTOS, Fabíola Pereira dos. **Educação Infantil: práticas pedagógicas com bebês e crianças bem pequenas**. Fabíola Pereira dos Santos. – Lages, SC. 117 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, 2020.

SANTOS, Mauro Roberto dos. **O conhecimento específico e o didático na prática docente do curso de licenciatura em matemática na UNESPAR/Paranaguá**. 292 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2022.

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde. **Análise situacional sobre as doenças com maior prevalência no território de Paranaguá**. SEMSA - 2024. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:b9ff569a-d3f7-46f5-adb0-f22511183051>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, Letícia Batista; BICUDO, Valéria. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. In: SANTOS, Tatiane Valeria Cardoso dos; SILVA, Letícia Batista; MACHADO, Thiago de Oliveira (Orgs.). **Trabalho e Saúde: diálogos críticos sobre crises**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 115-131.

SILVA, Petula Ramanauskas Santorum; LIMA, Paulo Gomes. Políticas públicas para a educação infantil no Brasil: Dimensões da oferta, acesso e qualidade. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 2, p. 640-656, 2019.

SOUZA, Celine. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o Conceito de Prática Pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. (org.). **Práticas Pedagógicas e Elementos Articuladores**. Curitiba: Editora da UTP, 2016.

SOUZA, Valdirene Eliane Bailon; MELLO, Rita Márcia Andrade Vaz. Uma breve reflexão do percurso das políticas públicas educacionais no Brasil: em foco a formação continuada. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 94-107, 2019.

SCOTT, J. B. *et al.* O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicol Ciênc.** 2018; 24 (2): 600-15.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, José Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021.

SEEC-PR. Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura do Paraná. Patrimônio cultural: setor histórico de Paranaguá. Curitiba: SEEC-PR, 2021. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=192>. Acesso em: 04 set. 2024.

SEMEDI - Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. **Currículo Municipal de Paranaguá**. Prefeitura de Paranaguá, 2020. Disponível em: <https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/Curr%C3%ADculo%20Completo%20Setembro%202022.pdf#page=3.09>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013.

PARANAGUÁ. **Plano Municipal de Contingência da dengue e outras arbovirose 2023-2026**. Disponível em:

[https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/semsa/Plano%20de%20contingencia%20dengue%20ultima%20vers%C3%A3o%202023%20\(1\).pdf](https://www.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/semsa/Plano%20de%20contingencia%20dengue%20ultima%20vers%C3%A3o%202023%20(1).pdf). Acesso em: 04 nov. 2024.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias. **Índice de desemprego do Paraná chega a 4,8% em 2023, menor taxa anual desde 2014**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Indice-de-desemprego-do-Parana-chega-48-em-2023-menor-taxa-anual-desde-2014>. Acesso em: 25 out. 2024

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PERECIN, Gabriela. **Placas instaladas pelo MPF alertam para ocupações irregulares em áreas de manguezais em Paranaguá**. Folha do litoral, 2024. Disponível em: <https://folhadolitoral.com.br/editorias/meio-ambiente/placas-instaladas-pelo-ministerio-publico-federal-alertam-para-ocupacoes-irregulares-em-areas-de-manguezais-em-paranagua/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PDDI. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá. VOLUME I – **Análises Temáticas e Diagnóstico** – Contexto Municipal. 1. Fundação da Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em: https://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/+%20PLANO%20DIRETOR/PDF/PDI%20-%20Volume%20I-%20An%C3%A1lise%20e%20Diagn%C3%B3stico.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

PM-PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal de Paranaguá. **História**. Paranaguá: Prefeitura Municipal, 2021a. Disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia>. Acesso em: 04 set. 2024.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface-comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, p. 83-94, 1997.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais** - Ministério do Trabalho e emprego. 2022. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 25 out. 2024.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental**: Porto guará. Cia Ambiental, 2022. Disponível em: <https://www.portoguara.com.br/arquivos/Porto-Guara-EIA-Porto-Guara-RIMA-v2-impressao.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

VARELLA, Marcelo; DE SOUZA, Roberto Martins; DUARTE, Letícia Ayumi. O “insustentável” peso da moradia: uma análise socioambiental sobre o processo de formação territorial do Bairro Jardim Social–Paranaguá (PR). **Guaju**, v. 4, n. 2, p. 100-124, 2018.

VITORINO, Elizete Vieira; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Indicadores sociais e de vulnerabilidade social: características e possíveis usos na avaliação da Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 28, p. e42513, 2023.

WRONISKI, Elizangela. **Depois de 32 anos, lixão de Paranaguá será extinto**. Tribuna, 2005. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/depois-de-32-anos-lixao-de-paranagua-sera-extinto/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ZANIANI, Ednéia José Martins; BOARINI, Maria Lúcia. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 272-281, 2011.

ANEXO

Centros Municipais de Educação Infantil do município de Paranaguá-PR.

Quadro – Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) distribuídos pelo município de Paranaguá-PR

Nome da Instituição	Endereço	Contato
Centro Municipal de Educação Infantil “Ângela Catarina Poleti Alves de Carvalho”	Endereço: R. Arsênio Bento dos Santos, 781 - Parque São João	3721-1784
Centro Municipal de Educação Infantil “Agadil Cabral”	Rua Potiguara, s/n Bairro: Beira Rio	3420-2793
Centro Municipal de Educação Infantil “Anita Canale Raby”	Rua das Horticias, s/n Bairro: Vila dos Comerciantes – Conj. Nilson Neves	3420-2974
Centro Municipal de Educação Infantil “Anita Ribeiro Fontes”	Endereço: Rua Frei José Tomas, s/n Bairro: Vila Cruzeiro.	3420-2958
Centro Municipal de Educação Infantil “Antônio Tortato”	Endereço: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/n Bairro: Vila dos Comerciantes.	3420-2990
Centro Municipal de Educação Infantil “Arcelina de Pina”	Endereço: Rua 47, s/nº - Sete de Setembro – Ilha dos Valadares.	3420-6064
Centro Municipal de Educação Infantil “Aurora Xavier Santos”	Endereço: Rua Capibaribe, s/n – Jardim Guaraituba	3420-6134
Centro Municipal de Educação Infantil “Profª. Helena Porto Santos”	Endereço: Praça Eufrásio Correia, s/nº - Centro Histórico.	3420-2740
Centro Municipal de Educação Infantil “Milena Bonfin”	Endereço: Rua Rodrigues Alves s/n. Bairro: Costeira	3420-2910
Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora de Guadalupe”	Endereço: Avenida Senador Atilio Fontana, 2000 – Bairro: Vila Santa Maria	3420-2855
Centro Municipal de Educação Infantil “Rosy Mattar Maia”	Endereço: Rua dos Pelicanos, s/n. Bairro: Jardim Esperança	3420-2801
Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora do Rocio”	Endereço: Rua São Paulo, s/nº – Vila do Povo.	3420-6133
Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora dos Navegantes”	Endereço: Ilha dos Valadares, s/n – Vila Bela.	3420-6126
Centro Municipal de Educação Infantil “Profª. Zuleide Pinto Rosa”	Endereço: Rua Julieta, 465 - Bairro: Vila Garcia	3420-2796
Centro Municipal de Educação Infantil “Ruth Crocetti Baka”	Endereço: Estrada do Correia Velho, s/nº – Bairro: Vila Horizonte	3420-2876
Centro Municipal de Educação Infantil “Sathie Midorikawa”	Endereço: Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, s/nº, Bairro: Parque São João.	3420-6027
Centro Municipal de Educação Infantil “Profª. Nadia Iara Pereira da Cunha”	Endereço: Rua Seis, s/nº Bairro: Ilha dos Valadares	3420-6118
Centro Municipal de Educação Infantil “Regina Célia Domitt”	Endereço: Rua Washington Luiz, s/nº. – Bairro: Porto dos Padres	3420-2911
Centro Municipal de Educação Infantil “Jurandir Rozendo de Lima”	Endereço: Rua José Cadilhe, s/nº. – Bairro: Serraria do Rocha	3420-2926
Centro Municipal de Educação Infantil “Maria de Lourdes Kossatz”	Endereço: Rua dos Jacarandás, s/nº - Bairro: Jardim Iguaçu	3420-6017
Centro Municipal de Educação Infantil “Profª. Edite Amatuzzi de Pinho”	Endereço: Rua José das Dores Camargo, s/nº. - Bairro: Alexandra	3468-1556
Centro Municipal de Educação Infantil “Prefeito Mário Roque”	Endereço: Rua Reinir Mariano de Miranda, s/nº - Bairro: Porto Seguro -Cep.: 83.215-740	Não listado
Centro Municipal de Educação Infantil “Profª Rosiane Pinheiro Norato”	Endereço: Rua Ford, s/nº - Bairro: Emboguaçu	3420-2888
Centro Municipal de Educação Infantil “Paulo Freire”	Endereço: Rua Arthur Bernardes, 239 – Bairro: Jardim Santa Rosa	3420-2989

Centro Municipal de Educação Infantil “Juvelina Neves”	Endereço: Encantadas – Ilha do Mel	Não listado
Centro Municipal de Educação Infantil “Maria de Paula Gonçalves”	Endereço: Nova Brasília – Ilha do Mel	Não listado

Elaborado pela autora com base no site da
Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá – SEMEDI (2025).¹⁴

¹⁴Disponível em: <https://semedi.paranagua.pr.gov.br/conteudo/instituicoes/cmeis>. Acesso em: 19 jul. 2024.